

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS  
PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA  
ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES E HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO *STRICTO SENSU* EM  
HISTÓRIA

ALLEKS ENDRIW PEREIRA MACEDO

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ITAGUARI-GO: ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO  
(1946-2018)**

GOIÂNIA

2021

ALLEKS ENDRIW PEREIRA MACEDO

**MEMÓRIAS E HISTÓRIAS DE ITAGUARI-GO: ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO  
(1946-2018)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
Stricto Sensu em História da PUC-GO. Como  
comprimento das exigências para requisito parcial para  
obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Cultura e Poder.  
Linha de Pesquisa: Patrimônio Cultural e Territórios.  
Orientador: Prof. Dra. Deusa Maria R. Boaventura

GOIÂNIA

2021

M141m Macedo, Alleks Endriw Pereira

Memórias e histórias de Itaguari-GO : entre o tempo e o espaço (1946-2018)/ Alleks Endriw Pereira Macedo.--2021.

141 f.; il.;

Texto em português com resumo em inglês

Dissertação (mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás,  
Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu

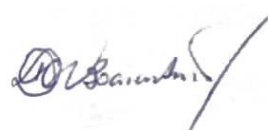
em História, Goiânia, 2021 Inclui  
referências f.121-123

1. Urbanização - Itaguari (GO). 2. história - Goiás (Estado).  
I.Boaventura, Deusa Maria Rodrigues. II.Pontifícia Universidade

**MEMÓRIAS E HISTÓRIA DE ITAGUARI: ENTRE O TEMPO E O ESPAÇO (1946-2018)**

Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação *Stricto Sensu* em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, aprovada em 28 de abril de 2021.

**BANCA EXAMINADORA**



---

**Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura / PUC Goiás**



---

**Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira / UFG**



---

**Prof. Dr. Eduardo José Reinato / PUC Goiás**

---

**Profa. Dra. Thaís Alves Marinho / PUC Goiás**

---

**Prof. Dr. Patrick Di Almeida Vieira Zechin / UEG**

Dedico esta dissertação aos meus pais, fontes de inspiração para mim, pelo apoio desde o primeiro instante. Dedico também a Deus, causa primordial de todas as coisas.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, pelo dom da vida, presença constante ao longo de minha vida, e não somente nesses anos como universitário, maior mestre que alguém pode conhecer.

À minha mãe, mulher forte cuja presença contribuiu para que eu realizasse este sonho e objetivo. A meu pai, homem forte e persistente, por me influenciar na luta para alcançar meus ideais.

À minha querida namorada, por ter estado sempre ao meu lado, apoiando-me e incentivando-me em minha busca pela concretização de meus sonhos, e a todos os meus demais familiares.

Aos pioneiros itaguarinos, que abriram as portas de suas casas e de seus corações, pela confiança que depositaram em mim ao compartilharem comigo as preciosidades guardadas em suas memórias. Sem eles este trabalho nunca teria ido além de um mero sonho.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PPGH-PUC Goiás), na pessoa de sua digna coordenadora Profa. Dra. Thais Alves Marinho, pela confiança em meu trabalho, traduzida em estímulo que se materializou na qualidade da pesquisa e no texto produzido.

À queridíssima orientadora Profa. Dra. Deusa Maria Rodrigues Boaventura, pela paciência responsável, pela confiança-desconfiada quando necessária, pelo seu rigor acadêmico, vasto conhecimento, compromisso, ensinamentos, críticas e por uma orientação baseada na sabedoria e na ética. A ela, minha gratidão e admiração.

À banca examinadora, composta pelo Prof. Dr. Eduardo José Reinato e pela Profa. Dra. Adriana Mara Vaz de Oliveira, pelas brilhantes considerações que guiaram a confecção final deste trabalho.

Aos funcionários dos arquivos pesquisados, pela orientação e ajuda em todas as pesquisas, bem como, pelas sugestões, simpatia e paciência.

À CAPES, que financiou minha bolsa de estudo, auxílio financeiro imprescindível para que esta pesquisa se efetivasse.

A todos aqueles que, de um modo ou de outro, tornaram possível a realização da presente dissertação.

“Os historiadores são recordadores profissionais daquilo que os cidadãos querem esquecer”.

Eric Hobsbawm.

## RESUMO

A formação urbana e as transformações sociais e espaciais ocorridas ao longo do tempo em Itaguari, Goiás, evidenciam como a urbanização da cidade foi determinada pela junção de múltiplos fatores históricos favoráveis. Dentre eles, podem ser citados a expansão da fronteira agrícola; a forte colonização do Mato Grosso Goiano; a colonização espontânea; o surgimento de aglomerados urbanos a partir de pousos de tropas; e a religiosidade. Não pode ser esquecida, todavia, a influência do poder político no crescimento populacional de Itaguari, núcleo urbano elevado à condição de cidade em decorrência da Constituição de 1988. A preservação da história urbana e do patrimônio cultural itaguarino é a confirmação da importância do estudo das minorias. Com base nos dados obtidos, os resultados comprovaram que a formação do aglomerado urbano de Itaguari interferiu no modo de vida população itaguarina, elevando os níveis de urbanização. Também ratificou que a religiosidade muito contribuiu para o processo fundacional do aglomerado urbano, dado que o surgimento de Itaguari está intimamente relacionada com a criação de um patrimônio religioso, tal como a localização de um antigo cemitério. Por fim, comprovou que o espaço urbano de Itaguari se desenvolveu ao longo do tempo e atualmente está em estado de crescimento, dada a sua consolidação socioeconômica e seu crescimento populacional.

**Palavras-chave:** Goiás. História. Patrimônio. Urbanização. Itaguari.



## ABSTRACT

The urban formation and the social and spatial transformations that occurred over time in Itaguari, Goiás, show how the urbanization of the city was determined by the combination of multiple favorable historical factors. Among them, we can mention the expansion of the agricultural frontier; the strong colonization of Mato Grosso Goiano; spontaneous colonization; the emergence of urban agglomerations from troop landings; and religiosity. However, the influence of political power on the population growth of Itaguari cannot be forgotten, an urban nucleus raised to the status of a city as a result of the 1988 Constitution. The preservation of Itaguari's urban history and cultural heritage is confirmation of the importance of studying the minorities. Based on the data obtained, the results showed that the formation of the urban agglomeration of Itaguari interfered in the way of life of the Itaguarina population, increasing the levels of urbanization. It also ratified that religiosity greatly contributed to the founding process of the urban agglomeration, given that the emergence of Itaguari is closely related to the creation of a religious heritage, such as the location of an old cemetery. Finally, it proved that the urban space of Itaguari developed over time and is currently in a state of growth, given its socioeconomic consolidation and population growth.

**Keywords:** Goiás. History. Patrimony. Urbanization. Itaguari.

## SUMÁRIO

SUMÁRIO .....	10
LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....	12
LISTA DE MAPAS .....	14
INTRODUÇÃO .....	15
1 ENTRE TEMPO E ESPAÇO: EXPANSÃO MIGRATÓRIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL GOIANA .....	19
1.1 SITUANDO-SE NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA .....	21
1.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: OS PRIMEIROS HABITANTES .....	24
1.3 RELATOS DE VIAJANTES: TRILHAS PELOS SERTÕES GOIANOS .....	26
1.4 ITAGUARI NO SÉCULO XIX: OCUPAÇÃO DE TERRAS E FORMAÇÃO DE GRANDES FAZENDAS .....	34
1.5 “MARCHA PARA O OESTE”: EXPANSÃO MIGRATÓRIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL .....	36
2 DA FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO AO POVOADO DE CAMPESTRE .....	48
2.1 CRUZ NO CAMPO: UM CEMITÉRIO NO SERTÃO .....	49
2.2 A TRADICIONAL FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS .....	56
2.3 DO PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO À FORMAÇÃO DO POVOADO DE CAMPESTRE .....	64
3 ITAGUARI E SEU DESENVOLVIMENTO: DE DISTRITO A CIDADE .....	78
3.1 AS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS DE ITAGUARI .....	78
3.1.1 Pedro José de Oliveira (Pedro Procópio) .....	79
3.1.2 José Eduardo do Couto (Zequinha do Couto) .....	83
3.1.3 Dr. Hélio Caldas Pinheiro .....	85
3.1.4 Sebastião Ludovico de Almeida (Tiãozinho Ludovico) .....	90
3.2 ITAGUARI X TAQUARAL DE GOIÁS E O ANSEIO PELA AUTONOMIA .....	97
3.2.1 A influência da Constituição Cidadã na emancipação de Itaguari .....	100
3.2.3 Ramiô Rodrigues e a emancipação de Itaguari .....	102
3.3 ITAGUARI E SEU DESENVOLVIMENTO COMO CIDADE .....	109
3.3.1 Atividade econômica .....	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	117

REFERÊNCIAS .....120

ANEXOS.....124

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Foto 1:** Instrumento rudimentar de pedra polida encontrado em Itaguari
- Foto 2:** Cavaleiro tocando o gado nos sertões de Itaguari (1960)
- Foto 3:** Casa rural goiana, coberta com telhado de palha sapê
- Foto 4:** Túmulos de Maria Araújo e de seu esposo Pedro Procópio
- Foto 5:** Pedro José de Oliveira (Pedro Procópio) idealizador é fundador do povoamento
- Foto 6:** Doadores de terras e fundadores de Itaguari
- Foto 7:** Isaías Galdino de Oliveira
- Foto 8:** Família do sr. Pedro Procópio junto do marco simbólico de Itaguari
- Foto 9:** Atual marco simbólico dos pioneiros de Itaguari, com um novo pé de jatobá
- Foto 10:** Pedro Procópio e seus filhos, carreando carro de boi onde hoje se localiza o bairro Três Poderes em Itaguari, na década de 1950
- Foto 11:** Representação artística da primeira capela de Itaguari
- Foto 12:** José Eduardo do Couto, sua esposa Mariana Bernardes de Jesus (sentados) e demais membros da família
- Foto 13:** Novos “donos” do patrimônio de São Sebastião
- Foto 14:** Procissão de carros de boi na festa de São Sebastião (1968)
- Foto 15:** Antiga torre da Igreja de São Sebastião de Itaguari
- Foto 16:** Antigo fundo da Igreja de São Sebastião de Itaguari
- Foto 17:** Criança em frente à lateral da igreja, na qual pode ser visto o portal
- Foto 18:** Interior da Igreja de São Sebastião durante a última reforma (2017)
- Foto 19:** Vista aérea da igreja, na qual se vê o telhado em forma de cruz
- Foto 20:** Pavimentação com bloquetes ao redor do largo da igreja
- Foto 21:** À esquerda, prefeito Ramiô Rodrigues, com a primeira-dama Dona Maria, e à direita, vice-prefeito Neri Ferreira e sua esposa Maria Virlene
- Foto 22:** Caminhada dos eleitos para a posse na Prefeitura Municipal de Itaguari
- Foto 23:** Prefeito, vice-prefeito e populares em frente ao prédio que sediou a Prefeitura de Itaguari
- Foto 24:** Iris Rezende e Ramiô Rodrigues (ao centro), durante inauguração de um canteiro de obras (1991)
- Foto 25:** O então presidente Collor, discursando em Itaguari (1991)
- Foto 26:** Chegada do então presidente Collor a Itaguari (1991)

**Foto 27:** Ruínas de um antigo prédio de beneficiamento de cereais

**Foto 28:** Fachada da loja e confecção Regi-Ana

## LISTA DE MAPAS

- Mapa 1:** Roteiro da viagem de Saint Hilaire pela Capitania de Goiás (1819)
- Mapa 2:** Roteiro de Pohl pela Capitania de Goiás (1818-1820)
- Mapa 3:** Trajeto de Raimundo José da Cunha Mattos em Goiás
- Mapa 4:** Ocupação do território goiano em 1943
- Mapa 5:** Distância em linha reta entre Itaberaí e Jaraguá
- Mapa 6:** Principais fazendeiros da região onde seria fundada Itaguari, com a localização do cemitério (década de 1940)
- Mapa 7:** Planta urbana do núcleo fundacional de Itaguari (1956)
- Mapa 8:** Em verde, os sete alqueires iniciais doados por fazendeiros em 1949
- Mapa 9:** Loteamento São Sebastião
- Mapa 10:** Perímetro urbano de Itaguari, de 1960 a 2000
- Mapa 11:** Crescimento do perímetro urbano de Itaguari (2017)

## INTRODUÇÃO

Na História tudo acontece em um determinado tempo e em um determinado espaço. Sobre qualquer tema que um historiador se debruçar, indubitavelmente estarão presentes essas duas categorias básicas. Dessa maneira, o presente trabalho trata do estudo da urbanização e das transformações sociais e espaciais ocorridas ao longo do tempo em Itaguari, Goiás, localizada a 100 km de Goiânia. Criada em 29 de junho de 1946, a cidade só foi emancipada em 30 de dezembro de 1987.

O nascimento de uma cidade tem como motivação fatores bem mais diversos do que a simples vontade de se construir nesse ou naquele local uma aglomeração para abrigar uma determinada população. Por outro lado, pode-se também afirmar que a espontaneidade e os acasos no surgimento de uma cidade raramente existem, pois sempre há um fator histórico determinante para atrair as pessoas para uma ou outra região.

A formação de Itaguari, a exemplo de outras cidades goianas, teve como fator determinante a junção de múltiplos fatores, tais como a expansão da fronteira agrícola na década de 1930; a forte colonização do Mato Grosso Goiano; os antigos acampamentos onde pernoitavam tropas, boiadas e boiadeiros; e a religiosidade. A localização de um antigo cemitério, datado por volta do século XIX, também muito influenciou na escolha do local, que forma atualmente o núcleo central da cidade.

Além disso, a cidade de Itaguari é um bom exemplo de “lugar de memória” (NORA, 1993), por ainda guardar como recentes as lembranças do passado, marcas de vários tempos e processos sociais no território urbano construído, materializado ou não em sua própria história como uma espécie de escrita no espaço. Há uma grande deficiência, contudo, dessas marcas que ficaram. Por essa razão, faz-se necessário realizar um estudo sobre a história de Itaguari que tenha como suporte fontes orais e documentais, visando apresentar os fatos ocorridos durante o período de seu surgimento até a sua consolidação como cidade.

A escolha do tema de pesquisa procura preservar a história ainda viva de Itaguari, bem como a memória coletiva do povo itaguarinense, protegendo-a do esquecimento decorrente da ação do “tempo”. Busca-se, portanto, compreender, a partir da história urbana, como as mudanças sociais dos últimos anos vêm alterando os costumes e o cotidiano da cidade. Este trabalho se justifica ainda por contribuir para a

historiografia local e urbana, sobretudo no que diz respeito ao processo de formação e ocupação do espaço urbano de Itaguari. Vale ressaltar que, como são poucos os trabalhos sobre a cidade, a pesquisa também contribuirá para um maior conhecimento de sua história, servindo como fonte para futuras pesquisas.

Entre as poucas obras que se dedicam a estudar o município de Itaguari, merece destaque a de Antônio César Caldas Pinheiro, *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições* (2010). Nela, o autor apresenta uma versão divergente sobre o processo fundacional de Itaguari, se comparada à narrativa que prevaleceu ao longo dos anos e que é adotada neste estudo. Ao analisar as origens de algumas cidades goianas, Pinheiro (2010) ressalta que essas narrativas são elementos da tradição inventada, do mito e do imaginário na reconstrução de memórias.

Outro trabalho que também merece destaque é *Milagre e Castigo: Mito e memória nas folias de reis de Itaguari - GO* (2017), de Agnaldo Divino Gonzaga. O autor enfatiza, sob a ótica do mito e da memória, a construção da festa da Folia de Reis no município de Itaguari, procurando compreender o seu ritual e a importância das suas narrativas e cantorias.

Diferentemente dos trabalhos supracitados, o principal objetivo desta pesquisa é responder às seguintes questões: como ocorreu a ocupação territorial e a formação da cidade de Itaguari? Esse processo de urbanização interferiu no êxodo rural? Como a religiosidade contribuiu para o seu processo fundacional? Como ocorreu o desenvolvimento de seu núcleo urbano?

A hipótese inicial que orienta a investigação consiste em afirmar que a construção de Itaguari é marcada por mudanças ocorridas nos âmbitos nacional e regional. Para a análise das transformações da cidade, foi estipulado um recorte temporal que vai de 1946 a 2018, período que se refere ao início da formação do núcleo urbano até o ano de início da pesquisa. As metodologias utilizadas são a bibliográfica e as pesquisas documental, de campo e oral. Posto isso, os dados serão colocados em ordem cronológica, buscando compreender os pontos de inflexão dos fatos históricos e das transformações sociais e espaciais.

Dar voz ao passado, por meio de depoimentos, para o entendimento dos conflitos vividos no presente é fundamental, e por isso esse será um dos procedimentos a serem seguidos nesta pesquisa. Conforme Ferreira e Amado (2000), a utilização da fonte oral para a história é de certa forma reviver o passado não como ele exatamente foi, mas como ele existe ainda no imaginário de cada indivíduo de um grupo. Partindo



desse princípio, deve-se ter cautela quanto à necessidade de especificar-se quem são esses narradores que fazem de suas histórias de vida objetos do presente estudo. Trata-se de pessoas idosas que de fato estiveram presentes ou ligadas de alguma forma aos anos iniciais da fundação de Itaguari. Dedicaram-se, também, em boa parte de suas vidas, à construção de um futuro no qual hoje estão imersos, por meio de suas memórias individuais e coletivas e de suas ações.

Os dados foram obtidos por meio de fonte oral, mediante entrevistas. Os entrevistados foram selecionados por métodos que visavam um maior aproveitamento dos dados obtidos. Além disso, esta pesquisa foi realizada por meio da formação de uma base de dados bibliográficos, tais como documentos cartoriais e religioso-eclesiásticos, livros, trabalhos acadêmicos na área e outros obtidos na rede mundial de comunicação (internet). Não menos importante, ressaltou-se que esta pesquisa utiliza dados iconográficos correspondentes ao recorte temporal, por exemplo, pinturas, obras de arte e fotografias.

Para alcançar os objetivos supracitados, esta pesquisa se divide em três capítulos. O Capítulo 1, intitulado “Entre tempo e espaço: expansão migratória e ocupação territorial goiana”, levanta os fatores externos e internos à ocupação do espaço itaguarino, mostrando como as mudanças ocorridas entre os séculos XIX e XX influenciaram a ocupação do território goiano e o modo de vida da população, dentre elas, a ruralização do território goiano, que ocasionou os princípios da ocupação de Itaguari. Aborda também como a implantação dos trilhos da estrada de ferro em solo goiano e a construção de Goiânia e Brasília estimularam o aporte de grandes investimentos na infraestrutura de Goiás. Outros eventos sociais e políticos, tal como o projeto “Marcha para o Oeste”, atraíram levas de imigrantes para a ocupação do então vasto território goiano. Todos esses fatores contribuíram para a fundação do patrimônio de Itaguari e, conseqüentemente, do seu núcleo urbano inicial.

O Capítulo 2, “Da fundação do patrimônio de São Sebastião ao povoado de Campestre”, visa mostrar como o processo fundacional do patrimônio de Itaguari reverberou os antigos modelos de formação urbana, marcados pela colonização espontânea que ocorreu em Goiás no fim do século XIX e início do século XX. Mostra como os caminhos que interligavam e cruzavam o território goiano foram importantes para o processo da fixação das primeiras famílias na região e, conseqüentemente, para a formação do seu patrimônio/povoado.

Por fim, o Capítulo 3, “Itaguari e seu desenvolvimento: de distrito a cidade”, trabalha alguns aspectos do processo histórico vivenciado pelo município. Demonstra como as influências do poder político interferiram no crescimento populacional do núcleo urbano e na colocação do povoado como distrito de Taquaral de Goiás até a sua consolidação como cidade. Objetiva mostrar ainda como a Constituição de 1988 foi fundamental para a emancipação do município de Itaguari. Intenta-se assim mostrar a formação dos espaços da cidade.

## 1 ENTRE TEMPO E ESPAÇO: EXPANSÃO MIGRATÓRIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL GOIANA

Espaço e tempo podem ser considerados como faces da mesma moeda. Em 1905, o físico alemão Albert Einstein afirmou que tempo e espaço são relativos e estão profundamente entrelaçados. Apesar de parecer contraditório, a ideia buscava apontar a relatividade dessas duas categorias básicas, debate que extrapolou a Física de Einstein e alcançou outros campos do saber.

A História sempre esteve entrelaçada com a Geografia, campo de conhecimento notório pelos estudos sobre o espaço. A partir do século XX e estimulada pelas novas abordagens, a historiografia começou a se fortalecer com o surgimento das primeiras percepções de que existia a necessidade de se ultrapassar os limites estabelecidos pelas fronteiras que lhe foram impostas no século XIX, ocasião em que começaram a aflorar os diálogos interdisciplinares. A partir da terceira década do século XX, a História, segundo Barros (2017), expandia-se extraordinariamente no campo das Ciências Humanas, e a abertura à interdisciplinaridade possibilitou novas abordagens aos estudos historiográficos e, conseqüentemente, novos resultados.

A célebre frase “A História é o ciência do homem no Tempo”, cunhada por Marc Bloch em meados do século XX, rebatia outra muito difundida que afirmava: “A História é o estudo do passado humano” (*apud* BARROS, 2006). Aos historiadores do século XIX, parecia perfeitamente óbvio que a História se detivesse a examinar apenas e necessariamente o passado, mas conforme pontua Barros (2006, p. 461), o que a História “[...] estuda na verdade são as ações e transformações humanas (ou permanências) que se desenvolvem ou se estabelecem em um determinado período de tempo, mais longo ou mais curto”.

Ainda segundo Barros (2006), a definição da “História”, no seu aspecto mais irreduzível, deve incluir outra coordenada para além do “Homem” e do “Tempo”, pois, na verdade, ela é o estudo do “homem no tempo e no espaço”. O autor explica que o historiador é também o responsável pelo estudo do tempo presente, ampliando a noção de espaço dentro da historiografia, o que resulta em uma maior reflexão sobre a historicidade dos espaços e de suas formas distintas, evidenciando novos aportes teóricos e diferentes abordagens metodológicas com o uso de distintos tipos de fontes.

Desse modo, deve-se pensar o espaço da mesma forma como se reflete sobre o tempo, pois ambos não são unos. De acordo com Santos (1994), para se estudar e interpretar os espaços no tempo é de fundamental importância definir quais são os conceitos e as variáveis adequados à análise do tempo que se decidiu estudar. Se, por exemplo, o objeto de estudo for uma cidade, o ponto de partida será a recuperação do quadro referencial maior daquele lugar naquele tempo, ou seja, o seu enquadramento no espaço temporal. Em outras palavras, conforme pontua Abreu, M. (1998), deve-se recuperar “o tempo do lugar”. O autor recorre a um trecho da fala de Santos (1994) para explicar que “[...] o conjunto de temporalidades próprias a cada ponto do espaço não é dado por uma técnica tomada isoladamente, mas pelo conjunto de técnicas [amplamente definidas] existentes naquele ponto do espaço [naquele momento do tempo]” (ABREU, M. 1998, p. 22).

Essa relação espaço-tempo é também objeto da análise de Pesavento (2007, p. 15), para quem “[...] as cidades são antes de tudo *cronotopos*, para usar a consagrada expressão de Mikhail Bakhtin, elas são unidades de tempo e espaço”. Por isso, conforme a autora, a cidade guarda marcas de vários tempos e processos sociais no espaço urbano construído, materializado ou não em sua própria História como uma espécie de escrita no espaço. Ela ressalta, contudo, que há uma grande deficiência dessas marcas que chegam até o presente, pois, como o resultado de representações passadas, devem ser compreendidas como palimpsestos, conferidas de um ato de vontade, ou de um exercício de poder, atribuídas a uma intencionalidade difundida na escolha do que deve ser lembrado, resgatado ou preservado.

Ainda conforme Pesavento (2007), os homens fizeram e fazem da cidade produto material e imaterial de suas relações sociais, econômicas, culturais etc., e mesmo que não saibam o que fizeram ou o que estão fazendo são atores e agentes da ação social, apesar de nem sempre estarem em condições de compreender a totalidade e a complexidade dos fenômenos do contexto social em que estão inseridos e atuando.

Com base nas reflexões de Pesavento (2007), vale indagar sobre a interferência humana sobre o espaço, apontando as trágicas e irreversíveis consequências desse processo ao longo do tempo. Cabe ainda ressaltar a importância da História em seu papel de nortear o homem no tempo e no espaço, dando-lhe a possibilidade de compreender a sua própria realidade. Dessa forma, um estudo acerca das origens da cidade de Itaguari-GO, por meio da memória, da oralidade e das fontes tangíveis e

intangíveis, é suporte imprescindível para a construção de um estudo histórico sobre o espaço urbano e seus habitantes.

Barros (2007) considera que o século XX foi de certa maneira o “século da urbanização”, globalmente falando, uma vez que foi nele que a maior parte da população mundial passou a viver essencialmente em espaços urbanos, tal como ocorreu na cidade de Itaguari. Os espaços urbanos, conforme Marx (1991, p. 11), merecem uma atenção maior, pois podem vir a contribuir melhor para a compreensão da História. De acordo com Marx (1991) e Barros (2007), a interdisciplinaridade com outros campos do conhecimento, como a já mencionada Geografia, ou mesmo a Arquitetura e o Urbanismo, alargaram a noção do espaço dentro da historiografia, resultando em uma maior reflexão sobre a historicidade dos espaços urbanos e suas atribuições, além de novos aportes historiográficos.

Neste capítulo, portanto, o intento é mostrar os fatores externos e internos que possibilitaram o processo fundacional e o anseio para a criação do patrimônio/povoado<sup>1</sup> de Itaguari. Para tanto, apresenta como as mudanças ocorridas entre os séculos XIX e XX influenciaram a ocupação do território goiano e o modo de vida da população que vivia em Goiás. Aborda também como a expansão da fronteira agrícola e a construção de Goiânia e Brasília estimularam o aporte de grandes investimentos em infraestrutura, tais como os trilhos da estrada de ferro e o programa político “Marcha para o Oeste”. Iniciado por Getúlio Vargas e retomado por Juscelino Kubitschek, a “Marcha para o Oeste” atraiu levas de imigrantes para o solo goiano. Esse processo, conforme a hipótese que orienta esta investigação, estimulou a idealização de um patrimônio e, por conseguinte, a fundação de um espaço urbano.

## 1.1 SITUANDO-SE NA HISTÓRIA E NA MEMÓRIA

Atualmente, o cotidiano urbano brasileiro vê-se tomado por discursos e projetos que pregam a restauração, a preservação e a revalorização dos mais diversos vestígios do passado. A alegação é invariavelmente a necessidade de preservar-se a “memória”, a “memória urbana” ou a “identidade local”. Para Le Goff (1990, p. 14),

---

<sup>1</sup> Com base em Gomes *et al.* (2005), patrimônio era o modelo do povoamento goiano no século XIX. As formações urbanas originavam-se de “patrimônios” ou “capelas”, que consistiam na convergência das populações rurais para terras doadas pelos fazendeiros para ser erguida uma igreja, surgindo daí as funções comerciais e religiosas que davam início a um povoado, um arraial e depois uma cidade, demandando um longo período de solidificação.

esse processo de valorização do passado tem muito a ver com o fim da era de otimismo ilimitado no futuro que se iniciou com o Iluminismo. Mas os acontecimentos do século XX minaram bastante a fé ilimitada no porvir, causando uma reorientação da visão de mundo que prevalecia até então. O homem passou a viver mais o tempo presente, a desconfiar do que o futuro lhe reservava e a revalorizar o que já havia sido construído em tempos passados.

A memória das cidades está sendo produzida a cada dia, por isso, é necessário também estar atento ao presente e preocupar-se sempre em registrar as memórias coletivas que ainda estão vivas no cotidiano da cidade. Não há como impedir que muitas dessas memórias acabem por vir a sucumbir; entretanto, muitas podem ser recuperadas, guardadas, protegidas, bastando para isso que se esteja atento ao seu valor futuro e se consiga deixar de pensar exclusivamente no aqui e no agora.

Para Nora (1993), os espaços de memória assumiram e ainda assumem, para a sociedade, o papel de locais de referência, depositários das lembranças do passado e dos desejos para o próprio futuro. No entanto, com base no pensamento do autor, há de se refletir que não basta resgatar simplesmente o passado, pois é necessário alicerçar a “memória dos lugares”, ou “lugares de memória”, em um de seus pilares fundamentais que é o espaço-tempo, ou, ainda, o espaço que contém um tempo, buscando contextualizar as atribuições de sentidos a um determinado lugar.

De acordo com Pesavento (2007, p. 13),

[...]. Ao longo da década de 1990, a emergência de uma história cultural veio proporcionar uma nova abordagem ao fenômeno urbano. [...] a cidade não é mais considerada só como um *locus* privilegiado, seja da realização da produção, seja da ação de novos atores sociais, mas, sobretudo, como um problema e um objeto de reflexão, a partir das representações sociais que produz e que se objetivam em práticas sociais.

É possível, conforme a autora, problematizar a história das cidades por meio de suas práticas e representações.

A cidade sensível é aquela responsável pela atribuição de sentidos e significados ao espaço e ao tempo que se realizam na e por causa da cidade. É por esse processo mental de abordagem que o espaço se transforma em *lugar*, ou seja, portador de um significado e de uma memória. (PESAVENTO, 2007, p. 14-15, grifo da autora).

Assim, a apropriação do espaço acontece quando os pensamentos e as ações dos indivíduos se vinculam às imagens exteriores, ou, conforme Halbwachs (2006),

quando há uma sedimentação do *habitus* dos indivíduos à materialidade que os cerca, incorporando sentidos e transformando o lugar em portador de significado. Assim, as cidades devem ser vistas, mais do que como apenas aglomerações humanas ou mesmo um conjunto de ruas, prédios e monumentos, como espaços de relações sociais e pessoais que constroem sua imagem, sua identidade e seu valor afetivo e efetivo.

Pesavento (2008, p. 5) ressalta três componentes fundamentais que presidem a formação de um espaço urbano, ao articular as dimensões do espaço e do tempo que servirão como arcabouço para a construção desta pesquisa:

Primeiramente, os elementos, por assim dizer, estruturais que presidiram o traçado e organização do espaço físico e do espaço construído e que se revelam em termos de uma materialidade; a seguir, a apropriação deste espaço no tempo, construindo a experiência do vivido e transformando este espaço em território, dotado de uma função e onde se manifestam as relações de sociabilidade; por último, a dotação de uma carga imaginária de significados a este “espaço-território” no tempo, transformando-o em lugar portador do simbólico e das sensibilidades.

A autora demonstra, assim, que a cidade é o resultado da ação de muitos agentes que atuam no sentido de modificar o espaço dado. Espera-se, portanto, que a cidade possa ser lida como um texto que registra as atitudes e as experiências de uma sociedade. Como afirma Barthes (*apud* BARROS, 2007, p. 40), “[...] a cidade é um discurso e esse discurso é verdadeiramente uma linguagem: a cidade fala a seus habitantes, falamos nossa cidade [...]”. Deve-se, contudo, estar atento para não se cometer o erro de não perceber os palimpsestos nessa escrita.

Por isso, torna-se necessário discorrer sobre a memória, por ser o principal instrumento de armazenamento de informações do homem, que consegue reunir os fatos adquiridos e colocá-los em ordem para serem transmitidos a outras pessoas. Esse processo fica em evidência ao se examinar o espaço urbano como um registro não só de práticas sociais, mas também de memórias coletivas. No entanto, entender o processo de surgimento e evolução de uma cidade é algo bastante complexo, cheio de mistérios e controvérsias, sobretudo quando sua origem é remota e as fontes de pesquisas vão se tornando cada vez mais escassas.

Desse modo, é importante a análise da comunicação simbólica que permite identificar as memórias que compõem ou costuram essas relações com o espaço. Para tanto, pode-se tomar a cidade como um texto, por ser o espaço urbano um lugar de registros de memórias coletivas, de produção e fixação de uma memória. Como diz Poulet (1992, p. 54-55), “[...] graças à memória o tempo não está perdido, e, se não está

perdido, também o espaço não está. Ao lado do tempo reencontrado está o espaço reencontrado”.

As memórias urbanas devem ser estudadas considerando as relações de força que detinham o poder no momento da sua produção e nos períodos de sua permanência na cidade, nunca se esquecendo da historicidade das ações humanas que correspondem a uma visão de mundo. O entendimento da cidade deve partir do princípio de que ela é um instrumento material da vida coletiva, pois nela estão solidificados os conflitos e os consensos; os pensamentos que orientam as ações humanas dão forma à cidade, materializando-se nas construções e no modo de viver da sociedade.

As ciências, sobretudo a História e a Antropologia, assumem agora o papel fundamental de (re)construtoras e guardiãs da memória, da identidade e dos costumes de um povo. Conforme Halbwachs (2006), a lembrança é a sobrevivência do passado, o passado conservado no espírito de cada ser humano que aflora à consciência quando repassado a futuros. Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, e sim refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado.

Ainda de acordo com o autor, “[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos” (HALBWACHS, 2006, p. 30). A memória individual, explica ele, não deixa de existir, pois está enraizada em diferentes contextos com a presença de diferentes participantes, e isso permite que haja uma transposição da memória de sua natureza pessoal para se converter em um conjunto de acontecimentos partilhados por um grupo.

Dessa forma, para pensar sobre um determinado lugar de memória ou de sociabilidade faz-se necessário entender o lócus, as origens dos antecedentes históricos. Só assim será possível compreender como determinada sociedade se materializou em um determinado espaço. Por isso, os primeiros cronistas que escreveram sobre o Brasil se encantaram com a exuberância e a riqueza de seu território, mas também deixaram em seus relatos descrições da paisagem e do modo de vida dos habitantes daqueles primeiros tempos, notadamente os indígenas e sua capacidade de tirar o sustento da terra.

## 1.2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS: OS PRIMEIROS HABITANTES



Os primeiros habitantes da região de Itaguari-GO e seus arredores foram provavelmente os indígenas da etnia Kayapó, conforme relatos dos viajantes Saint-Hilaire (1975) e Johann Emanuel Pohl (1976), que percorreram o território goiano documentando as histórias e os costumes dos habitantes. Suas tribos eram seminômades e formadas por caçadores coletores. Viviam de caça, coleta de frutos silvestres e pequenos plantios, mas à medida que a colonização foi avançando, os indígenas foram fugindo para regiões menos habitadas.

De acordo com Cardoso *et al.* (2013), vestígios dessa ocupação humana já foram encontrados na região de Itaguari, o que atesta que seres humanos já ocupavam o território em épocas bem remotas. A Foto 1 a seguir mostra um utensílio rudimentar de pedra polida que provavelmente serviu como uma espécie de machado, uma vez que suas bordas são polidas de forma premeditada para sua utilização.

**Foto 1:** Instrumento rudimentar de pedra polida encontrado em Itaguari



**Fonte:** Acervo privado de Joaquim Marques Cardoso.

Depoimentos dos primeiros colonizadores da região confirmam a descoberta de vestígios desses materiais em matas e áreas próximas aos córregos Casa de Telhas e Sucuri. É o que foi constatado por Cardoso *et al.* (2013, p. 15) com base nos seguintes testemunhos:

Já achei muita pedra de índio perto do Rio Sucuri e no Casa de Telhas (José Jerônimo Neto de 79 anos, Entrevista feita: 16/07/2005, Por: Joaquim Marquês Cardoso).

Encontrei um cachimbo e um pote de barro quando estava arando um terreno pra plantar arroz. Guardei o cachimbo muito tempo depois ele desapareceu (Maurílio Leite Borges de 77 anos, Entrevista feita: 28/12/2006, Por: Joaquim Marquês Cardoso).

Quando eu encontrava uma pedra parecida com um machadinho eu achava que era pedra de raio<sup>2</sup> e jogava fora com medo que ela atraísse os raios. O povo dizia que de sete em sete anos o raio vinha de volta para buscar a pedra. Ninguém tinha coragem de guardar essas pedras. (José Romano Borges de 74 anos, Entrevista feita: 03/01/2007, Por: Joaquim Marquês Cardoso).

A falta de conhecimento sobre esse material arqueológico levou os primeiros colonizadores a se desfazerem deles ou a não terem o cuidado necessário para sua preservação. Esses artefatos indígenas eram feitos em sua maioria de cerâmicas ou pedras, como pôde ser comprovado nos relatos colhidos por Cardoso *et al.* (2013). Esses relatos levam a refletir se o município de Itaguari já era habitado antes mesmo da chegada dos bandeirantes, uma vez que sua formação geográfica era propícia para a sobrevivência humana. Outro fator que pode ser levantado com esses depoimentos diz respeito à presença de um sítio arqueológico ainda não pesquisado ou explorado.

### 1.3 RELATOS DE VIAJANTES: TRILHAS PELOS SERTÕES GOIANOS

Os diários, os itinerários e os relatos dos viajantes estrangeiros do século XIX são importantes fontes para se conhecer as regiões do sertão goiano. Neles, há uma grande riqueza de registros que podem oferecer ao leitor o olhar do outro vindo de fora. Mas deve-se levar em consideração que tais fontes não são isentas e não descreviam a realidade com fidelidade.

Aliás, muito do que se conhece do território goiano do início do século XIX foi relatado por integrantes das expedições geográficas de reconhecimento da Capitania e, posteriormente, por missionários que entravam para pacificar e doutrinar os autóctones brasileiros e que também tinham a incumbência de observar e levar à Corte portuguesa suas observações<sup>3</sup>. Corrêa (2001, p. 76) ressalta que “[...] a instalação da Corte Joanina levou as autoridades a relaxar o histórico embargo à vinda de estrangeiros ao Brasil e à

---

<sup>2</sup> Pedra de raio, ou corisco, é uma pedra pré-moldada em formato de uma lâmina de machado produzida pelo homem. Ela tinha várias funções, pois servia para derrubar árvores, matar um animal, preparar a terra ou até mesmo para rituais ou amuleto da sociedade da época, e recebeu esse nome por ser normalmente encontrada nos troncos das árvores, devido ao seu processo de fabricação ao qual eram inseridas através de uma abertura no troco de uma árvore, com este processo a madeira a envolvia firmando a pedra que depois era retirada com a madeira servindo como cabo. Segundo o folclore popular, a pedra de raio cai do céu junto com os raios, e quem a encontra terá sorte, enquanto quem guardá-la em casa pode proteger-se contra raios ou atraí-los. Tais concepções mudam de região para região.

<sup>3</sup> Muito em favor do resultado do sigilo e do isolamento que orientavam a política externa portuguesa, houve, contudo, um grande monopólio sobre essas informações da colônia, com exceção do litoral, onde havia um maior fluxo de pessoas e informações.

difusão de conhecimentos sobre o país, franqueando o território brasileiro aos cidadãos procedentes de outras nações”.

Com a vinda da Corte portuguesa para o Brasil em 1807 e a elevação da colônia a uma infraestrutura administrativa de reino, e posteriormente com a Proclamação da Independência em 1822, uma série de alterações ocorreram para dar suporte e abrigo à família real portuguesa e sua comitiva. Diante da inexistência de uma estrutura educacional erudita, segundo os padrões eurocêntricos, a solução encontrada foi a de estimular a vinda de naturalistas e cientistas estrangeiros, o que colaborou para o desenvolvimento de pesquisas sobre a flora e a fauna do território brasileiro.

Ligando a conjuntura econômica, social e política do território brasileiro ao cenário europeu do século XIX, percebe-se que as nações européias já vivenciavam os efeitos da Revolução Industrial, expressos em um grande desenvolvimento tecnológico e intelectual. Buscando ampliar o crescimento de mercados alternativos, tanto para a exploração de matéria-prima quanto para o consumo, viajantes estrangeiros voltaram sua atenção para regiões ainda inexploradas, com a expectativa de usufruir de possíveis riquezas e conhecimentos de outros cenários naturais diferentes dos seus.

Corrêa (2001) pontua que, desde a chegada dos bandeirantes em terras goianas, a região onde está localizado o município de Itaguari foi bastante percorrida por tropeiros e aventureiros que buscavam vestígios de minas auríferas. Localizada próxima de Vila Boa (atual Cidade de Goiás), Meia Ponte (atual Pirenópolis) e do povoado de Córrego Jaraguá (atual município de Jaraguá), a região recebeu a atenção desses viajantes mesmo durante a época de declínio da atividade mineradora, pelo fato de a abertura dos portos brasileiros favorecer nações amigas que tinham o interesse de descobrir as riquezas naturais do interior do Brasil, para posteriormente explorá-las.

Ainda segundo Corrêa (2001), a situação socioeconômica da Capitania de Goiás, que foi elevada à Província em 1822, sofria, além das dificuldades de acesso ao seu território, com o desconhecimento das riquezas de seu bioma, tornando-se assim menos atraente para viajantes estrangeiros e nacionais. No caso específico de Goiás, passaram por seu território os viajantes alemães Johann Baptist Von Spix, Karl Friedrich Von Martius, ambos em 1818; o austríaco Johann Emanuel Pohl, entre 1818 e 1820; os franceses Auguste de Saint-Hilaire e Francis Castelnau, em 1819 e 1844, respectivamente; os ingleses Willian John Burchell e Gerog Gardner, entre 1827-1829 e 1839-1840, respectivamente; os portugueses Raimundo José da Cunha Mattos e Luís D’Alincourt, entre 1823-1826 e 1818, respectivamente. Também brasileiros estiveram

em Goiás com fins semelhantes aos dos europeus, tais como o mineiro Virgílio M. de Mello Franco, o paulista Joaquim Almeida Leite de Moraes e o carioca Oscar Leal.

Do conjunto desses viajantes, destacam-se três: Pohl (1976), Saint-Hilaire (1975) e Mattos (2004), que percorreram o território onde hoje se localiza o município de Itaguari. Aliás, essa localidade, por ser uma região plana, de campos limpos e de fácil localização (próxima das serras do Brandão e da Inhola), além de possuir córregos fáceis de serem atravessados a vau, proporcionava aos viajantes uma trilha certa e de menor percurso entre Meia Ponte e Vila Boa, importantes centros urbanos de Goiás no século XIX.

Saint-Hilaire traz em sua obra *Viagem à Província de Goiás* (1975) importantes depoimentos acerca da vegetação, da população, da cultura e da vida social de Goiás no início do século XIX. Os relatos fazem referências à região Itaguari, tal como se observa no trecho sobre sua viagem entre Jaraguá e Vila Boa, capital de Goiás em 1818:

Depois de ter deixado Jaraguá comecei a perceber que já me encontrava próximo da capital da capitania. A região era menos deserta e encontrei várias pessoas pelo caminho. Passei por três casas habitadas, uma das quais tinha um rancho destinado aos viajantes [...]. No dia seguinte continuei a viagem, felizmente à sombra acolhedora do Mato Grosso [...]. Depois de deixar o Rancho das Areias, andei ainda 3 léguas através de Mato Grosso, e de repente me vi a céu aberto, num campo salpicado de árvores raquíticas [...]. Passei a noite numa pequena casa denominada Sítio da Lage que era habitada unicamente por mulheres [...]. A 3 léguas de Lage, a região é plana. Os campos continuam salpicados de árvores enfezadas, mas veem-se fileiras de árvores margeando todos os riachos [...] Logo depois que deixei Mandinga atravessei uma ponte de madeira sobre o rio Uru (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 45-46).

Em um segundo trecho, Saint-Hilaire (1975, p. 96-97) relata sua despedida de Vila Boa e o retorno a Jaraguá:

A Serra Dourada foi ficando para trás, e à minha direita eu via os morros que orlavam a planície. Tinha feito 2 léguas quando cheguei às margens do Rio Uru [...]. Parece que se fizeram em outros tempos plantações no meio da mata, pois em vários trechos veem-se grandes clareiras tomadas pelo capim-gordura, planta que, como sabemos, é indício infalível de antigos desmatamentos. Um grande número de colonos estabeleceu-se no meio do “Mato Grosso”, os quais vendem seus produtos a Vila Boa. Mas como provavelmente começaram a vida ali sem possuir nada, e não receberam o menor incentivo do governo, continuam tão pobres quanto eram [...]. No terceiro dia de minha viagem através da mata passei diante de uma casa digna desse nome num lugar denominado Pouso Alto. Até então eu só havia visto meia dúzia de casebres mais miseráveis que o dos Caiapós [...]. No dia seguinte encontrei na mata um bando de gente a cavalo, conduzindo burros carregados de provisões. Um dos homens levava um estandarte, outro um



viajante europeu que passou por Goiás no século XIX deixou como herança de seu olhar a ideia de atraso da sociedade goiana, que transitava de uma economia com base na mineração para atividades ligadas à agropecuária. Goiás e sua cultura não tinham as referências do desenvolvimento capitalista europeu do século XIX, pois seguiam padrões econômicos e culturais próprios.

Outro viajante que percorreu a região de Itaguari foi Johann Emanuel Pohl. Austríaco, doutor em Medicina e professor da Universidade de Praga, veio ao Brasil acompanhando a comitiva de Dona Leopoldina, arquiduquesa austríaca que iria se casar com D. Pedro I. Após o casamento, esse célebre doutor dedicou-se a visitar inúmeras cidades brasileiras, coletando amostras de minérios e espécies de plantas para o Museu de Viena. Em sua obra *Viagem no interior do Brasil* (1976), há registros importantes da região de Itaguari, dentre os quais dois relatos de 1818 merecem destaque especial. O primeiro descreve sua viagem entre Jaraguá e Vila Boa:

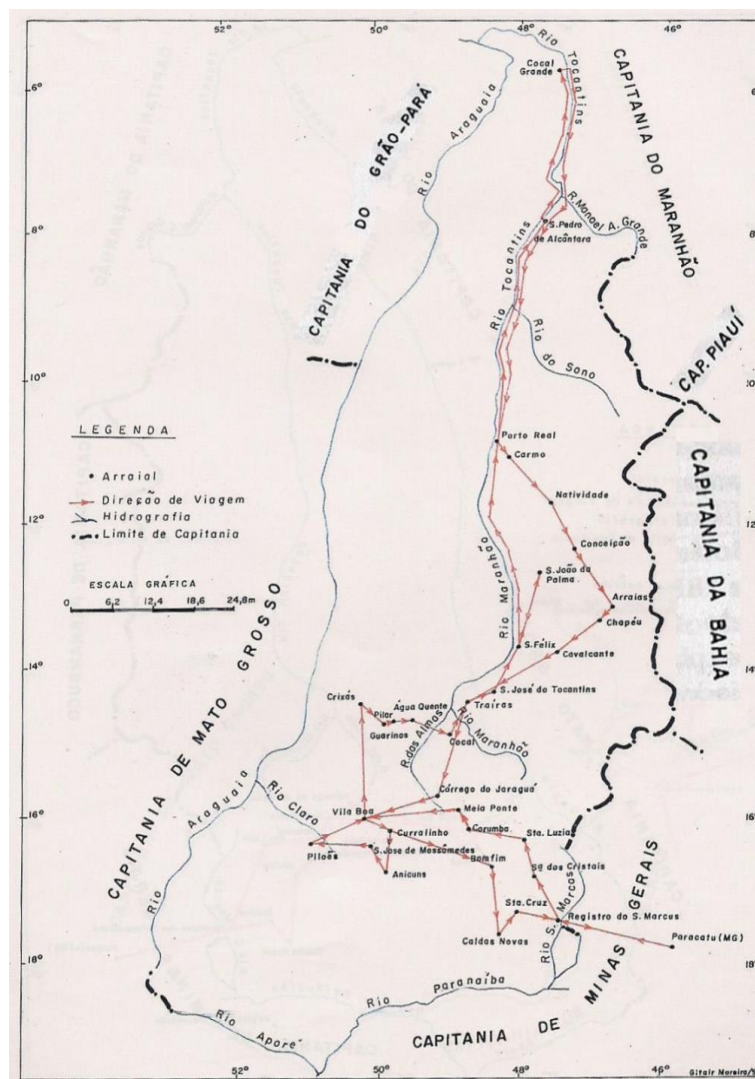
Do outro lado do Córrego do Jaraguá, riacho de uns nove metros de largura, encontrei, na pequena Fazenda Goiabeira, um grupo de ciganos conduzindo consigo alguns cavalos e burros, provavelmente furtados [...]. A fazenda Azaréia, que depois atingimos, tem a sua grande e bela instalação numa parte desbastada da floresta. Os demais povoados do caminho são tão insignificantes quanto os regatos que vadeamos antes de chegarmos, depois de quatro léguas de viagem, à Fazenda Retiro, onde uns vinte animais, entre cães, vacas e porcos do proprietário, durante toda a noite disputaram conosco lugar no rancho. Em 20 de janeiro, um quarto de légua depois do retiro, terminou o extenso “Mato Grosso”. Campos relvosos conduziam à simpática Fazenda Bueno, onde, para nossa aflição, ficamos sabendo que havíamos errado a estrada nova para a capital, entrando na velha, cuja ponte, devido a um desmoronamento, não fora mais usada [...]. Ela cruza o Rio Uru, que vem do sul para o oeste, com um rodeio para o norte. Tinha uns quarenta e cinco metros de comprimento e realmente estava em terrível estado de ruína [...]. Na manhã seguinte (21 de janeiro), em todo o trajeto até o Arraial de Ouro Fino, encontramos quase que somente montes baixos e desnudos (POHL, 1976, p. 119-120).

No segundo relato, sobre o trecho entre Vila Boa e Meia Ponte, o viajante austríaco informa:

No dia seguinte, prosseguimos a viagem, sem que sucedesse coisa alguma de excepcional até o Arraial de Currealinho, onde acampamos em casa do Alferes João Luís Brandão. Daqui para frente, seguia o caminho rumo a Meia Ponte [...]. Picadas através das compactas trepadeiras levavam de uma fazenda a outra. O primeiro lugar, na floresta, consta de duas cabanas e chama-se Conceição; o seguinte tem o nome de Sapezal e o terceiro, a cinco léguas de Currealinho, é chamado Casa de Telha, nome que lhe vem do seu telhado, pois as outras cabanas são cobertas de palhas e fibras de palmeiras [...]. O nosso itinerário atravessava continuamente a floresta, sobre terra vegetal, passando por plantações abandonadas, em caminhos precários, até o Engenho Felisberto Leite. Este engenho fica numa bela praça livre, aberta na mata, no

Córrego Passa-Três; com as numerosas cabanas de escravos, forma uma pequena aldeia. Passamos depois pelo pequeno Engenho Joaquim Gomes, no Ribeirão Fartura, que deságua no Córrego Passa-Três, afluente do Rio Sucuri; em seguida, pela Fazenda João Rodrigues e um grupo de casas, chamado Catingueira, de onde parte, a sul, uma vereda, através da floresta, para o Arraial de Anicuns (POHL, 1976, p. 287-288).

**Mapa 2:** Roteiro de Pohl pela Capitania de Goiás (1818-1820)



Fonte: Correa (2001, p. 117).

Conforme os Mapas 1 e 2, bem como os relatos de Saint-Hilaire e Pohl, pode-se compreender que a distribuição do território goiano teve uma urbanização mais relevante nas proximidades de Vila Boa e Meia Ponte, o que é compreensível, tendo em vista que essas duas localidades concentravam grande parte da vida pública, política e

comercial do território na época. Diferentemente desses dois viajantes, que não tinham nenhuma pretensão de se fixarem mais do que o necessário em Goiás, encontra-se o português Raimundo José da Cunha Mattos, que em 1823 ocupou o cargo de Comandante de Armas da Província de Goiás.

Ao descrever a província, Mattos produziu uma das mais importantes e relevantes obras cartográficas da época. Assim como Pohl (1976), Mattos (2004) descreve uma localidade denominada “Retiro”<sup>4</sup>, que estaria próxima da localização do espaço urbano de Itaguari. Seu relato reforça uma das hipóteses para o surgimento do antigo cemitério e a escolha de determinado local para a fundação do patrimônio, como pode ser observado no trecho em que descreve sua viagem entre a capital da província de Goiás ao Arraial de Jaraguá:

3 DE AGOSTO – DOMINGO. – Montei o cavalo às 5 horas e meia da manhã. [...]. Às 9 horas e 35 minutos, o sítio Retiro, 3 léguas distante da ponte do rio Urú pela estrada do arraial do Ouro Fino, a caminho da cidade. Às 10 horas e 5 minutos, o córrego do Godói, e logo o sítio do mesmo nome. Às 10 horas e 35 minutos, o sítio das laranjeiras com o córrego. Às 11 horas, um córrego e uma pequena casa. Às 11 horas, o ribeirão ou rio Sucuriú, limite dos distritos do Currallinho e do córrego de Jaraguá. A foz deste rio está na margem esquerda do rio das Almas, 7 léguas abaixo do arraial de Jaraguá. [...]. Ora, como eu não encontrava grandes matas, e somente campos descobertos, perguntava ao Major se já estávamos perto da mata [...], mas o Major com toda a ingenuidade me declarou ter atravessado a mata havia cinco anos, e que nesse tempo não existiam as derrubadas, os claros, os campos, o capim-gordura, e as roças que agora encontrava. Isto vale o mesmo que dizer: – os imprudentes moradores da mata estão destruindo para sempre um dos mais belos bosques do Brasil – digo belos bosques, porque o resto do que existe é muito mais copado e vigoroso do que a da mata do Rio de Janeiro, tanto pela qualidade da terra como pela abundância das águas (MATTOS, 2004, p. 103-104).

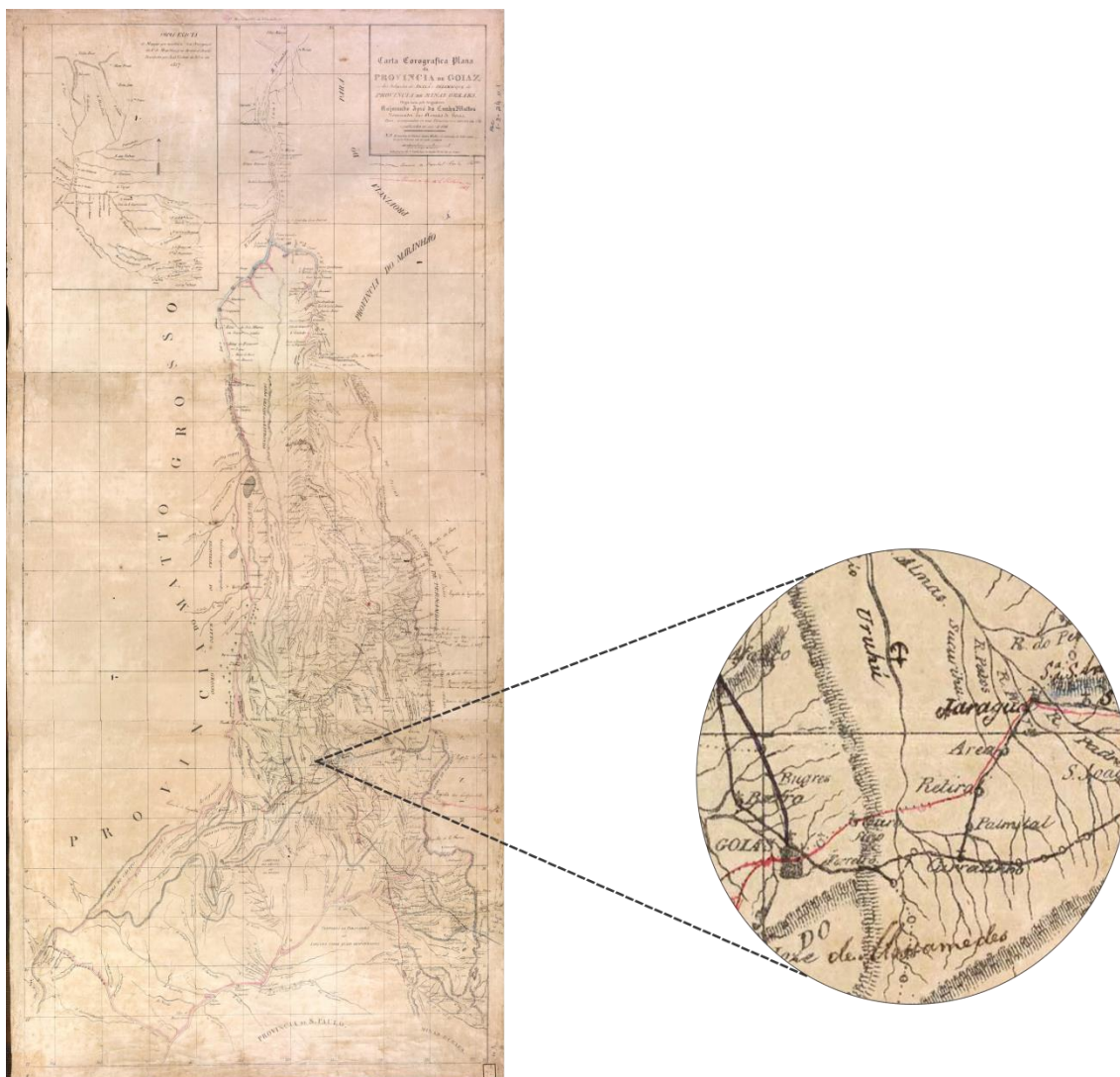
No mapa produzido por Mattos em 1836, pode-se perceber que o sítio Retiro localizava-se entre os arraiais de Currallinho e Jaraguá, onde futuramente surgiria o município de Itaguari. A importância dessa localidade devia-se ao entrecruzamento de duas rotas bastante movimentadas: a primeira ligava Jaraguá a Currallinho, enquanto a outra seguia rumo a Ouro Fino. Relatos de antigos moradores da região confirmam que a região hoje conhecida como Fazenda Conceição, era conhecida antigamente como Retiro (Anexo L).

---

<sup>4</sup> Segundo a sabedoria popular, a utilização do termo “Retiro”, nessa colocação, busca repassar a ideia de um lugar solitário, remoto, sítio, rancho, fazenda etc., onde durante certas épocas do ano se coloca o gado. Servia também como ponto de parada para tropeiros pernovernarem e descansarem enquanto os animais se alimentavam. Normalmente um “retiro” ficava próximo da sede de uma fazenda e era ocupado por peões e meeiros.



### Mapa 3: Trajeto de Raimundo José da Cunha Mattos em Goiás



**Fonte:** Biblioteca Nacional/ acervo da biblioteca nacional digital<sup>5</sup>.

A riqueza dos relatos produzidos não só por Saint-Hilaire, mas também por Pohl, Mattos e demais viajantes estrangeiros servem atualmente como fontes de pesquisas, tendo um valor inestimável para a historiografia. Neles, percebe-se que o município de Itaguari foi possivelmente percorrido inúmeras vezes por um grande fluxo de pessoas que foram se instalando nos sertões goianos ao longo dessas trilhas. Serviam, assim, como ponto de apoio aos viajantes e tropeiros, que iam desbravando os sertões.

<sup>5</sup> Disponível em: [http://objdigital.bn.br/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart543418/cart543418.html](http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_cartografia/cart543418/cart543418.html). Acesso em: 19 jun. 2021.

#### 1.4 ITAGUARI NO SÉCULO XIX: OCUPAÇÃO DE TERRAS E FORMAÇÃO DE GRANDES FAZENDAS

O declínio na produção das minas auríferas goianas fez com que Goiás vivesse um período de grandes dificuldades econômicas, dada a queda de seu principal produto mercantil, o ouro, bem como as dificuldades com os meios de transporte e de comunicação, e a quase inexistência de mercados consumidores. O quadro econômico mostrava assim a impossibilidade para o desenvolvimento da agricultura comercial, e a solução viria com a prática da pecuária extensiva.

A maioria dos mineradores que permaneceu em Goiás depois do esgotamento das minas de ouro passou a se dedicar a uma agricultura apenas de subsistência, focando seus esforços na criação de gado. Aliás, a pecuária foi importante para a economia goiana manter ativa as rotas comerciais com Minas Gerais e São Paulo, rompendo os limites da distância e trazendo ampliação dos rendimentos para Goiás.

No período mineratório, mineiros, escravos e mestiços instalaram-se próximos das regiões de garimpo, formando enormes propriedades que não eram demarcadas oficialmente. Posteriormente, acorreram a essas regiões as correntes migratórias oriundas principalmente do Pará, do Maranhão, da Bahia e de Minas Gerais, impulsionadas pelos planos políticos de modernização do território goiano, tal como a “Marcha para o Oeste”, que tinha como objetivo a ocupação do Centro-Oeste brasileiro.

Com o declínio na produção aurífera em Goiás, a população goiana foi se instalando cada vez mais longe dos principais centros urbanos, em um processo de ruralização, formando fazendas multifuncionais e voltadas para o autoconsumo. A atividade agropastoril pode ser considerada como um dos principais fatores responsáveis pelo processo de ocupação e desbravamento do território goiano, em virtude da necessidade da abertura de novas pastagens e da ocupação do solo. Vale destacar que, em um primeiro momento, essas fazendas surgiram ao redor das regiões de garimpo, com o intuito de abastecerem aqueles locais.

A pecuária tornou-se então a principal atividade econômica de Goiás. Por demandar poucos investimentos e ser de grande rentabilidade, desempenhou um importante papel histórico-cultural na região, influenciando até mesmo o desenvolvimento ocupacional do território goiano, ao desbravar, desmatar e se apossar de suas terras.

A importância desta atividade para Goiás é inegável: a pecuária representou um papel histórico importante [...] porque evitou, após a decadência da mineração, o total despovoamento e a falência econômica de Goiás, funcionando como elemento de fixação do homem e de ocupação de novas parcelas do território goiano. Além disso, o seu produto supera as condições de isolamento a que era submetida a população goiana, o gado deslocava-se até o mercado mineiro, paulista e baiano (CAMPOS *apud* CHAUL, 1997, p. 87).

A lida com o gado, com o cavaleiro tocando as poucas reses no município de Itaguari, e também a simplicidade da porteira feita com galhos de árvores, conhecida pelos idosos como “cancela de barroto”, são mostradas na Foto 2 a seguir.

**Foto 2:** Cavaleiro tocando o gado nos sertões de Itaguari (1960)



**Fonte:** Arquivo pessoal de Luzia Macedo de Oliveira.

No início do século XIX, o território que hoje forma o município de Itaguari contava com pouco mais de meia dúzia de fazendeiros vivendo em situação de grande penúria. A população da época vivia isolada na zona rural, sendo o transporte animal seu único meio de locomoção, devido à escassez de estradas pelos sertões; o que havia na época eram apenas picadas para a locomoção dos animais e dos carros de bois.

**Foto 3:** Casa rural goiana, coberta com telhado de palha sapê<sup>6</sup>



**Fonte:** Arquivo pessoal de Luzia Macedo de Oliveira.

As habitações típicas da época permaneceram como padrão até o século XX e eram cobertas de palha ou telha comum (telha de coxa), com paredes de pau a pique, além do uso do barro para o adobe ou taipa de pilão, como mostrado na Foto 3. Havia uma grande preocupação com a proliferação de barbeiros, inseto transmissor de doenças, como a de Chagas, e por isso a construção era rebocada com até quinze camadas de uma liga feita com barro.

As análises desenvolvidas até aqui mostram que a história de Goiás é uma narrativa de migrações: no século XIX, esses fluxos avançaram na ocupação primária do campo, ficando para depois as formações urbanas. Na primeira metade do século XX, o movimento migratório se intensificou, voltando-se também para a formação de povoamentos e o crescimento das cidades.

### 1.5 “MARCHA PARA O OESTE”: EXPANSÃO MIGRATÓRIA E OCUPAÇÃO TERRITORIAL

Durante todo o século XIX, as condições socioeconômicas e políticas do Brasil não auxiliaram a proposta de ações administrativas satisfatórias para Goiás, sobretudo

---

<sup>6</sup> Casa rural de pau a pique e com telhado feito com palhas, construída no século XIX ou XX na Fazenda Tijuca, no município de Jaraguá – GO. A foto foi tirada provavelmente na década de 1970, e a casa atualmente encontra-se em ruínas.

quando se trata da ocupação territorial do estado, o que só iria mudar depois das primeiras décadas do século XX. Conforme Ferreira, A. (1999), o estado permaneceu com baixíssima densidade demográfica, com a maioria da população espalhada por áreas remotas do território.

A ausência de um produto econômico básico e competitivo no cenário nacional, fruto das precárias condições de locomoção e da distância de Goiás em relação aos principais centros exportadores, provocava a oneração da produção goiana, inviabilizava a comercialização dos excedentes agrários e levava ao desequilíbrio entre receitas e despesas. Mattos (2004, p. 68-69), cujo olhar etnocêntrico não permitia que compreendesse a totalidade da realidade goiana, fez um importante relato sobre as atividades agrícolas e pecuárias da província de Goiás no século XIX:

A agricultura é pouca nos sertões: o gado leva os maiores cuidados; e como o grão (milho) produz às vezes duzentos por um, não é necessário grande trabalho para colher quanto basta para o consumo anual da família e gado; acontece, porém, que por falta de reservas, em havendo qualquer pequena seca, ou apodrecendo a sementeira por causa das muitas águas, sofrem-se logo grandes fomes. Os roceiros (gente que planta grãos como milho, feijão, abóbora etc.) vão para as roças, no tempo dos trabalhos, às 9 horas da manhã, e recolhem-se às duas ou três da tarde. Parece que os homens acham-se em hostilidade com a agricultura de cereais e farináceos, pois que a criação de gado é a única que atrai todos os seus cuidados. Mais que cuidados! Bem poucos dos que deviam ser!

Conforme Ferreira, A. (1999), esse quadro só se modificou a partir da segunda metade do século XIX, mais concretamente no início do século XX, quando a economia brasileira passou por transformações decorrentes principalmente da expansão da economia cafeeira e da industrialização na região Sudeste, que se organizava em bases capitalistas. Houve, conseqüentemente, uma modificação na estrutura social e urbana, que foi em seguida disseminada para outras regiões, uma vez que essas transformações da economia exigiam a expansão da frente pioneira rumo ao interior do país, ocupando e incorporando à produção capitalista extensas áreas interioranas, as quais se encontravam, até então, fora do âmbito da economia de mercado.

Ainda segundo Ferreira, A. (1999, p. 21), com o avanço da fronteira agrícola para a região Centro-Sul nas primeiras décadas do século XX, alterou-se a ideia de atraso existente em Goiás, e passou-se a aspirar por uma nova etapa, pela busca da mentalidade "modernizante". Nesse contexto, iniciou-se a implantação das ferrovias em solo goiano, que davam acesso ao principal centro urbano e econômico do país, São

Paulo. A rede ferroviária proporcionou o estreitamento da articulação inter-regional, aproximando Goiás da região Sudeste.

Afinal, os trilhos da E. F. Mogiana se encontravam paralisados desde 1896 em Araguari, no Triângulo Mineiro, centro de comercialização da incipiente produção goiana. Mas é no início do Século XX que, efetivamente, a reivindicação da ferrovia tomou corpo, inserida nas ideias “modernizantes” da facção oligárquica liderada por Xavier de Almeida, pretendente ao poder estadual. Em meio às disputas entre mineiros e goianos pelos interesses contidos no projeto da ferrovia, decidiu-se pela criação da Companhia Estrada de Ferro de Goiás conectada com a Estrada de Ferro Mogiana em Araguari (FERREIRA, A., 1999, p. 37).

A penetração no território goiano da Estrada de Ferro de Goiás em 1912 provocou uma significativa transformação nas regiões sul e sudeste do estado, com a modernização da economia agrária e, simultaneamente, de outros aspectos da vida social, política e cultural, que também passaram a experimentar mudanças. O povoamento e, conseqüentemente, o processo de acelerada urbanização foram parte dessa lógica que levou à expansão ou ao surgimento de cidades, motivada pelos avanços dos trilhos que dinamizavam o fluxo comercial do estado e ajudavam a alavancar o processo ocupacional.

Algumas cidades que ficavam nesses trechos se desenvolveram e o movimento migratório se intensificou, resultando na valorização das terras goianas. Para Ferreira, A. (1999, p. 59), ao longo da ferrovia “[...] eram deixadas as marcas modernizadoras, não apenas de ordem econômica, mas também espacial e ideológica, alterando os aspectos da vida social, política e cultural da região e imprimindo um sentido de urbanidade na população”. Isso exprime que a ferrovia, além de dinamizar a produção e a integração regional, também esteve permeada pelo processo de urbanização de Goiás.

O movimento migratório continuou avançando para o norte da região, acompanhando os trilhos para explorar o comércio, buscar as terras abundantes e ainda baratas, intensificando-se mais à medida que a ferrovia se aproximava de Anápolis e das boas terras do Mato Grosso Goiano (FERREIRA, A., 1999, p. 51).

Em 1935, os trilhos chegaram até Anápolis, e, como ponto final da linha ferroviária, a região acolheu imigrantes, principalmente comerciantes, que se fixaram na cidade e buscaram controlar o comércio local e regional. Anápolis passou a ser o maior centro comercial e um dos mais populosos municípios de Goiás. Conforme Ferreira, A. (1999), era visível que os povoamentos nas áreas próximas às linhas ferroviárias foram intensificados com a expansão dos trilhos, sobretudo nas primeiras décadas do século

XX. Com o fortalecimento de Anápolis, “[...] houve um significativo crescimento populacional na porção central de Goiás, especialmente na região denominada Mato Grosso Goiano” (FERREIRA, A., 1999, p. 60), região interiorana que englobava um vasto território, no qual estava o município de Itaguari, cujas terras férteis atraíu levas de imigrantes.

Conseqüentemente [o resultado foi] uma intensa fragmentação espacial da região a partir de 1940 através da criação de novos municípios pela emancipação dos distritos em franco desenvolvimento. A Estrada de Ferro teve importante papel nesse processo, transportando massas humanas que, ao longo de sua trajetória, se estabeleceram nas localidades, permaneceram ou seguiram adiante acompanhando as pontas dos trilhos e finalmente disseminaram-se pelo território a partir de Anápolis (FERREIRA, A., 1999, p. 60).

De igual importância, a proposta de modernidade e o suporte às ideias que visavam o desenvolvimento e o progresso do estado de Goiás deflagraram, no âmbito espacial, a construção de Goiânia em 1933. A criação da nova capital de Goiás representava o símbolo do progresso do novo Brasil varguista, voltado à interiorização do país e à unificação nacional, inspirada na ideologia da "Marcha para o Oeste". Esse processo só foi possível pela ação do interventor Pedro Ludovico Teixeira, que efetivou a mudança da capital visando não apenas o desenvolvimento do estado de Goiás, mas também como um ataque ao núcleo de poder das antigas oligarquias goianas.

Pedro Ludovico Teixeira resumia seus ataques às deficiências e ao marasmo da cidade de Goiás. Os ataques à velha capital, porém, não atingiam apenas a cidade decadente, mas também o centro de poder dos grupos políticos dispostos. Atacar Goiás era uma forma de atacar os Caiados; era uma maneira de atacar o núcleo de poder da Primeira República. Paralelamente, armava-se uma sintonia com os anseios econômicos dos grupos políticos do sul e do sudoeste do estado (CHAUL, 1997, p. 204).

Advindo da região sudoeste do estado de Goiás, onde o fluxo de ideias políticas e modernizadoras adentrava graças à estrada de ferro, Pedro Ludovico passou a propor como objetivo primordial de sua administração o desenvolvimento de Goiás. A proposta de mudança da capital do estado de Goiás foi retomada na esperança de progresso e como estratégia de sobrevivência política. Outro fator de peso favorável aos ideais de Pedro Ludovico era a situação da Cidade de Goiás, que não suscitava argumentos satisfatórios para se manter na qualidade de capital de um estado em ascensão.

Com todos esses fatores, bem como a propaganda feita no país sobre o desenvolvimento de Goiás e a construção de Goiânia, foram atraídas levadas de migrantes para o território goiano em busca de serviços e de melhores oportunidades de vida. O objetivo de Pedro Ludovico era impulsionar a ocupação do estado de Goiás, direcionando os excedentes populacionais para os espaços demográficos vazios, usando para isso o discurso da modernização e do progresso que representaria a transferência da capital.

Por outro lado, a construção de Goiânia provocou uma radical alteração no projeto original da E. F. de Goiás, que havia sido paralisado com a chegada dos trilhos a Anápolis. Por ordem de Pedro Ludovico, deu-se a implantação de um ramal ferroviário em direção à nova capital, desviando-se, portanto, a ferrovia de seu projeto original, que era o de atingir a Cidade de Goiás, antiga capital do estado. Além disso, conforme Ferreira, A. (1999), a queda das exportações, decorrente da depressão econômica mundial e da Segunda Guerra, desencadeou a crise no sistema ferroviário brasileiro a partir da década de 1930.

A falta de recursos financeiros e apoio político dos governantes dificultaram as importações de equipamentos, material rodante, combustíveis, trilhos e outros acessórios; e, finalmente, a nova política nacional de transporte rodoviário após 1930. Foram suficientes para debilitar a ferrovia, somados a outros, levaram-na ao colapso após 1940 (FERREIRA, A., 1999, p. 45).

Se por um lado era o novo progresso chegando, por outro decretava-se também o colapso do velho<sup>7</sup>. Realmente e de modo irreversível, os novos tempos buscaram, em vez de trilhos, trilhas asfálticas para simbolizar o progresso. O sistema de rodovias regionais se desenvolveu, ainda que primitivamente, o que ocasionou o aumento da frota de veículos de transporte, sejam de carros de bois, sejam motorizados. A princípio, essas rodovias vieram complementar o uso do sistema ferroviário, facilitando o transporte das produções das regiões não alcançadas por ele. Mas também vieram, posteriormente, competir e arruinar o debilitado meio ferroviário de transporte.

Deve-se considerar que o adentramento das rodovias em Goiás intensificou o povoamento das áreas interioranas, estimulando a produtividade rural no estado. Tudo isso alterou sistematicamente o quadro regional de Goiás, aumentando o fluxo migratório e os núcleos urbanos. Em âmbito nacional, foi no governo de Getúlio Vargas (1930-1945) que se imprimiram importantes mudanças no país, e, conseqüentemente,

---

<sup>7</sup> Quando se utiliza aqui a expressão “velho progresso”, está-se referindo ao sistema ferroviário brasileiro, que começou a entrar em crise na década de 1930.

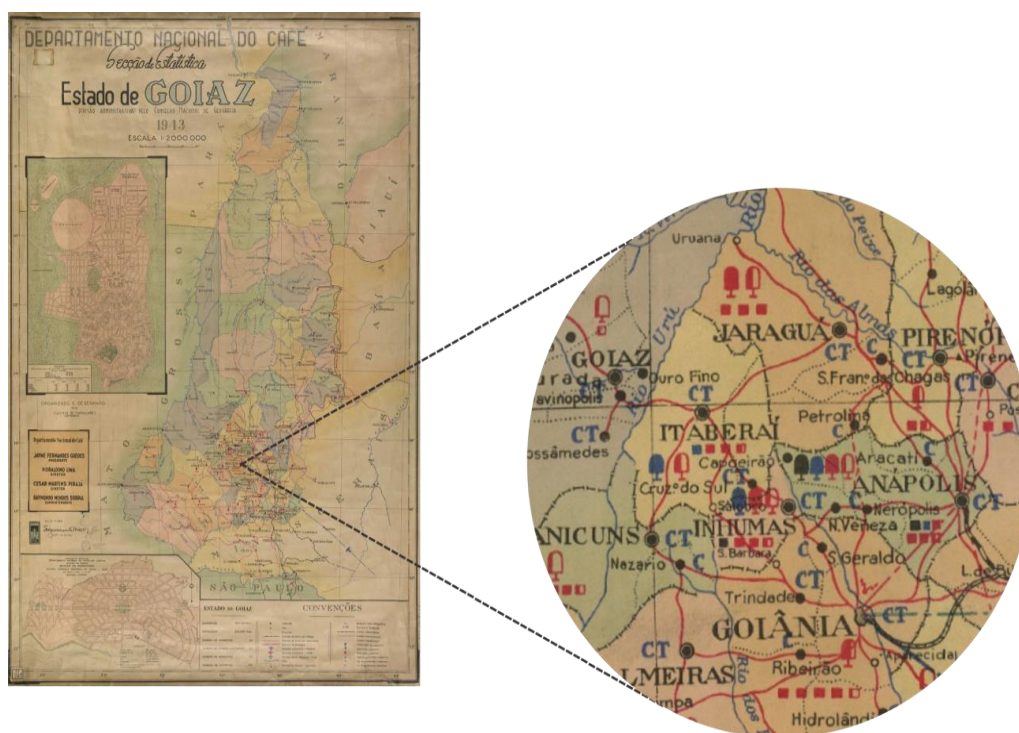


no estado de Goiás. Além de incentivar a ocupação da região Centro-Oeste com a chamada “Marcha para o Oeste”, Vargas retomou a integração econômica de Goiás com a região Sudeste. A vastidão do território goiano foi pacificamente sendo ocupada por uma multidão de animais e homens.

A construção de Goiânia coincidiu com a instalação pelo governo federal das colônias agrícolas em várias regiões do estado, também como decorrência da política da “Marcha para o Oeste”. Desse modo, constituíram-se cidades novas, como Ceres, Rialma, Uruana, Britânia e outras, das quais as duas primeiras foram fundadas pelo engenheiro Bernardo Saião Carvalho Araújo, que foi mais tarde encarregado pelo presidente Juscelino Kubitschek para comandar a construção de Brasília.

O Mapa 4 a seguir, produzido pelo Departamento Nacional do Café, demonstra como era ocupação do território goiano na produção cafeeira no ano de 1943.

**Mapa 4:** Ocupação do território goiano em 1943



**Fonte:** Biblioteca Nacional/ Acervo digital.<sup>8</sup>

<sup>8</sup> Disponível em: [http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo\\_digital/div\\_cartografia/cart164730/cart164730.html](http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart164730/cart164730.html). Acesso em: 19 jun. 2021.

Além da ocupação territorial e da formação dos espaços urbanos anteriores à fundação do município de Itaguari, o Mapa 4 traz também a exposição das plantas urbanística de Goiânia, nova capital do estado, e da recém-criada Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG)<sup>9</sup> fundada em 1940, e que mais tarde receberia o nome de Ceres.

Em meados da década de 1950, parecia que Goiânia já estava consolidada como capital, uma vez que os piores obstáculos já tinham sido vencidos e o crescimento e o desenvolvimento da jovem capital se tornavam, enfim, irreversíveis. Além disso, ficou nítida a influência de Goiânia e a maneira como ela serviu de exemplo, décadas após sua fundação, para a mudança da capital federal.

O exemplo de Goiânia constitui a melhor demonstração prática da possibilidade e da utilidade da mudança da Capital Federal, problema que a Nação hesita resolver há mais de um século. Daí a transcendência do papel que Goiânia deverá desempenhar na história do Brasil. [...]. A capital de Goiás tem, hoje, o condão de mostrar, praticamente, não só a viabilidade da edificação da nova metrópole da União, como ao mesmo tempo demonstra os benefícios que tal empreendimento trará, em ponto maior, a todo o País. Mais do que uma capital estadual, Goiânia vale, simultaneamente, como estímulo psicológico e ponto de apoio material, como lição e base para a construção de Brasília (MEDEIROS, 2010, p. 165).

A discussão sobre a transferência da capital do país não surgiu no governo de Juscelino Kubitschek. Era uma pauta antiga de debates e estudos, mas foi em seu governo, iniciado em 1956, que o projeto se tornou realidade, inspirado por um idealismo semelhante ao dos goianos durante a década de 1930. A vitória e o sucesso da audácia de Pedro Ludovico ao mudar a capital para o centro do estado e a “Marcha para o Oeste” de Vargas foram trampolins para a realização de proposta semelhante, mas de impacto nacional, como foi a construção de Brasília.

Com a escolha do Planalto Central para sede da nova capital do país, por determinação da Constituição de 1946, a construção de Brasília se tornaria outro importante fator na história ocupacional de Goiás. Uma cidade planejada visando segurança, expansão socioeconômica e o desenvolvimento político-cultural. Goiás foi o estado que mais se beneficiou com a mudança da nova capital federal: “Os goianos esperavam pela redenção que representaria a transferência, desde que a Comissão

---

<sup>9</sup> A Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) foi a primeira de uma série de oito colônias criadas pelo governo federal de Getúlio Vargas na década de 1940. A CANG foi uma das primeiras experiências de reforma agrária no país e também uma das poucas com resultados satisfatórios. Criada em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) fez parte das políticas expansionistas de Getúlio Vargas, sendo implantada em um terreno fértil do Centro Goiano. Foi emancipada em 1953, sendo denominada a partir de então de cidade de Ceres (GOMES *et al.* 2005).

Cruls<sup>10</sup> demarcara em 1894 no Planalto Central, um quadrilátero [...]” (SILVA, 1997, p. 37). Isso ficou perceptível pelo aumento sensível da imigração, pela valorização de terrenos, pelo florescimento do comércio e pelo forte processo de ocupação do território goiano, com o objetivo de suprir as necessidades das duas novas capitais erigidas em solo goiano.

A natureza do Planalto Central parecia ideal para a criação desse deslumbrante espaço físico e social. O clima temperado pela altitude, a fertilidade das terras (Mato Grosso goiano e Planalto Central são apresentados sem distinção), as facilidades de transporte (o encontro das três bacias) e as riquezas mineiras eram provas de que a região era a mais apropriada para nela instalar-se a nova capital (SILVA, 1997, p. 44).

Interessados na transferência da capital para o local definido pela Comissão Cruls, os goianos incluíram na própria Constituição estadual um dispositivo relativo à causa mudancista. Os deputados goianos esforçaram-se para convencer seus pares de que a melhor solução para o país seria a mudança da capital federal para o centro do Brasil, argumentando com o bem-sucedido exemplo da recém-inaugurada Goiânia. Em julho de 1948 ficou decidido, por maioria dos votos, que a capital federal deveria localizar-se no centro geométrico do Brasil, uma região com cerca de 78.000 km<sup>2</sup>, praticamente despovoada e inexplorada, formada por terras do leste de Goiás.

Assim, as obras para a construção de Brasília foram iniciadas em novembro de 1956, logo depois de Juscelino sancionar a Lei n.º 2.874, que dispunha sobre a mudança da capital federal (BRASIL, 1956). A ideia era transferir a capital do Rio de Janeiro para o interior do país, fortalecendo a política do governo de povoar a região e retomando assim o projeto político “Marcha para o Oeste”. Brasília surge motivada pelas ideias de modernização, industrialização e urbanização, no auge do desenvolvimentismo. Da mesma forma que ocorreu em Goiás, também Brasília tiraria a capital do domínio de políticos adversários de Juscelino, como também atraiu pessoas de todo o país, especialmente do Nordeste. Trabalhadores foram migrando para o novo centro do país, contratados para a construção da nova cidade, inaugurada por Juscelino Kubitschek no dia 21 de abril de 1960.

Juscelino Kubitschek e seus aliados políticos acreditavam que, para o Brasil se desenvolver, seria necessário avançar rumo ao Oeste. Fazer uma mistura de povos e de

---

<sup>10</sup> Nomeada pelo presidente Floriano Peixoto, a Comissão Exploradora do Planalto Central, chamada Missão Cruls, foi composta por 21 pessoas e chefiada pelo astrônomo e geógrafo belga Louis Ferdinand Cruls. A Missão demarcou uma área de 14.400 km<sup>2</sup> considerada adequada para a futura capital, e ficou conhecida como “Quadrilátero Cruls” (SILVA, 1997).

homens que viviam no sertão, o verdadeiro sertanejo com tradições apegadas às raízes do campo misturando-se com homens letrados que viviam nas grandes cidades, povos que já conheciam o desenvolvimento e levariam esses conhecimentos para misturá-los com o pouco senso de progresso que eles imaginavam ter os sertanejos. Far-se-ia então a travessia do mundo rural para o mundo urbano industrial, o que certamente traria profundos impactos, tanto positivos como negativos, e sem se importar com seus *habitus*. O Brasil vivia o que se chamava então de um intenso processo de “modernização” política e econômica.

A expansão migratória em Goiás, de acordo com Ferreira, A. (1999), ocorreu inicialmente em quatro fases: a primeira delas foi marcada essencialmente pela atividade mineradora, e estava localizada, sobretudo, no centro-sul do estado. Era a expectativa de riqueza e prosperidade a induzir certo nível de ocupação da região. Em uma segunda fase, a ocupação ocorreu de forma mais intensa, impulsionada pela pecuária extensiva. O atrativo naquele momento, conforme Ferreira, A. (1999), era a abundância de terras disponíveis, o que as tornava de fácil apropriação. De acordo com o autor, a especulação também pode ser posta em questão como fonte de enriquecimento, pois os preços das terras eram muito baixos. A principal atividade econômica em Goiás era a criação de gado, por requerer baixo nível de investimento de capital e apresentar nítida vantagem de comercialização, já que o gado se autotransportava, o que resolvia, em parte, o problema da distância em relação ao mercado consumidor.

Apesar de constituir-se em uma economia com baixo nível de capitalização e comercialização, Ferreira, A. (1999) afirma que já se esboçavam naquele momento as bases para a futura expansão do capitalismo. A agricultura goiana era carente de capital e constituía uma atividade complementar ou para o próprio consumo do produtor, devido a uma série de problemas, tais como a deficiência dos transportes, as despesas com ensacamentos e a qualidade do produto que chegava ao consumidor. Todos esses fatores concorriam para colocar os produtos com preços superiores ao valor de mercado ou inferiores aos que chegavam ao estado oriundos de outras regiões.

A construção da Estrada de Ferro de Goiás é apontada por Ferreira, A. (1999) como a terceira fase da ocupação do estado de Goiás. Suas obras começaram em Araguari em fins de 1909, e em 1912 atravessou o rio Paranaíba, privilegiando a região sul do território goiano, muito por conta da instalação do transporte ferroviário na região, o que propiciou sua integração à economia nacional. O desenvolvimento da

agricultura e a produção de grãos como o café, produto que estava no auge no mercado brasileiro, abriram a possibilidade de um maior desenvolvimento das relações capitalistas de produção. Com o início das obras da Estrada de Ferro de Goiás, ocorreu a integração da agricultura e da pecuária goiana ao mercado nacional.

As relações de produção no campo não se modernizaram no mesmo ritmo da evolução da produção agrícola. Ao lado da pecuária, a agricultura passou a organizar-se em bases capitalistas, visando o mercado consumidor do Centro-Sul. Não por acaso esse momento privilegiou as regiões que sofreram o impacto do momento anterior, e, apesar de concentrar-se a estrada de ferro na região sudeste, tanto o sul quanto o sudoeste foram inseridos nesse processo por meio de estradas de rodagem e da importação dos primeiros veículos automotores.

A implantação da Estrada de Ferro em Goiás e a construção de rodovias favoreceram o crescimento deste movimento migratório e intensificaram a ocupação econômica do Estado. A melhoria dos meios de transportes e comunicação arrancou Goiás do isolamento físico e econômico em que se encontra. Com a Estrada de Ferro, os grilhões da estagnação começaram a ser quebrados ao ritmo da expansão dos trilhos (BORGES *apud* CHAUL, 1997, p. 101).

A quarta etapa relaciona-se com a “Marcha para o Oeste”, momento marcado pela criação das Colônias Agrícolas Nacionais em Goiás (CANG) e pela transferência da capital do estado de Goiás para Goiânia. De acordo com Ferreira, A. (1999), a conjugação dos dois processos dinamizou a região do Mato Grosso Goiano, na qual se encontra o município de Itaguari, que passou a se inserir crescentemente na economia de mercado. O autor ressalta que, nesse processo, a política assumiu destaque: no caso da transferência da capital goiana, houve o enfraquecimento das oligarquias tradicionais do estado, e com a criação das CANG tentou-se implementar o discurso de integração nacional.

De acordo com Gomes *et al.* (2005), o atraso econômico e ocupacional territorial de Goiás, se comparado ao de outros estados, não é um fenômeno isolado, e sim o reflexo de um processo histórico que pode ser dividido em dois grandes momentos. O primeiro mostra a perspectiva dos bandeirantes aventureiros que, com suas empresas mineradoras, levaram o ouro que lhes foi possível encontrar na época. Não tinham intenção de se fixar em Goiás e menos ainda de desenvolver a região. A ocupação do Centro-Oeste tem sido atribuída a eles, mas, em compensação, o rastro que deixaram não representou nenhum progresso significativo para a região Centro-Oeste.

Como um segundo momento, Gomes *et al.* (2005) cita o papel das oligarquias goianas, que após a corrida do ouro se revezaram no poder. No plano federal, só faziam o papel de garantir a manutenção da política coronelista por meio do sistema eleitoral que se iniciou na Velha República e se estendeu até 1930, enquanto no plano estadual representaram, sobretudo, a concentração das terras, colocando Goiás como um dos principais estados latifundiários do Brasil. O poder das oligarquias, conforme Gomes *et al.* (2005), só veio a ser rompido com a Revolução de 1930, cujo comando em Goiás ficou a cargo de Pedro Ludovico Teixeira, em oposição aos Caiados, que representavam no estado a Aliança Liberal.

A região Centro-Oeste, a partir daquele momento, começou a mudar de perspectiva, articulando-se ao plano de expansão do capitalismo, conforme pontua Gomes *et al.* (2005). Segundo os autores, com a “Marcha para o Oeste”, o estado de Goiás tornou-se um chamariz para migrantes, embora a região sul do estado fosse ocupada mais por pessoas vindas do Sudeste e Nordeste. Esse fator foi propiciado principalmente pelas ferrovias e, posteriormente, pelas rodovias, que dinamizavam a frente pioneira em Goiás.

Gomes *et al.* (2005) ressalta, todavia, que não é suficiente explicar o fluxo migratório apenas por essa via. Segundo ele, no século XX, dois momentos distintos da história goiana atraíram migrantes para o Planalto Central: a construção de Goiânia, a nova capital do estado de Goiás, vista à época como local favorável à obtenção de empregos, e a construção de Brasília como capital federal. No entanto, o autor também destaca que esse não foi o único atrativo populacional para o Meio-Oeste, já que, conforme dados do Departamento de Propaganda e Venda de Terreno, órgão do governo estadual, o principal objetivo era propagar e incentivar a ocupação e incentivar a ocupação de áreas em território goiano.

Buscava-se, de acordo com Gomes *et al.* (2005), atrair mais capitais e investimentos e expandir o mercado interno, visando dinamizar as exportações; aumentar o mercado consumidor interno; promover a especulação imobiliária na nova capital; e gerar impostos. Para o alcance desses objetivos, eram intensos a propaganda e os convites para que pessoas de outros estados viessem morar em Goiás. A construção de Brasília, conforme os autores, também empunhava a bandeira da política desenvolvimentista, e teve efeitos diretos e indiretos no estado de Goiás, pois provocou uma entrada maior de instrumentos e equipamentos de produção, essencialmente voltados para a agricultura.

Houve então, conforme Gomes *et al.* (2005), um acelerado crescimento populacional em Goiás, motivado não só pela construção da nova capital federal, mas também pelas facilidades criadas pela abertura de rodovias, tais como a Belém-Brasília, a Brasília-Fortaleza, a Brasília-Belo Horizonte e a Brasília-Cuiabá, que facilitaram o acesso à região goiana, possibilitando e facilitando o deslocamento das pessoas de qualquer outro estado brasileiro.

Esses fatores proporcionaram a base para o surgimento do povoado de Itaguari, levando em consideração outros fatores do próprio cotidiano desses povos que viviam em situação de isolamento, causado pela distância dos grandes centros, além das dificuldades de locomoção da época.

A ocupação de Goiás e de Itaguari por migrantes vindos de distintas regiões brasileiras desencadeou mudanças não apenas na forma de ocupar o território, mas também no modo como a população local se relacionava no seu cotidiano e expressava seus costumes. Esses foram fortes propulsores de uma organização em prol de um objetivo: a fundação de um patrimônio de caráter religioso, inicialmente para atender as exigências do exercício do sagrado, como se verá no Capítulo 2.

## 2 DA FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO AO POVOADO DE CAMPESTRE

Mesmo registrando um fraco povoamento anterior ao século XX, o território goiano sempre ocupou uma posição geográfica privilegiada no mapa do Brasil. Essa posição, que no passado lhe foi muito prejudicial, dado o isolamento a que era submetido sobretudo em relação ao poder central, instalado até então no litoral, se tornou bastante benéfica a partir das primeiras décadas do século XX, pois, ao dispor de imensos espaços a serem ainda povoados, o território mostrou-se capaz de receber excedentes populacionais de outros lugares.

Para Gomes *et al.* (2005, p. 59), os fatores históricos e geográficos responsáveis pelo povoamento do território goiano são na verdade os mesmos que deram origens às cidades: a mineração na época colonial, a atividade agropastoril e as estradas, antigas e atuais. De acordo com os autores, “[...] associado ao efeito transformador das estradas, a atividade agropastoril no território goiano é ‘mãe’ direta de mais de dois terços das cidades e, indiretamente, de praticamente todas elas” (p. 69). A urbanização desencadeada pela atividade agropastoril pode ser desdobrada em vários outros fatores particulares, porém, ao longo deste capítulo o foco será naquilo que Gomes *et al.* (2005) denominaram “colonização espontânea”, ou seja, povoados que se desenvolveram a partir da formação de antigas fazendas, que em seguida se constituíram em pousos de tropas e patrimônios urbanos.

A colonização espontânea tem por característica principal os imensos fluxos migratórios em direção a Goiás-Tocantins desde meados do século XIX, intensificados até a metade do XX, foi o mais importante fator de povoamento e, sobretudo, de urbanização que os dois estados conheceram ao longo de sua história. Seu melhor exemplo é o que ocorreu na região pioneira do Mato Grosso de Goiás, na entrada da qual foi construída a nova capital de Goiás – Goiânia – no início dos anos 1930. [...]. Na verdade, esse fenômeno está tão intimamente ligado ao povoamento e urbanização recentes em Goiás que são pouquíssimas as cidades nessa região – exceção de Jaraguá e Anicuns, antigos arraiais do ouro, Trindade, que surgiu em consequência das romarias em homenagem ao Divino Pai Eterno e, lógico, Goiânia – que não sejam “filhas” da colonização espontânea que caracterizou a sua ocupação. Nela nasceram cidades como Anápolis, Goianésia, Uruana, Itapuranga, Nerópolis, São Luiz dos Montes Belos, Firminópolis, Fazenda Nova, Santa Rosa de Goiás, Inhumas, Nazário, Itauçu, Taquaral de Goiás, Itaguaru, Itaguari, Carmo do Rio Verde etc. (GOMES *et al.*, 2005, p. 71-72).



Em outras palavras, em sua realidade, vivenciada de formas distintas, os homens estão constantemente apropriando-se do espaço em que vivem e estabelecendo as mais diversas atividades e relações sociais. Dessa forma, o nascimento do espaço urbano de Itaguari possui em si uma formação histórica semelhante à de outras cidades goianas, ou seja, mediante fatores desencadeantes do povoamento, conforme apontado por Gomes *et al.* (2005), mas que também se explica por meio de um desprovimento político e religioso da conturbada vida política de Goiás nas primeiras décadas do século XX, como será mostrado a seguir.

## 2.1 CRUZ NO CAMPO: UM CEMITÉRIO NO SERTÃO

Quando se fala de cidade, a imagem que surge à mente normalmente é a daquela na qual se vive, ou seja, a cidade do tempo presente. No entanto, deve-se pensar e analisar a cidade de hoje como a junção de diversas cidades, espaços e temporalidades distintas.

A formação inicial de Itaguari, assim como a de diversas outras cidades brasileiras, tem em sua história várias particularidades, mas apresenta também semelhanças com os demais processos de fundação de alguns outros núcleos urbanos. No caso de Goiás, Gomes *et al.* (2005) revelam que grande parte dos povoados surgiu de forma “espontânea”, em decorrência da interação da atividade agropastoril e das estradas, tais como os que foram formados a partir dos pousos de tropas/viajantes, que tinham a função de servir como pontos de apoio para viajantes de longas jornadas.

Possivelmente Itaguari também se originou de um ponto de pouso, pois muito antes da formação do povoado que lhe deu origem já contava com a ocupação do lugar onde hoje se localiza o núcleo urbano. Por se localizar próximo a um cruzamento de duas rotas bastante movimentadas – a primeira ligava os arraiais do Córrego do Jaraguá (Jaraguá) a Currealinho (Itaberaí) enquanto a outra seguia rumo a Ouro Fino –, o local foi constantemente percorrido por tropeiros e viajantes, e provavelmente ao longo dessas estradas foram se instalando as primeiras fazendas e sítios que serviram como ponto de apoio e estalagem.

Apesar de pertencer ao domínio de Itaberaí, Itaguari não recebeu da administração dessa cidade a devida atenção, talvez por estar em uma região distante de seu núcleo urbano, sendo mais próxima de Jaraguá, e ter uma fraca densidade

populacional. Outro fator que pesou para Itaguari ser relegada pela administração itaberina foi o de ser um bioma composto por áreas de cerrado e mata fechada.

Além disso, de acordo com Abreu, E. (1978), as fazendas surgidas em grande parte do território itaberino eram multifuncionais e voltadas para a produção do autoconsumo, ou seja, os fazendeiros e seus empregados produziam alimentos ou criavam animais apenas para garantir sua sobrevivência. Gonzaga (2017, p. 39) discorre sobre como vivia essa população, além do destino que davam aos produtos agrícolas que cultivavam:

Na região de Itaguari propriamente, moradores se instalavam próximos às aguadas e plantavam o básico para a subsistência. Casas e casebres eram construídos às margens dos rios e riachos para facilitar o manejo com a água e as lidas no plantio de arroz, milho e feijão. Nas regiões mais afastadas dos córregos predominava a mata virgem. Em alguns casos, o lavrador levava a colheita nas costas, tão grande era sua falta de recursos financeiros para adquirir condições melhores de transporte. Plantava-se para a despesa anual. Quando sobrava, vendia-se para o único mercado consumidor de então, o da Cidade de Goiás. Boa parte desses mantimentos era transportada no carro de boi. E com o passar dos anos surgiram comerciantes locais que compravam e depois revendiam para os compradores da capital do Estado. Dentre as produções, o milho, mui propício para a criação e engorda de porco, de galinhas e também para o fabrico de alimentos, tais como pamonha, curau, angu, farinha, fubá, canjica, cuscuz... liderava a produção da região. A banha de porco era imprescindível, porque além de ser única no preparo dos alimentos cotidianos, não estava à venda no mercado local, apenas na cidade de Goiás, fresca ou em forma de toucinho salgado. Cada produtor tinha que necessariamente ter a sua produção própria.

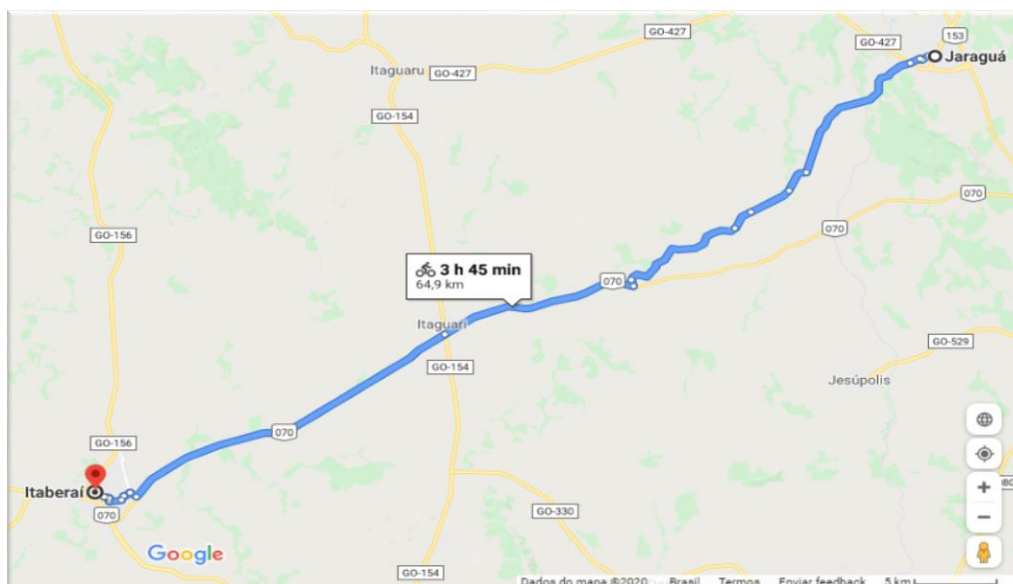
A agricultura obedecia, portanto, a métodos rudimentares, e a preparação de uma roça estava pautada na derrubada da mata, queimada e preparação da terra para o plantio. A cerca que limitava a propriedade era feita com a própria madeira derrubada. Todo trabalho era manual, valendo-se para isso de facão, foice, machado e enxadão, enquanto bois eram utilizados para o transporte ou para puxar arado.

Até o início do século XX, os meios de locomoção em Goiás usavam a tração animal, ora carros de boi, ora carroças, ou mesmo o lombo dos animais. Os carros de tração animal, tão utilizados naqueles tempos para transportar grandes volumes de carga, muito contribuíram para a abertura de caminhos nos sertões goianos e conseqüentemente para a “colonização espontânea”. Levando em consideração que as cargas e os tropeiros seguiam viagem praticamente em linha reta, dada a inexistência de demarcações de terras com cercas ou estradas que os desviassem de seus percursos, os carros de boi percorriam no máximo de 25 a 30 km por dia. Chaul (1997, p. 98) corrobora com essa estimativa, levantada a partir da jornada média percorrida, ao

afirmar: “Os principais meios de transporte eram o carro de bois e as tropas, ambos com capacidade de carga limitada por volume. A jornada média diária não ultrapassava vinte e quatro quilômetros”.

É possível perceber claramente, conforme o Mapa 5 a seguir, que a cidade de Itaguari ficava quase no meio desse percurso, visto que sua distância dos núcleos urbanos de Itaberaí e Jaraguá, em linha reta, é de aproximadamente 60 km, o que comprova que o território itaguarino servia como ponto de apoio para o descanso dos animais e auxílio aos viajantes.

**Mapa 5:** Distância em linha reta entre Itaberaí e Jaraguá



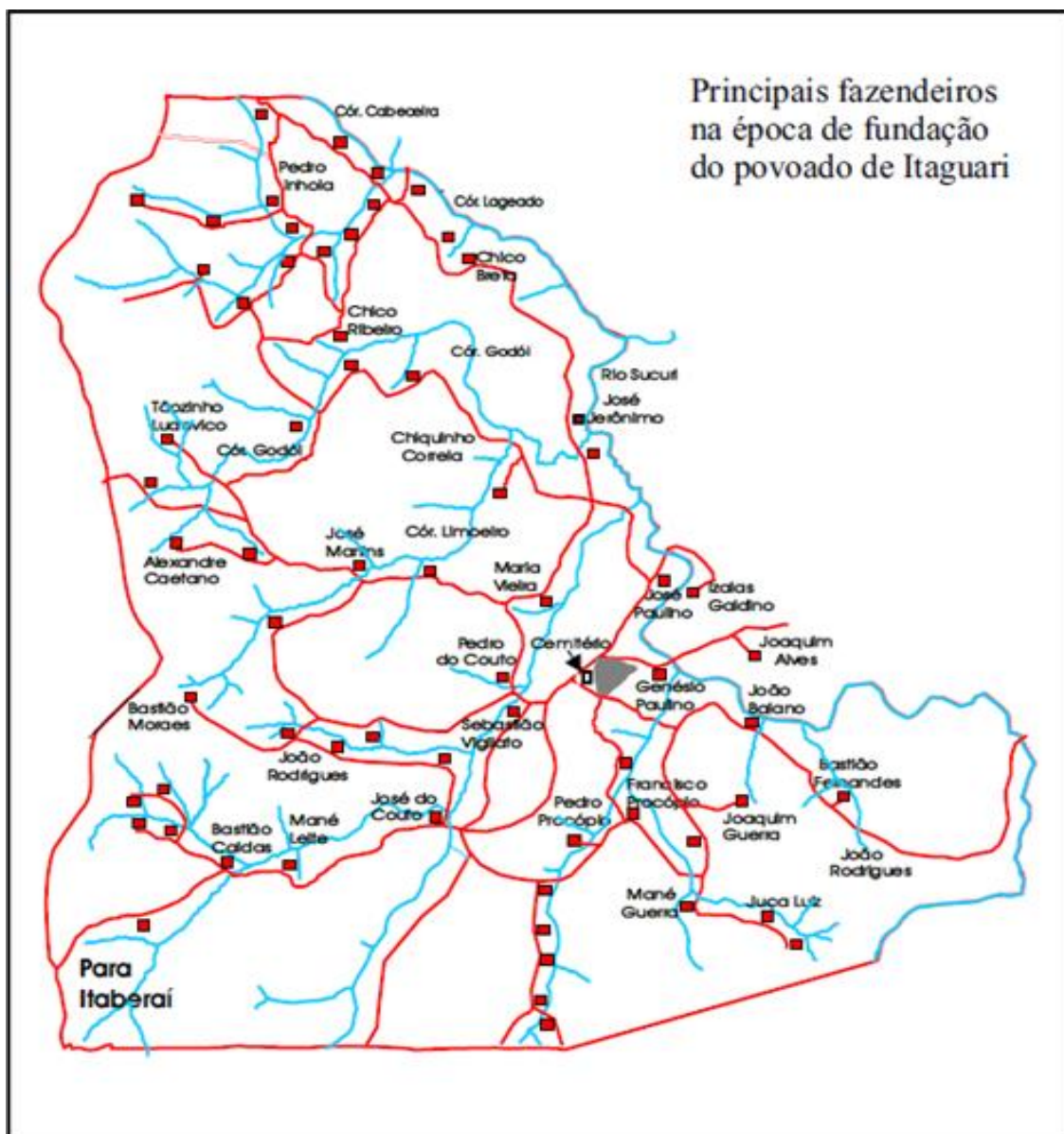
**Fonte:** Google Maps<sup>11</sup>.

Mattos (2004), que percorreu a Província de Goiás em 1823, descreveu o território itaguarino em seu mapa cartográfico de 1836 utilizando a nomenclatura “Retiro” para identificar o local, conforme visto no Capítulo 1. O uso de tal termo talvez faça referência a esse modelo de povoamento, atribuindo o significado à ideia de um lugar solitário e remoto, onde durante certas épocas do ano se colocava o gado, além de servir com ponto de apoio para tropeiros pernovernarem e descansarem enquanto os animais se alimentavam.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/> Acesso em: 13 jul. 2020.

Tanto Cardoso (2013) quanto Gonzaga (2017) afirmam que, em decorrência desse processo de desbravamento no território itaguarino, diversas propriedades rurais começaram a se formar.

**Mapa 6:** Principais fazendeiros da região onde seria fundada Itaguari, com a localização do cemitério (década de 1940)



Fonte: CARDOSO *et al.* (2013, p. 22).

Em um ponto de divisas de algumas fazendas havia um antigo cemitério, cujo ano de criação não é conhecido. Segundo relatos de antigos moradores (*apud*

MACEDO, 2017), esse cemitério foi sendo formado no local onde foi criada a cidade de Itaguari. Localizado em um local elevado e de terreno plano, cercado de veios de água e de vegetação de cerrado rasteiro, conhecido no modo popular como “chapadão”<sup>12</sup>, o cemitério foi estabelecendo-se. Segundo relatos orais colhidos por distintos pesquisadores, não havia então uma preocupação com a demarcação de limites, e os corpos eram enterrados de forma desordenada, muitas vezes distantes uns dos outros. O único indício da existência de um túmulo era a colocação de crucifixos de madeira no local do sepultamento<sup>13</sup>. Apenas alguns clãs familiares tinham o cuidado de enterrar seus entes queridos próximos uns dos outros. Vale ressaltar que, apesar das mudanças que ocorreram ao longo dos anos nesse território, tal como o surgimento do núcleo urbano e sua expansão, a parte central desse cemitério foi preservada. Ainda hoje, é o único cemitério utilizado pelo município<sup>14</sup>, apesar de não possuir nenhuma escritura ou documentação referente ao espaço.

Com base nos depoimentos colhidos com antigos moradores de Itaguari, conclui-se que existem duas explicações prováveis para o surgimento do cemitério no local. A primeira baseia-se na distância entre os cemitérios existentes na época, uma vez que os mais próximos ficavam nos núcleos urbanos de Jaraguá, Itaberaí e Cidade de Goiás. Ou seja, era mais fácil enterrar os mortos de Itaguari e arredores da própria região. Já a escolha do local consistia na desvalorização dessas terras para a prática da agricultura, por ser um solo mais ácido, com característica de cerrado baixo (com capim nativo), além de ser cortado por uma antiga trilha.

A segunda explicação consta do depoimento do senhor José Gonçalves da Silva, vulgo “Zeca da Polonha”, a Macedo (2017). À época com 99 anos de idade, sendo então o morador mais velho da cidade, Zeca da Polonha confirmou que o cemitério era anterior à formação de Itaguari, e que sua criação se deve a uma epidemia que assolou a região nas primeiras décadas do século XX, que teria matado grande parte da população. Assim, por receio da proliferação da moléstia, criou-se o cemitério.

---

<sup>12</sup> Chapadão, no linguajar popular, significa um território mais plano de cerrado. Segundo relatos de alguns moradores (MACEDO, 2017), até o século XX, o chapadão era mais desvalorizado que as terras onduladas de encostas de morros e próximas de rios, chamadas terras de “cultura”, por serem consideradas menos produtivas.

<sup>13</sup> Conforme Macedo (2017), antigos moradores relatam que em algumas dessas sepulturas eram colocados galhos de árvores ou bambus trançados e enfiados no chão ao redor do túmulo. Estes tinham a serventia de manterem afastados animais como o tatu-peba (*Euphractussexinctus*), também conhecido pelos antigos moradores do cerrado como papa-defunto, devido ao seu hábito de se alimentar dos cadáveres do cemitério e carcaças que encontrasse, muitas vezes deixando-as descobertas.

<sup>14</sup> Esses dados poderão ser conferidos mais adiante, nos Mapas 7 e 8.

Eu lembro, foi uma febre brava [...]. Matou gente demais, eu conto isso pra Maria, matou gente demais, quase que não ficava ninguém. [...]. Aí fizeram esse cemitério aí pra enterra o povo, pra não enterra perto das casas [...]. Morreu um rapaz irmão do meu cunhado cumpadi Joãozinho Siqueira, pertinho de Jaraguá, correram com ele, ele morreu. Era brava demais a febre, era uma febre mais brava, tinha casa de num ficá ninguém, morria tudo. Eu escapei porque eles correram comigo no carro do Joaquim Mendanha de Itaberaí, pego, correu com eu pra Itaberaí, de Itaberaí Dr. Gilberto cuidou de mim, mais eu fiquei sem serventia, fiquei fraco, nunca prestei mais esse dia. Era brava ela, matava mesmo ela (*apud* MACEDO, 2017, p. 205).

Em consequência dessa epidemia e para evitar contaminação, o costume de sepultar os entes queridos próximos das residências de suas famílias, que prevalecia até então, teve de ser alterado. Em relação à doença, pela falta de fontes ou pela imprecisão dos depoimentos, não se sabe qual era ela ou mesmo sua origem. No entanto, as enfermidades mais comuns em Goiás naquela época eram a febre tifoide<sup>15</sup> e a gripe espanhola.

Assim, os campos de cerrado, que até então serviam apenas para a pastagem dos rebanhos, passou a acolher também um cemitério, espaço considerado sagrado para o enterro dos mortos. Conforme Eliade (1992), mesmo se o cemitério for considerado como um espaço profano, criado pelo homem e que recusa e rompe a sacralidade do mundo que assume unicamente a existência profana, jamais se encontraria tal espaço puro. Qualquer que seja o grau de dessacralização a que se tenha chegado, pontua a autora, não se consegue abolir completamente a existência do sagrado em tal espaço.

Eliade (1992) também aponta alguns motivos para que os cemitérios fossem sendo construídos cada vez mais afastados dos núcleos urbanos. Conforme a autora, para alguns antigos pagãos e até mesmo para os judeus, os cemitérios chegaram a ser considerados lugares impuros. Como resultado, eles eram construídos afastados do convívio social e dos espaços urbanos, o que de certa forma, sem que houvesse intencionalidade, ajudava na questão sanitária. No entanto, se a sociedade brasileira seguiu por longo tempo o pensamento ocidental cristão, dada a junção Estado/Igreja, o afastamento do cemitério do convívio social não era comum. De acordo com Eliade (1992), para o cristianismo, esses são lugares sagrados, benignos às celebrações religiosas e à comunhão com seus pares, e, por isso, os túmulos são considerados como lugares onde a Terra encontra-se com os Céus, por meio do corpo de alguém que

---

<sup>15</sup> Conforme os relatos colhidos em Macedo (2017, p. 84), essa enfermidade era comum, dadas as condições que existiam nas comunidades do interior de Goiás no período de transição do século XIX para o XX, sendo associada aos baixos níveis socioeconômicos e às precárias condições de saneamento e de higiene pessoal e ambiental.

morreu e obteve tal privilégio. Tal entendimento transformou o espaço cemiterial em um espaço sacralizado.

Ainda de acordo com Eliade (1992), por muitos anos vivos e mortos ocuparam os mesmos espaços nas igrejas católicas, pois era dentro delas que os sepultamentos eram realizados. Essa prática se assentava no entendimento de que o solo das igrejas seria o espaço sagrado mais próximo dos céus, costume que só seria modificado no Brasil com a laicização do Estado. Também a criação de cemitérios independentes de instituições religiosas foi uma consequência do avanço das discussões sanitárias.

No que diz respeito à formação de Itaguari, com o surgimento do cemitério, a região ficou conhecida como Cruz do Campo, por ter surgido em um local sem habitações em suas redondezas. Lima (2002), em sua obra sobre o poder político de Itaguari, na qual entrevista antigos moradores da cidade, ressalta que a atribuição da denominação Cruz do Campo ocorreu pela importância que o cemitério tinha para população local.

Posteriormente, com o início da formação do povoado, foi-lhe dado o nome de Campestre (MACEDO, 2017), em referência à beleza natural dos campos do cerrado. A escolha desse nome coube a um dos fundadores do povoado, senhor Pedro Procópio. Mais tarde, usando de sua influência política, José Eduardo do Couto e seu genro Hélio Caldas Pinheiro mudaram o nome do povoado para fazer uma homenagem às duas cidades vizinhas e ao maior veio de água do município: ITA, de Itaberaí; GUA, de Jaraguá; e RI, de rio Sucuri. Surge, assim, Itaguari.

O nome Cruz do Campo também é citado na tese de doutorado em História do ex-prefeito e pároco do município, Agnaldo Divino Gonzaga (2017). Nela, o autor trabalha o poder místico das Folias de Reis no município e faz um breve histórico sobre o município de Itaguari, também recorrendo a fontes orais. Uma das pessoas que entrevistou disse o seguinte:

Em 1946, Pedro Procópio, em uma de suas viagens a cavalo, ao passar pelo Campestre, local também chamado de Cruz do Campo, parou ali e diante daquele local alto e bonito começou a pensar. Viu que o local tinha fácil acesso por ter várias estradas que chegavam até ali e se encontravam entre as divisas de quatro fazendas, o que facilitaria uma possível doação de terras, além de ser uma região distante das cidades de Itaberaí, Itauçu, Jaraguá e Uruana. Aí veio a inspiração: “Vou fundar aqui, com ajuda de Deus e dos amigos, uma bela cidade” (PROCÓPIO OLIVEIRA *apud* GONZAGA, 2017, p. 47).

Nas obras de Lima (2002) e de Gonzaga (2017) constata-se a atribuição dos nomes Cruz do Campo e Campestre para o município de Itaguari, mas nenhum dos autores cita “Retiro”, com o qual também se nomeou o povoamento, conforme visto no Capítulo 1. Tal omissão pode ser explicada pela falta de um trabalho mais amplo, que também utilizasse as obras de viajantes e os mapas cartográficos da época. Por todas essas razões, pode-se perceber a não homogeneidade do espaço, que, apesar de fixo, sofreu apropriações de seus usos ao longo do tempo.

## 2.2 A TRADICIONAL FORMAÇÃO DE NÚCLEOS URBANOS

A Igreja, ao longo do período colonial, influenciou e tomou para si o papel de normatizar as formações dos núcleos urbanos brasileiros. Conforme Marx (1980), a Igreja Católica suprimiu as responsabilidades legais do Estado de direito, principalmente aquelas referentes ao parcelamento do solo. O autor afirma que governo buscou alternativas para diminuir o poderio da Igreja sobre o parcelamento do solo, que culminaram com a promulgação da Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850, denominada Lei de Terras (BRASIL, 1850)<sup>16</sup>. Embora não atingisse de forma direta a Igreja, a Lei de Terras dispunha que a única forma para a obtenção de propriedades era por meio da compra, contrariando os métodos utilizados por posseiros que, até então, se estabeleciam em locais despovoados e doavam parte das terras para a Igreja; essa, por sua vez, oficializava as terras dando reconhecimento aos posseiros.

Ainda de acordo com Marx (2003), no fim do período imperial, a Igreja já apresentava um enfraquecimento de seu poder perante o Estado. Em 1891<sup>17</sup>, com o advento da República, a união entre Estado e Igreja foi desfeita, retirando o poder da instituição sobre algumas atribuições, por exemplo, a escolha do melhor local para a implantação do edifício religioso, como normatizavam as *Constituições primeyras do Arcebispo da Bahia*<sup>18</sup>, “[...], ou seja, a capela ou igreja se fará onde der, onde as

---

<sup>16</sup> Conforme Marx (1980), a Lei de Terras foi a primeira iniciativa para organizar a propriedade privada no Brasil. Até então, não havia nenhum documento legal que regulamentasse a posse de terras e, com as modificações sociais e econômicas pelas quais passava o país, o governo viu-se pressionado a organizar essa questão.

<sup>17</sup> 1ª Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil, outorgada em 1891.

<sup>18</sup> Dispunha o documento: “Conforme o Direito Canônico, as igrejas se devem fundar e edificar em lugares decentes e acomodados pelo que mandamos que havendo-se de edificar de novo alguma Igreja paroquial em nosso Arcebispo, se edifique em sítio alto e lugar decente livre de umidade e desviado, quando possível, de lugares imundos e sórdidos, de casas particulares e de outras paredes em distância que possam andar as Procissões ao redor delas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz de fregueses todos, mas ainda de mais gente de fora, quando correr as festas, e se edifique em lugar



diferentes condições permitirem não mais onde se quiser, onde a tradição e o recomendado pela Igreja indicarem” (MARX, 2003, p. 40). Por outro lado, mesmo com o maior interesse do Estado com o desenvolvimento e a fixação de diversas normativas para regular o desenvolvimento urbano e o parcelamento do solo, as instituições religiosas ainda continuaram tendo um papel de destaque na organização dos espaços urbanos, ficando a cargo da Igreja estipular os ordenamentos desses locais (MARX, 2003).

As casas e as edificações religiosas não eram construídas a esmo, por mais longe que fossem tais núcleos urbanos das sedes municipais. A instituição católica continuou regendo por meio das normativas, tal como a do Arcebispado da Bahia, que de certa forma continham conceitos urbanísticos sobre quarteirões, arruamentos, quadras, lotes etc. Para Marx (1980, p. 28), a presença e a influência da Igreja “[...] superavam as de quaisquer outras instituições, incluindo as do governo local ou metropolitano”, fato que perdurou até as primeiras décadas do século XX, quando o Brasil se firmou como Estado laico. Mas, conforme o autor, o Brasil não conseguiu se desligar da Igreja de um dia para o outro, pois a aceitação das normas e das tradições católicas era dominantes.

É bastante presente a conformidade entre a modernidade e a desatualização das normativas urbanas do Estado, o que ocasionou, em pleno século XX, o surgimento de cidades com as mesmas características das que existiam em séculos passados, tendo a Igreja como principal agenciadora do espaço urbano. No caso de Goiás, as práticas estipuladas pela religião continuaram enraizadas na cultura popular, talvez pelo isolamento da região do centro administrativo e político brasileiro, o que permitiu que as leis canônicas continuassem a regulamentar esses espaços “[...] não apenas quanto à disposição de seus edifícios como quanto ao sistema fundiário e ao parcelamento correspondente”, conforme pontua Marx (1999, p. 50).

Com a ruralização da sociedade goiana perdurando até o início do século XX, a Igreja Católica continuou exercendo suas funções até então, dado que não foi realizado nenhum procedimento que aproximasse o Estado da população, recaindo sobre a Igreja a responsabilidade de organizar e administrar os espaços urbanos. “Tais normas tão significativas estipulavam também como se construir e as exigências mínimas a que deviam atender aos locais [...]” (MARX, 1991, p. 22). Partindo do modelo que adotava

---

povoado onde estiver o maior número dos fregueses. E quando se houver de fazer será com licença nossa” (VIDE, 1853, p. 252).

a praça ou o adro da capela como elemento organizador do espaço, em grande parte das cidades goianas os edifícios religiosos marcam o núcleo fundacional da cidade.

Para Marx (1991), os responsáveis pela construção de capelas e ermidas buscavam sempre lugares despovoados de maior altitude, seguindo as orientações propostas pelas *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia*. Por isso, é comum encontrar na grande maioria das cidades brasileiras, mesmo nos núcleos urbanos mais novos, o prédio da igreja como marco na paisagem local, assumindo a centralidade do traçado urbano.

A igreja matriz era o primeiro edifício a começar a ser edificado, alterando a paisagem bucólica da região. Ao seu redor, era deixado um grande espaço para destacá-la das demais edificações, como o adro, o largo ou a praça. Grande parte das edificações eclesiásticas construídas em solo brasileiro deveria seguir as orientações das *Constituições da Bahia*, que continham as orientações cartográficas: as capelas deveriam ser localizadas sempre em direção ao Oriente<sup>19</sup>, “nunca para o Norte, nem para o Ocidente” (VIDE, 1853, p. 253).

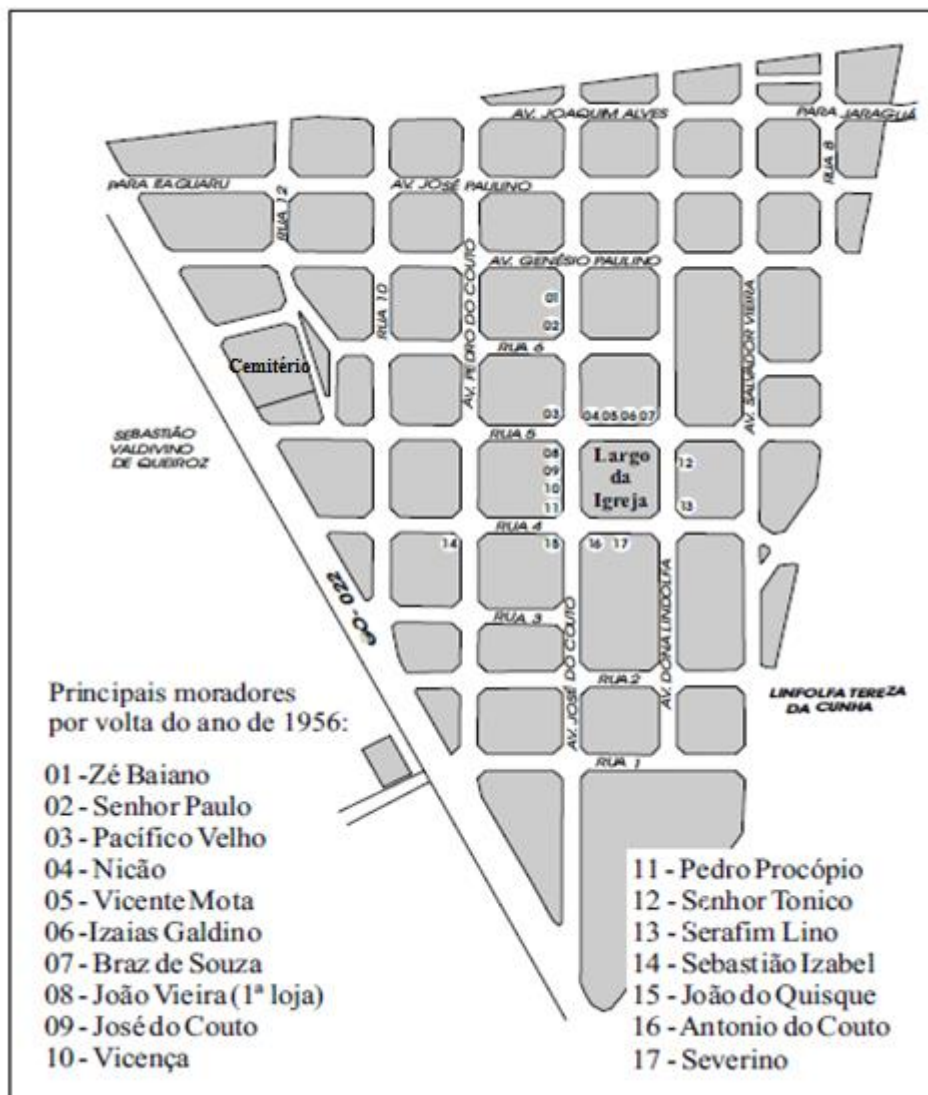
Essas orientações também foram seguidas na construção da Capela de São Sebastião, no início da ocupação urbana em Itaguari. Ao redor do adro, foram traçadas as primeiras ruas, que no início do núcleo urbano eram apenas trilhas em meio ao pasto, consagradas pelo próprio vai e vem de animais e da reduzida população. Com a popularização dos transportes de tração animal, essas estradas ganhavam aspectos de ruas, mesmo sem possuir a largura necessária ou um gabarito específico. Eram ruas rudimentares, que serviam ao propósito de separar o sagrado, materializado pela igreja junto ao adro, do profano, que eram as casas construídas ao seu redor, sempre voltadas para o adro em busca do sagrado.

Via de regra, nos locais de topografia irregular, o traçado urbano era construído de forma descontínua, adequando-se ao terreno. Já nas cidades com topografias mais regulares como Itaguari, o desenho urbano reticular era usualmente utilizado tendo a igreja como centro, como pode ser visto no Mapa 7 a seguir.

---

<sup>19</sup> Conforme (VIDE, 1853), os edifícios eclesiásticos deveriam ser voltados para o Oriente por ser a região onde Jesus Cristo nasceu e morreu, sendo considerada pelo cristianismo como um espaço sagrado.

**Mapa 7:** Planta urbana do núcleo fundacional de Itaguari (1956)



**Fonte:** Acervo privado de Joaquim Marques Cardoso, com adaptações do autor.

O edifício religioso, conforme visto no Mapa 7, diferenciava-se das demais construções pelo seu porte avantajado e pela centralidade, além de ser sido construído em local de topografia elevada, seguindo os velhos cânones das *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia* (VIDE, 1853). Conforme Gomes *et al.* (2005), é comum encontrarem-se cidades que surgiram segundo processos específicos comuns, tais como: cravar a cruz em meio ao descampado de uma fazenda; celebrar a primeira missa do local; construir um patrimônio ou capela, mediante doações de fiéis e fazendeiros mais abastados; e estabelecer casas ao redor do largo.

Ainda de acordo com Gomes *et al.* (2005), os “patrimônios” foram, no caso de Goiás, os principais embriões de cidades surgidas no meio rural em decorrência dos movimentos e fluxos “espontâneos” na ocupação do espaço.

Como nos tempos coloniais, a pequena capela também se tornou o ponto principal de atração dos habitantes que se espalhavam, de maneira dispersa, e muitas das vezes isolados uns dos outros, na imensidão do espaço. Os patrimônios foram fatores de urbanização muito importantes [...] especialmente nas zonas pioneiras do Mato Grosso de Goiás (GOMES *et al.*, 2005, p. 73).

Esses patrimônios, segundo Marx (1991), podiam variar também para o leigo, sendo a princípio propriedade exclusiva de alguns fazendeiros detentores das terras onde haviam surgido. Com o tempo, no entorno da capela ia se formando uma pequena comunidade, cujo terreno era doado pelo senhor da terra a quem quisesse nela morar. Em troca de tal benevolência, os benfeitores acreditavam ter privilégios em termos espirituais, para si e para seus familiares, além de garantirem o direito de serem enterrados em solo sagrado. Ainda de acordo com o autor, ao vincularem seus nomes à história da formação do patrimônio – o que para a época representava um alto prestígio social –, esses fundadores normalmente também se tornavam patronos de ruas e avenidas, conforme pôde ser visto no Mapa 7, somando-se a isso a valorização de suas terras.

Mas o papel do sagrado na ocupação deve ser compreendido como algo além de uma instituição ou de uma normatização. O anseio pela prática da realização do sagrado é algo complexo, pois o ser humano em si é um ente carente de explicações sobre seu próprio ser ou suas origens. Eliade (1992) aponta que em busca dessas explicações o ser humano sempre cultuou seus mitos e crenças. Mas Gomes *et al.* (2005, p. 73) apontam outras intenções para os encontros religiosos:

[...] as reuniões dominicais numa pequena capela em zona rural representaram para o homem do campo, e ainda representam, necessidades outras que a fé religiosa. Nelas, as pessoas buscavam, e ainda buscam uma vida social diferente para quebrar o isolamento ou a solidão do meio rural tradicional. Pode-se mesmo afirmar tamanha era a ansiedade pela chegada do “dia de domingo” que o sertanejo sonhava com o “patrimônio” (a cidade) como o beduíno sonhava com o oásis.

Com o desenvolvimento de novas civilizações mais organizadas socioeconomicamente, novos modos de organização religiosa começaram a ser necessários, a fim de responder melhor às novas demandas da humanidade. Assim,

naquele momento a instituição religiosa passa a ser algo além das crenças, exercendo o papel político e principalmente sendo o condutor ideológico da sociedade, impondo uma série de costumes e normas, como as já debatidas nas *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia* (VIDE, 1853), fundamentando regras ou preceitos de como os fiéis deveriam viver no seu cotidiano.

Por certo, percebe-se que ao longo da história o ser humano, independentemente de onde estivesse, sempre teve necessidade de criar condições para exercer sua dimensão religiosa. Desse modo, no espaço onde viria a ser o núcleo urbano de Itaguari, reverbera os antigos cânones fundacionais da Igreja, permeados pelos dogmas e pela religiosidade. A formação do patrimônio de Itaguari ocorreu de forma semelhante à de outros do interior brasileiro.

Nem sempre havia a participação de um padre ou mesmo de um capelão que representasse os interesses da Igreja para o início do processo fundacional de uma capela, ainda que a presença de um ou de outro não fosse das mais necessárias. A presença do sagrado nesse ato poderia ocorrer apenas com a participação de pessoas que detinham os dogmas católicos para rezarem um terço<sup>20</sup> e demarcarem o local onde se iniciaria a construção da capela e no qual sempre era também levantada uma cruz de madeira. Em relação ao processo fundacional de Itaguari, mesmo com a já acentuada laicização que vigia na época, foi adotada grande parte das normativas propostas pelas *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia* (VIDE, 1853).

Como resultado, o lado religioso foi o grande impulsionador da organização fundacional de Itaguari, o que demonstra a importância desse fator para essa população interiorana, que se supõe ter sido extremamente devota à religiosidade cristã. Como praticantes de festividades religiosas, tinham seu cotidiano regido pelo calendário religioso. Sobre a religiosidade entre os primeiros moradores, afirma o senhor Divino Procópio de Oliveira, filho do idealizador e fundador de Itaguari:

Na minha tese particular, a fundação de Itaguari vem da minha mãe. Minha mãe era muito religiosa, minha mãe e meus tios. Todos os três irmãos foram criados em Luz - Minas Gerais, e lá em Luz é até hoje desde o tempo que saíram de lá, uma cidade muito religiosa, ainda até hoje ainda há uns parentes meus que moram lá nas redondezas há aproximadamente 60 igrejas nas cidades e em volta, então é uma cidade muito religiosa, cidade de Luz foi onde meus pais nasceram, lá tinha muitos assuntos religiosos, missas, festas, terços, aí eles vieram e não tinha nem uma igreja pra que eles rezassem naquela região. Quando meus pais se casaram, eles iam sempre que podiam à

---

<sup>20</sup> A realização da reza de um terço caracterizava-se pela ausência do padre, pois se houvesse a presença desse, seria celebrada uma missa.

igreja de Itaberaí, porém tudo era muito custoso, o trajeto e tudo, mas sempre nas datas mais importantes do calendário católico eles iam; com isso minha mãe incentivou meu pai a fazer uma igreja e ficava sempre no pé dele, aí meu pai viu aquele campo aberto lá e pensou em construir uma capelinha ali porque ficava próximo ao cemitério antigo, e também porque ali era um chapadão de cerrado onde não se produzia muita coisa, aí ele foi além da igreja e fez um patrimônio, aí vai começa a pedir terra pro pessoal, o primeiro que pediu foi José Eduardo do Couto [que] deu meio alqueire para ele, e ainda falou pra ele "Pedro, tenha cuidado, fundar patrimônio é muito difícil se quiser fundar te ajudo, te dou meio alqueire de terra pra você". Aí depois ele foi pedindo lá e chegou a seis alqueires e meio, aí o último alqueire quem ajudou foi o seu Isaiás Galdino, mais um dinheiro dos leilões da novena pra inteirar os sete alqueires de terra (*apud* MACEDO, 2017, p. 173).

Nesse relato nota-se a forte influência da religião sobre a população nos tempos da fundação de Itaguari. A mentalidade religiosa e a dificuldade da prática de cultos religiosos levam a crer que outras famílias também deveriam enfrentar os mesmos problemas ocasionados pela falta de uma capela. Esse é um forte indício de que havia a necessidade de organizar-se em torno de algo específico, tal como a fundação de uma capela ou de um local de religiosidade, para dar início à criação de um patrimônio.

Outra informação importante que sobressai do depoimento do senhor Divino Procópio de Oliveira (MACEDO, 2017) foi a participação ativa de Maria Araújo de Oliveira, esposa de Pedro Procópio, na idealização de fundação de uma capela, e, conseqüentemente, do próprio povoado. Sobre a necessidade de criação de espaço religioso, Divino Procópio de Oliveira opina:

Eu acho que em primeiro lugar quem colocou [a capela] ali foi minha mãe, porque era muito religiosa e lá não tinha lugar de rezar. Eu lembro que sempre, no dia 24 de dezembro, eles levavam toda a família pra Itaberaí pra assistir à missa do galo. Eu não ia porque era pequeno, mas a maioria ia. Aí você vê percebe a falta de uma capela mais perto, aí ela incentivou a fazer uma capela, uma igreja, uma coisa assim, aí com isso pronto surge. Viu a necessidade de um comércio mais perto, de criar além da capela um comércio junto. Eu acho que tem muito a ver com ela ali, por duas coisas: a primeira, lá que quando minha mãe morreu em 1969, meu pai mandou colocar no túmulo dela: fundadora de Itaguari na época. Então já mostra lá que ela tinha alguma influência, não era por acaso, e essa história também é do povo da minha mãe ligado a Minas. A família da minha mãe de Minas é uma das principais fundadoras da cidade de Luz, o nome Luz, inclusive, é ligado ao sobrenome e santo de devoção da família dela, que era Nossa Senhora da Luz, e mostra que tem ligação. Também mostra o apoio que Serafim deu. Serafim, pai da minha mãe, apoiou tanto que quem fez lá a primeira casa lá foi dele, foi ajudando em tudo, arremata leilão, punha de novo pra arrematar, pra crescer leilão. Um dos caras que ajudou mais meu pai lá se chama Serafim Lima de Araújo. É importante ressaltar também que meu pai não foi político, era uma pessoa simples (MACEDO, 2017, p. 178-179).

A Foto 4 a seguir mostra o túmulo de dona Maria Araújo de Oliveira e de seu marido Pedro Procópio, ambos nomeados fundadora e fundador de Itaguari, respectivamente.

**Foto 4:** Túmulos de Maria Araújo e de seu esposo Pedro Procópio



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Desse modo, o surgimento do patrimônio no qual hoje se localiza o núcleo urbano central de Itaguari é marcado pela religiosidade. Um terço simbólico marca o ponto inicial da construção da capela ou do patrimônio de São Sebastião. Outro ponto a ser destacado é a escolha do local, também cheia de significados místicos, pois se trata de um espaço sagrado para a população, por sediar o antigo cemitério. Também pesaram na escolha do local as antigas trilhas, que devem ter contribuído para o surgimento populacional da região, uma vez que ao longo do tempo receberam levas de viajantes, alguns dos quais acabaram se estabelecendo por lá.

Mas com a Revolução de 1930 e a criação da nova capital goiana, mudou-se o quadro ocupacional do território goiano, e a expansão ruralista ocorrida naquele momento mostrou a necessidade de se produzirem bens de consumo para o abastecimento do novo núcleo urbano. Dessa maneira, pode-se perceber que os motivos que levaram ao processo fundacional do núcleo urbano estão ligados a diversos fatores provenientes de um determinado contexto histórico, ganhando grande destaque a precariedade da vida das pessoas que moravam no campo, principalmente pela falta de

amparo religioso e comercial, bem como o descaso do poder político com os habitantes da região.

### 2.3 DO PATRIMÔNIO DE SÃO SEBASTIÃO À FORMAÇÃO DO POVOADO DE CAMPESTRE

O século XX foi de certa maneira o “século da urbanização” não apenas no cenário regional, mas também no nacional e até mesmo no global. As mudanças na ocupação do espaço causaram significativas modificações nas estruturas sociais, culturais, econômicas, territoriais etc., ocasionando transformações na história da humanidade.

A partir dessas considerações, pode-se dizer que a maioria da população do planeta, que se dedicava basicamente apenas às atividades agrícolas, passou a viver essencialmente em centros urbanos de diversos tipos, o que ocasionou mudanças de *habitus* e de pensamentos. Mesmo em regiões interioranas, onde o laço das atividades agrícolas permaneceu forte na atualidade, nota-se a penetração de pensamentos ligados à urbanização e à formação de núcleos urbanos. E isso não foi diferente na cidade de Itaguari.

Quando se busca desvendar as origens históricas do processo fundacional de uma cidade tal como Itaguari, por exemplo, muitas vezes se depara com um desacordo entre as versões produzidas sobre esses processos fundacionais. Aliás, essas diferentes versões são bastante comuns quando se trabalha a história das cidades, conforme pode ser constatado no livro *Cidade e História*, de José D’Assunção de Barros (2007). Isso vale, sobretudo, para aquelas que não foram devidamente documentadas em sua época. Além disso, as diferentes versões sobre um mesmo acontecimento histórico podem ser explicadas pela reinvenção e pela reescrita da história, tanto por meio de testemunhos orais quanto escritos, e cujo propósito é o de excluir ou incluir certos personagens, fatos ou eventos, motivados ou não por interesses políticos, econômicos e de status social.

No que diz respeito a esta investigação sobre os primórdios da fundação de Itaguari, surge a problemática: qual caminho deverá ser seguido? Para solucionar tal problemática, optou-se pela versão que se estabeleceu e é reconhecida por grande parte da sociedade itaguarina e pelo Poder Executivo Municipal, conforme o Decreto n.º 132/2011 (Anexo B). Ou seja, conforme consta de pesquisa de Lima (2002), a iniciativa de criar um povoado/patrimônio foi tomada em 1946 pelo senhor Pedro José de



Oliveira, vulgo “Pedro Procópio”, sob o pretexto de agradar ao santo padroeiro de sua preferência e dos demais fundadores que coabitavam no Mato Grosso Goiano<sup>21</sup>, São Sebastião, seguindo os velhos padrões fundacionais ligados à religiosidade.

O próprio contexto vivenciado no século XX ajuda a compreender por que São Sebastião foi escolhido para dar nome ao patrimônio que surgiu. Em entrevista concedida a Macedo (2017, p. 178), Divino Procópio relata que São Sebastião é o santo particularmente invocado como protetor contra pestes nos campos e nas cidades. Dessa maneira, o homem do campo do século XX, à procura de referenciais para a solução de seus problemas, como as incontáveis pragas ou pestilências que atingiam as suas roças, suas criações e a eles próprios, intensificou a devoção ao santo protetor, de reputada fama e eficácia na defesa contra a fome e a peste.

Segundo relato do senhor Divino Procópio de Oliveira (MACEDO, 2017), para efetivar seu intento, Pedro Procópio resolveu consultar amigos e fazendeiros da região, em busca de apoio para a concretização de seu propósito. Assim, de posse de um pequeno caderno para anotações, deu início à sua jornada, visitando alguns fazendeiros da região com o intuito de arrecadar doações para a construção da capela. O primeiro fazendeiro visitado foi o senhor José Eduardo do Couto, conhecido como “Zequinha do Couto”, e que, segundo o depoimento do senhor Divino Procópio de Oliveira, doou um alqueire e recomendou ao seu pai:

[...] “Pedro, tenha cuidado, fundar patrimônio é muito difícil, se quiser fundar, te ajudo, te dou um alqueire de terra pra você”. Aí, depois ele foi pedindo lá e chegou a seis alqueires e meio. Aí o último alqueire quem ajudou foi o seu Isaías Galdino, mais um dinheiro dos leilões da novena pra inteira, os sete alqueires de terra, essa história ele mesmo contava, que foi graças ao dinheiro dos leilões que deu pra completar os sete alqueires (*apud* MACEDO, 2017, p. 173).

O depoimento do senhor Divino Procópio de Oliveira é importante porque ajuda a compreender como se deu o processo para a efetivação do então patrimônio, demonstrando os caminhos percorridos por Pedro Procópio, bem como seu empenho para a realização de tal intento. No entanto, ao analisar a fala do depoente, surgem algumas questões que aguçam a curiosidade: por qual motivo o senhor Pedro Procópio recorreu à ajuda de outros fazendeiros? Por que o senhor José Eduardo do Couto

---

<sup>21</sup> Essa versão também foi dada a este autor pelo filho do senhor Pedro Procópio, Divino Procópio de Oliveira, conforme visto anteriormente (MACEDO, 2017).

aconselha Pedro Procópio “para tomar cuidado”? Qual era a necessidade de incluir a participação do senhor Isaías Galdino, segundo a versão apresentada pelo filho?

Provavelmente, as respostas para essas questões estão relacionadas à própria afirmação de uma versão anteriormente dada e à necessidade de fundamentar tal narrativa. Assim, a busca por parcerias estaria relacionada a uma questão mais meramente econômica e de localização, pois o senhor Pedro Procópio, apesar de ser detentor de terras na região, a fazenda Sapezal, não detinha o poder financeiro necessário para comprar as terras no local escolhido – que ficava no município de Itaberaí e próximo dos limites de Jaraguá, conforme visto anteriormente –, surgindo assim a necessidade de buscar parcerias.

**Foto 5:** Pedro José de Oliveira (Pedro Procópio) idealizador e fundador do povoamento



**Fonte:** Arquivo pessoal de Divino Procópio de Oliveira.

Outros depoimentos sobre o início da jornada do senhor Pedro Procópio podem ser encontrados na obra de Cardoso *et al.* (2013), que traz o importante depoimento da já falecida Maria das Dores de Queiroz, Dona Dórica, filha do senhor Pedro Vasconcelos do Couto, um dos cofundadores do patrimônio e doador de terras.

O Pedro Procópio saiu com um caderninho e veio primeiramente no meu pai (Pedro Vasconcelos do Couto) então ele veio e falou pro meu pai o que é que o meu pai achava de fazer um povoado. Aqui era do meu pai. O meu pai falou: “Eu acho bão”. O Pedro falou: “O senhor me ajuda?” Meu pai falou: “Eu dou um alqueire de chão”. Aí ele pegou e deu o alqueire. Depois ele conversou com o tio Zequinha ele deu outro alqueire de chão (Maria das Dores de Queiroz, 78 anos - Entrevista: 31/12/2004) (CARDOSO *et al.*, 2013, p. 21).

Outro depoimento colhido por Cardoso *et al.* (2013) foi o do já falecido Antônio Divino do Couto, neto dos cofundadores José Eduardo do Couto e Pedro Vasconcelos do Couto. A versão apresentada pelo senhor Antônio dá conta da presença de novos personagens, o que leva novamente à reflexão sobre o porquê das diferentes narrativas.

A cidade de Itaguari, naquele tempo que eu lembro, começou foi com o Pedro Procópio. Ele teve a ideia de fundar um comércinho aqui. Foi até a casa do vovô Zequinha e do vovô Pedro, conversou e perguntou se dava certo. Aí o vovô Zequinha falou que dava certo e que ajudava. Depois o Pedro Procópio saiu e foi na Dona Lindolfa, foi no Genésio e no Zé Baiano e ganhou mais terra. Cada um deu um alqueire de terras. Aí ficou o Joaquim Alves e o Salvador Vieira que não tinha terra aqui na beira de Itaguari. Os dois compraram terras do Genésio e do Zé Baiano e doou, também, para fazer a cidade (Antônio Divino do Couto, 75anos - Entrevista: 07/02/2005) (CARDOSO *et al.*, 2013, p. 21).

No entanto, a análise dos depoimentos permite perceber a existência de um elo comum entre as diferentes falas: a indicação do senhor Pedro Procópio como fundador e idealizador do movimento para a criação da capela e do povoado, apesar de ele não ter participado efetivamente com a doação de terras, o que possivelmente pode ser explicado pela escolha do local, que ficava afastado de suas propriedades, bem como por uma possível falta de condições financeiras. Mas indubitavelmente o senhor Pedro Procópio se doou para a efetivação de sua ideia, mediante seu trabalho de arrecadar donativos e organizar a formação do povoado e a construção da capela. Determinado a realizar seu intento, percorreu, conforme os relatos, as casas de amigos e vizinhos próximos ao local escolhido por ele, expondo sua intenção. Como era bastante querido pelos compadres da época e por ser um anseio mútuo, os vizinhos abraçaram a iniciativa, ofereceram-lhe auxílio financeiro e doaram terras, oferendas e ofertas.

A capela foi edificada no ponto de divisa de algumas fazendas, uma área cercada por riachos fartos, o que possivelmente colaborou para a escolha do local. Como visto anteriormente, a região era popularmente conhecida como Cruz do Campo, pois detinha um importante significado para a religiosidade popular, dada a presença do antigo cemitério na localidade. Vale ressaltar que essa ligação com a religiosidade não desapareceu com a ocupação do espaço pelas primeiras construções, pelo contrário, acabou tornando-se mais forte, pois foi um espaço religioso materializado pela construção da capela, deixando de ser terreno e tornando-se divino. Afinal, não é a doação em si que sacraliza o espaço, e sim o sentimento, o sentido e a fé do devoto que, entregando a um protetor seu tributo, já não é mais o dono. A comunidade, portanto,

reconhece na doação a sacralização, enquanto a Igreja só a concebe a partir da inserção de um símbolo e da consagração sacerdotal.

Considerando as falas dos depoentes, a versão da fundação que prevaleceu indica como doadores de terra os senhores José Eduardo do Couto, Pedro Vasconcelos do Couto, Salvador Vieira da Cunha, Joaquim Alves, Lindolfa Tereza da Cunha, Genésio Paulino de Queiroz e José Paulino Queiroz. O senhor Patrocínio José dos Reis fornece mais detalhes sobre a arrecadação de terras:

Doação de terras, que aqui a terra pertencia ao meu avô e o meu tio Zequinha, o Zé baiano e o José Paulino de Queiroz e o Genésio Paulino de Queiroz. A terra deles confrontava aqui. E aqui eles tinham uma área, um campo aqui. O meu avô tinha um campo maior onde a fazenda dele pegava mais, o tio Zequinha também tinha deixado uma área e o Zé Baiano, houve também uma participação da Dona Lindolfa e Seu Joaquim Alves e o Salvador Vieira, que eles não tinham, comprou terreno até formar os sete alqueires de chão para fazer a doação para a diocese de Goiás pra começar o patrimônio (*apud* MACEDO, 2017, p. 197).

**Foto 6:** Doadores de terras e fundadores de Itaguari



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

O registro da doação dos sete alqueires de terra em favor da Diocese de Goiás, que estava sob a responsabilidade de administração da Paróquia Nossa Senhora da

Abadia de Itaberaí, só foi realizado no início de 1949, três anos após a construção da capela de São Sebastião<sup>22</sup>. No entanto, no documento de transcrição, os nomes dos senhores Joaquim Alves da Costa e Salvador Vieira da Cunha não figuram na lista das pessoas que registraram a escritura de doação, pois, como não possuíam terras no local onde seria fundado o núcleo urbano, doaram valores correspondentes à compra de parte das terras dos demais doadores; no entanto, não chegaram a colocar a posse do terreno em seus nomes.

Ao analisar a posição social desses doadores, é perceptível que todos tinham situação econômica favorável, se comparada com a dos demais moradores da região. Todos eram fazendeiros com médias e grandes propriedades e detentores de poder político. Contudo, há algumas controvérsias sobre a quantidade dos doadores e das terras que foram doadas. Como visto anteriormente no relato do filho do senhor Pedro Procópio, houve outro doador que não consta da escritura, o senhor Isaías Galdino de Oliveira, que detinha uma situação econômica mais desfavorável, se comparada com a dos demais doadores.

**Foto 7:** Isaías Galdino de Oliveira



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Mas o nome do senhor Isaías Galdino de Oliveira aparece como doador na lista dos pioneiros constante no marco simbólico que representa a criação do povoado de Itaguari, localizado na Praça de São Sebastião (Anexo C). Aliás, o marco foi colocado pela Prefeitura Municipal de Itaguari para representar uma espécie de registro

---

<sup>22</sup> O registro foi feito no Cartório de Registro de Imóveis da comarca de Itaberaí, na transcrição n.º 8.067, folhas 128, do livro 3 –t, conforme pode ser conferido no (Anexo A).

fundacional, e está localizado onde teria sido rezado o primeiro terço e colocado o cruzeiro, cerimônias que deram início à construção da capela. O Mapa 8 a seguir traz em destaque os sete alqueires iniciais doados à Mitra Diocesana para a formação do núcleo urbano.

**Mapa 8:** Em verde, os sete alqueires iniciais doados por fazendeiros em 1949



**Fonte:** Planta cedida pela Prefeitura Municipal de Itaguari e adaptada pelo autor.

De acordo com os depoimentos colhidos por Cardoso *et al.* (2013), utilizando um carro de boi, Pedro Procópio instalou-se com seu sogro Serafim Lino de Araújo provisoriamente em uma barraca construída debaixo de dois pequenos pés de jatobás do cerrado, no local escolhido para a construção da capela onde hoje se localiza a Praça de São Sebastião. O intuito era preparar o local para receber o terço simbólico que marcaria o início das construções, bem como as festividades. Ergueram-se ranchos rústicos para proteger a população do sol, roçou-se o local e cavou-se uma pequena cisterna para matar a sede do todos.

Não há unanimidade sobre a data da realização do terço, solenidade que marcou simbolicamente o início da ocupação urbana, mas o que tem prevalecido é o dia 29 de junho de 1946, um domingo, apesar de algumas versões indicarem o dia 10 de agosto do mesmo ano. Nesta pesquisa, no entanto, com base nos documentos obtidos, optou-se por considerar como marco o dia 29 de junho, data em que se comemora São Pedro. Já o dia 10 de agosto, dia de São Lourenço, estaria relacionado com o início da construção da capela de São Sebastião. Ao logo daqueles dias foram rezados terços, seguidos pela realização de animados bailes ao som de sanfona e pandeiro, bem como de leilões de prendas, cuja arrecadação era destinada à construção da capela.

Conforme se pôde constatar até aqui nesta pesquisa, a possível explicação para a divergência entre as datas estaria relacionada ao próprio lapso da memória dos depoentes, entre os quais muitos se lembram apenas da última data por referir-se ao ato da construção, sendo por isso mais marcante. Também o marco simbólico e comemorativo dos 50 anos de fundação de Itaguari fixado na praça central reconhece o dia 29 de junho como marco inicial da fundação do patrimônio. Igualmente, foi expedido o Decreto municipal n.º 132/2011 (Anexo B) reconhecendo como dia 29 de junho de 1946 como o dia de fundação do então patrimônio de Campestre (ITAGUARI, 2011). Após a finalização da construção, a capela de São Sebastião também passou a ser atribuída a Nossa Senhora de Fátima.

**Foto 8:** Família do sr. Pedro Procópio junto do marco simbólico de Itaguari



**Fonte:** Acervo pessoal do autor.

Encontram-se na Foto 8 o filho do senhor Pedro Procópio, Anizio Procópio de Oliveira, segurando, com sua esposa Luzia Macedo de Oliveira, o retrato de seu pai; à direita, dona Francisca, responsável por conduzir o primeiro terço em Itaguari; e na frente de todos, a menina Gessica Sousa Pimentel, bisneta de Pedro Procópio. Ao lado da família, vê-se o marco simbólico comemorativo dos 50 anos de fundação de Itaguari, e, ao fundo, um pé de jatobá, árvore nativa do Cerrado, originário da época da fundação da cidade, 1966.

Já a Foto 9 a seguir mostra o atual marco simbólico e um novo pé de jatobá, plantado em 2017, após a morte do antigo.



**Foto 9:** Atual marco simbólico dos pioneiros de Itaguari, com um novo pé de jatobá



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Em 1947, utilizando recursos financeiros arrecadados por meio de novenas, foi construída a capela de São Sebastião. Conforme Gonzaga (2017), naquele mesmo ano foi também construída a primeira casa do núcleo urbano, que pertencia ao senhor Serafim Lino de Araújo. Sobre as primeiras casas construídas no núcleo urbano, o autor afirma que a disposição delas era desordenada, pois não havia um controle de demarcações de ruas, lotes ou quadras. Só no início da década de 1950 é que foi realizada uma demarcação provisória, que estabeleceu um traçado rudimentar para as ruas, mas que abrangia apenas as que ficavam no entorno da praça central. Já em meados de 1960, segundo relatos colhidos por Macedo (2017, p. 130), coube ao agrimensor Antônio Severino Coelho fazer as primeiras demarcações no povoado, tendo como base as trilhas/ruas e as principais residências, conforme pôde ser observado anteriormente no Mapa 7.

A esse respeito, afirma Gonzaga (2017, p. 52-53):

Depois das primeiras conversações, não houve um projeto ordenado e estímulo para que as primeiras construções fossem feitas. Nem fundadores nem pessoas do povo se doaram para esse intento. As famílias foram

chegando e ocupando desordenadamente o terreno, formando um pequeno aglomerado de casas de adobe, pau a pique e ranchos cobertos de palha de sapé. Não havia sequer um traçado rudimentar de ruas. A primeira casa e a primeira capela foram construídas no ano seguinte de sua fundação. A casa, por Serafim Lino de Araújo, e a capela com recursos gerados de novenas das quais a comunidade local participava ativamente. Depois construíram dois ranchos no local que tinham como moradores Vicente Oliveira e Zé Parceiro. Só no início da década de 1950 é que foi feita uma demarcação rudimentar e provisória, visando um ordenamento mínimo das ruas e avenidas do povoado.

Mas além dessa versão sobre o processo fundacional do núcleo urbano de Itaguari, existe outra, que consta no livro *Os tempos míticos das cidades goianas*, de Antônio Cesar Caldas Pinheiro (2010), filho de Maria José da Piedade Pinheiro – primeira professora a atuar em Itaguari, filha do fundador José Eduardo do Couto – e de Hélio Caldas Pinheiro, ex-prefeito de Itaberaí, sobre o qual irá se tratar no Capítulo 3. Na versão trazida por Pinheiro (2010), alguns fatos relatados anteriormente não são reconhecidos, tais como a existência do decreto expedido pelo gabinete da Prefeitura municipal sobre o reconhecimento dos pioneiros de Itaguari e de alguns personagens, como o senhor Pedro Procópio, como idealizadores do núcleo urbano da cidade, e o senhor Isaías Galdino de Oliveira, como doador de terras.

Na obra, Pinheiro (2010) utiliza apenas fontes documentais, não tomando como base outras inúmeras fontes possíveis, e analisando somente o documento da transcrição de terras arrecadadas para a fundação do Patrimônio de São Sebastião, endereçada à Diocese de Santana de Goiás. O autor considera “inventada” a narrativa que orienta esta pesquisa e que prevaleceu ao longo dos anos, sendo reconhecida pelo Poder Municipal, por meio do Decreto n.º 132/2011 (ITAGUARI, 2011). Diz Pinheiro (2010, p. 77):

Não são apenas as cidades que se originaram no século XVIII ou XIX que têm sua memória reconstruída por meio de uma tradição inventada. Em muitas narrativas a respeito do surgimento de algumas cidades goianas é possível detectar a tradição inventada no enredo que se cria para enquadrar a reconstrução. A pequena e nova cidade de Itaguari, na região do Mato Grosso Goiano, com origem documentada e ainda com muitas pessoas contemporâneas dos fatos da época de sua criação já tem a sua tradição inventada. Encravada entre Itaberaí, Jaraguá e à margem do córrego Sucuri, cujo nome adveio da junção dos nomes daquelas cidades e do principal curso d'água que banha o município, Itaguari surgiu da reunião de alguns fazendeiros da região; precisamente foram sete deles os fazendeiros que doaram cada qual um alqueire a São Sebastião, na pessoa jurídica da Diocese de Santana de Goiás, para a formação de um patrimônio no município de Itaberaí.

Ao negar ao senhor Pedro Procópio a condição de idealizador e fundador do povoado/patrimônio, Pinheiro (2010) considera o senhor José Eduardo do Couto como o legítimo fundador de Itaguari. Vale lembrar que o mesmo José Eduardo do Couto é seu avó materno.

A ideia da fundação do povoado partiu do mineiro José Eduardo do Couto, conhecido por Zequinha do Couto, o qual em 1909 se mudara para o município de Itumbiara e, em 1940, se transferira com toda a família para a região de Itaberaí, onde adquiriu a fazenda Pastinho cujas terras abarcavam uma parte do local em que hoje está a cidade. Sabe-se por pessoas coevas da fundação de Itaguari, que sete fazendeiros da região, entre os quais o senhor José Eduardo do Couto, se juntaram e doaram cada qual, um alqueire para São Sebastião. Aqueles fazendeiros, cujas terras iam até o local escolhido para o surgimento do povoado, fizeram a doação das terras tirando as de suas fazendas. Os outros, cujas fazendas distavam do local, compraram cada qual um alqueire dos que possuíam terras ali. Foi tudo documentado e a escritura passada para o Bispo Diocesano (PINHEIRO, 2010, p. 77).

Além disso, para Pinheiro (2010), o reconhecimento do senhor Pedro Procópio como fundador atende a interesses políticos. Todavia, essa afirmativa não encontra respaldo na trajetória pessoal do senhor Pedro Procópio, uma vez que ele nunca ocupou cargos políticos no então povoado ou na sede municipal; pelo contrário, logo após a fundação do patrimônio, o senhor Procópio afastou-se das atividades de frente do povoado, e nem seus descendentes fizeram parte da história política do município de Itaguari.

Foi, portanto, uma deliberação coletiva que esteve na gênese de Itaguari. Não se pode apontar a um somente a criação do povoado, pois o fato de se ter a ideia de se criar um patrimônio não se consubstancia em fundação. No registro de doação das terras aparece o nome apenas dos que tinham as terras em volta do terreno do patrimônio, mas os outros dois doadores ainda são lembrados pelos contemporâneos e têm parentes ainda habitando em Itaguari. São eles, Joaquim Alves da Costa, fazendeiro no vizinho município de Jaraguá e Salvador Vieira da Cunha, de Itaberaí e também fazendeiro em Jaraguá (PINHEIRO, 2010, p. 78).

Conforme o trecho acima, Pinheiro (2010) reconhece a participação dos senhores de Joaquim Alves da Costa e Salvador Vieira da Cunha, importantes fazendeiros da região, mesmo que ambos não apareçam nos registros de doação de terras. Na construção de sua narrativa, Pinheiro (2010) também mostra conhecimento da obra da pesquisadora Alessandra Lima (2002), da qual esta pesquisa compartilha a linha de raciocínio. Ele faz duras críticas à obra, não levando em consideração todo o trabalho feito pela autora, produzido com o apoio de inúmeras fontes orais e documentais.

Uma monografia de final do curso de História da UCG, em 2000, O poder político em Itaguari, de Alessandra Martins Lima, procura construir um enredo em torno de um personagem fazendo-o fundador de Itaguari. Nesse trabalho a autora expressa, indiretamente, em sua narrativa, a ideia de fundação como sendo apenas o ato de desejar a criação de alguma coisa. Assim, o fundador de Itaguari seria o senhor Pedro Procópio de Oliveira que, segundo ela, tivera primeiro a ideia de fundar no local um povoado. Percebe-se, claramente, que a autora não credita aos doadores das terras a fundação da cidade. No trabalho em questão a autora utiliza depoimentos orais, sendo interessante o do filho do próprio suposto fundador, senhor Anísio Procópio de Oliveira, que diz textualmente que após alguns problemas no começo da povoação, o seu pai, Pedro Procópio, desgostou-se em relação à responsabilidade assumida com a igreja do local e se afastou da liderança da povoação nascente [...] largô pra lá né, largô a vontade né, aí então José Eduardo do Couto foi, fez frente sabe, foi toma conta do trem que ele tinha iniciado né, já tinha iniciado, tinha o povoado, tinha tudo registrado tudo, tudo arrumadim né, num era dizê que era só de conversa não, registrado loteado tudo né, tinha igreja meu pai tinha feito cruzeiro tanta coisa né, aí o seu Zequinha do Couto pegou o que tava começado né... [...] (OLIVEIRA *apud* LIMA, 2000, p. 39). Por esse depoimento nota-se o esforço em se passar a ideia de que o fundador foi realmente o senhor Pedro Procópio, dizendo que o senhor José Eduardo do Couto já encontrara tudo organizado, registrado e até o local já loteado (PINHEIRO, 2010, p. 79-80).

Pinheiro (2010) acusa diretamente o senhor Pedro Procópio e sua família de terem idealizado uma narrativa inverídica sobre o processo fundacional de Itaguari. Para isso, afirma que o senhor Pedro Procópio não pode ser considerado fundador porque seu nome não aparece no documento de doações de terras. Porém, o próprio Pinheiro (2010) se contradiz ao citar a participação dos senhores Joaquim Alves da Costa e Salvador Vieira da Cunha. E complementa dizendo que a narrativa de Lima (2002) é mítica, imaginária, que não tem relevância histórica ou fundo verídico. Para ele, as fontes orais, as narrativas e memórias dos entrevistados utilizados por Lima (2002) não têm “[...] importância, [são] fatos de pequeno vulto do cotidiano, datas, nomes” (PINHEIRO, 2010, p. 84-85). O autor afirma ainda:

Analisando-se esta narrativa sobre a origem de Itaguari chama atenção a necessidade do narrador em demonstrar que o senhor Pedro Procópio foi o fundador da cidade. O poder político em Itaguari demonstra como a reconstrução da memória e a busca de soluções para o preenchimento do silêncio do passado ocorre não somente em cidades antigas, mas também em cidades novas, como Itaguari. A necessidade de demonstrar a origem de um lugar, o seu fundador, os primeiros acontecimentos locais, carrega em si um sentimento natural de busca identitária e formador de enredos que têm elementos comuns em muitas narrativas sobre a origem das cidades. Assim, nota-se, talvez por ser uma cidade com formação mais recente, não a tentativa de dar uma idade mais antiga a Itaguari, mas de procurar o que tivera primazia no início da povoação. Dessa forma, a autora busca saber quem rezou o primeiro terço no local onde surgiria Itaguari, quem construiu a primeira casa, quem deu o nome à povoação. Procura registrar as datas que os depoimentos apontaram sobre a origem do povoado, dando como certa a data que o pretendido fundador dizia ser a do ‘marco histórico de Itaguari’.

Ainda que esta narrativa sobre Itaguari, pelo motivo de ser uma cidade relativamente nova, não se imiscuiu por uma procura mítica, imaginária, de sua origem, elementos presentes em outras narrativas analisadas são aqui utilizados. Sobressai à primeira vista a necessidade de registrar acontecimentos aparentemente sem importância, fatos de pequeno vulto do cotidiano, datas, nomes etc. (PINHEIRO, 2010, p. 84-85).

A versão apresentada na obra *Os tempos míticos das cidades goianas*, de Pinheiro (2010), depois de ser analisada com base nos documentos apresentados nesta pesquisa, soa um pouco equivocada, se considerados os métodos utilizados pelo autor na construção de sua narrativa. Assim, é necessário destacar que a versão seguida nesta pesquisa leva em consideração as entrelinhas, muitas vezes escondidas nas memórias, fotografias etc., resgatando a história do esquecimento, principal carrasco do homem, ocasionada pela ação do “tempo”.

Por fim, ao analisar a formação desse núcleo urbano, fica evidente que essa ação fazia parte do desejo e da necessidade das pessoas que viviam no campo, principalmente pela complacência do poder religioso. Tais fatos demonstram a heterogeneidade de intencionalidades para a formação do espaço urbano em determinado local.

### **3 ITAGUARI E SEU DESENVOLVIMENTO: DE DISTRITO A CIDADE**

A historiografia urbana tradicional brasileira tem geralmente concentrado seus estudos nas grandes cidades ou em cidades históricas, que abrangem temas de maior interesse para os estudiosos, e dentre os quais podem ser citadas as deformações urbanas e sociais decorrentes do crescimento acelerado e a preservação do patrimônio histórico. Ainda como de amplo interesse de estudiosos, estão também as cidades planejadas que em sua grande maioria já nasceram com o status de capitais.

A generalização desses estudos, contudo, nem sempre se aplica às inúmeras cidades do interior brasileiro, pequenas e médias, que em sua formação ou desenvolvimento têm expressado novas perspectivas para a historiografia urbana, por exemplo, a dinâmica da modernização urbanística do início do século XX. Mas os estudos sobre as pequenas e médias cidades têm crescido nos últimos anos atrelados às investigações sobre suas características particulares, bem como ao seu cotidiano e seus costumes históricos.

Ao longo deste capítulo, buscar-se-á demonstrar algumas características particulares vivenciadas pela cidade de Itaguari-GO após o nascimento de seu núcleo urbano, revelando como as disputas pelo poder por parte de alguns políticos locais interferiram no seu desenvolvimento e como se deu o seu crescimento até os dias atuais. O objetivo é mostrar como o crescimento urbano das últimas décadas foi embalado pela inserção de indústrias de pequeno e médio porte no município, principalmente as dos ramos têxtil e agroindústria, o que ocasionou mudanças de hábitos na ocupação do espaço.

#### **3.1 AS INFLUÊNCIAS POLÍTICAS DE ITAGUARI**

A análise do processo de consolidação urbana de Itaguari evidencia que dos primeiros anos após sua fundação até a década de 1960 ocorreu uma forte influência política de Itaberaí sobre o então povoado. Durante esse período, um reduzido número de fazendeiros e detentores de poder da região de Itaguari, mas vinculados às principais famílias políticas itaberinas, utilizaram tal prestígio para usufruir de uma série de

vantagens que atendiam seus interesses políticos e particulares<sup>23</sup>, utilizando para tanto a população local.

Receando a descontinuidade de seus privilégios ante a abertura de novas frentes, esses fazendeiros optaram por se manter neutros quanto à busca pela autonomia do povoado embrião da futura cidade de Itaguari, o que afetou o seu desenvolvimento. Tal fato pode ser constatado quando se compara a emancipação da cidade com a vizinha Taquaral de Goiás, fundada em território itaberino em 1951, portanto, cinco anos depois da fundação Itaguari, ocorrida em 1946. No entanto, por não deter ligações políticas fortes com Itaberaí, Taquaral de Goiás conseguiu sua emancipação vinte e cinco anos antes de Itaguari, em 1º de outubro de 1963<sup>24</sup>, pela Lei estadual n.º 4.593 (Anexo H), mesmo possuindo uma população menor.

Com a emancipação de Taquaral de Goiás e seu desmembramento do município de Itaberaí, o povoado Itaguari, devido a sua localização afastada de Itaberaí, acabou sendo incorporado ao recém-criado município de Taquaral de Goiás, passando à categoria de distrito, conforme a Lei estadual n.º 7.192, de novembro de 1968 (Anexo D).

Assim, as figuras políticas da época muito influíram no desenvolvimento do núcleo urbano de Itaguari, criando no local diversas benfeitorias, tais como edifícios públicos, pavimentação asfáltica, rede elétrica, demarcação de limites territoriais etc., e até mesmo atuando para o seu reconhecimento como sede municipal. A influência desses personagens foi tamanha que não apenas se tornaram patronos de ruas e avenidas, como também constituem um importante caminho a ser percorrido quando se quer compreender como se deu o desenvolvimento de Itaguari.

### **3.1.1 Pedro José de Oliveira (Pedro Procópio)**

---

<sup>23</sup> Os fazendeiros mantinham sua influência mediante o sistema do clientelismo, que é a troca de bens, empregos, favores, serviços e outros benefícios por apoio político, sendo a troca algo implícito ou não.

<sup>24</sup> O povoamento da região iniciou-se nas proximidades do córrego Taquaral, na fazenda do mesmo nome, em 1951, quando um grupo de moradores da zona rural de Itaberaí, constituído por Gustavo Moreira Coelho, Aurélio de Oliveira, Miguel Freire, Sebastião Moreira Coelho, Joaquim Ferreira de Souza e Manoel P. Sobrinho, fez a doação de uma área de terras a São Miguel, para a formação do patrimônio. O povoado, denominado inicialmente São Miguel do Taquaral, lembrando o padroeiro e o córrego adjacente, passou à categoria de distrito pela Lei Municipal n.º 86, de 25 de julho de 1958, integrando o município de Itaberaí, com o topônimo corrigido para “Taquaral”. Cinco anos depois, em 1º de outubro de 1963, pela Lei Estadual n.º 4593, obteve sua emancipação político-administrativa, instalando-se o município em 1º de janeiro de 1964, com a denominação definitiva de Taquaral de Goiás (Disponível em: <http://www.taquaral.go.gov.br/institucional/historia-do-municipio/>. Acesso em: 20 de junho de 2020).

O primeiro personagem a ser mencionado é o senhor Pedro José de Oliveira, vulgo “Pedro Procópio”, nascido na Fazenda Estiva, município de Luz, Minas Gerais, no dia 3 de junho de 1911. Mudou-se para Goiás em junho de 1926, com 15 anos de idade, seguindo com seus pais em comitiva de carros de boi em trilhas que acompanhavam a penetração dos trilhos da Companhia da Estrada de Ferro de Goiás e o avanço da fronteira agrícola no estado.

**Foto 10:** Pedro Procópio e seus filhos, carreando carro de boi onde hoje se localiza o bairro Três Poderes em Itaguari, na década de 1950



**Fonte:** Arquivo pessoal de Luzia Macedo de Oliveira.

Na década de 1930, Pedro Procópio e sua família mudaram-se para a fazenda Conceição, no município de Itaberaí, nas proximidades de um antigo cemitério que viria a dar origem à cidade de Itaguari. Na mesma década, com a doença e o falecimento de seu pai, enfrentou várias dificuldades para a sobrevivência de sua família, segundo relatos de seus descendentes (MACEDO, 2017, p. 173-174). Após ter perdido todos os bens que possuía, por conta dos tratamentos de saúde de seu pai, Pedro Procópio mudou-se para a antiga fazenda Sapezal, no município Itaberaí, de propriedade de seu



tio Serafim Lino de Araújo, pai de Maria Araújo de Oliveira<sup>25</sup>, com quem se casou em 30 de julho de 1936. É considerado por muitos como o idealizador de Itaguari e por outros, como o verdadeiro fundador da cidade. Faleceu no dia 7 de dezembro de 1973, em Itaguari.

Seu principal feito está relacionado com a idealização e organização do estabelecimento do patrimônio que deu origem a Itaguari. Dedicou-se à construção da capela do mártir São Sebastião e do início da organização e demarcação das primeiras e rudimentares ruas no entorno do largo da igreja, que não passavam de trilhas no meio do mato, fixadas pelo próprio vai e vem de pessoas e animais. Em entrevista concedida a Macedo (2017, p. 206), José Gonçalves da Silva, um dos pioneiros, afirmou:

Eu morava nas terras da minha mãe, que hoje é do Ramiro, morava ali, aí foi mudando, mudando, aí comprô e parou aí mesmo. Aí nós, eu já trabalhava aqui ajudando a fazer esses trens à capela, carreando carro de boi puxando adobe, areia, terra, madeira para a igreja, ela era de madeira, foi Pedro (Procópio) que enfrentou.

Com base nos depoimentos colhidos na pesquisa realizada em 2017, Macedo contratou o artista plástico vilaboense Auriovane D'Ávila para reproduzir uma pintura ilustrativa de como provavelmente teria sido a primeira capela, surgida no início do povoado, graças aos esforços de moradores e devoto. A obra do artista pode ser conferida na conforme mostra o desenho da Foto 11 a seguir.

---

<sup>25</sup> Maria Araújo de Oliveira nasceu em Luz-MG, em 30 de agosto de 1919, e faleceu em Itaguari, no dia 1º de janeiro de 1969.

**Foto 11:** Representação artística da primeira capela de Itaguari



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

O recorte temporal da imagem reproduzida na Foto 11 é de 1947-1948, sendo possível observar ao fundo os dois pés de jatobás do cerrado, debaixo dos quais foi rezado o primeiro terço. Mais ao fundo está a primeira casa do povoado, pertencente a Serafim Lino de Araújo e construída simultaneamente com a capela.

Indagado sobre a organização do povoado e a demarcação das primeiras ruas ao entorno do largo da capela, Divino Procópio de Oliveira afirmou:

Eu não lembro mais; na época meu pai arrumou um agrônomo, ele mandou centralizar a igreja de tal maneira que, ali, de qualquer lugar que você partisse ali ela ficasse no meio [dos veios d'água que cercam o núcleo urbano: Sucuri, Casa de Telha, Soares, Sapezinho]. Ali eram muito fundas as cisternas, tinha que buscar água em algum córrego, aí ele pegou e fez isso aí; Ele sonhava com aquilo dali [...] o agrônomo marcou quatro ruas: a Rua 8, a rua José Eduardo do Couto, a Rua 4 e a que ficava o supermercado. Demarcou só para marcar ali o local, mas foi meu pai que trouxe esse homem na época, antes do terço (*apud* MACEDO, 2017, p. 175)

Após sua morte, Pedro Procópio recebeu como homenagem o título de patrono de uma biblioteca pública instalada na década de 1970 pelo então prefeito de Taquaral

de Goiás, Leôncio Moreira Coelho. Com a emancipação de Itaguari, o edifício foi desocupado para abrigar a primeira sede da Prefeitura Municipal (atualmente Centro de Referência Assistência Social Dona Dina). Já sua esposa, dona Maria, tornou-se patrona do antigo Centro Comunitário, desocupado também para ceder lugar à Câmara Municipal. Após a emancipação de Itaguari, durante o primeiro mandato do ex-prefeito Ramiô Rodrigues, Pedro Procópio foi novamente homenageado, cedendo seu nome ao Ginásio Municipal.

Pedro Procópio, embora não tenha sido um político assumido, pode ser considerado um personagem influente na história do desenvolvimento do núcleo urbano de Itaguari. Após seu afastamento das ações à frente do então povoado, surge o domínio de José Eduardo do Couto, figura influente e de forte liderança na região.

### **3.1.2 José Eduardo do Couto (Zequinha do Couto)**

José Eduardo do Couto, ou “Zequinha do Couto”, como era carinhosamente chamado, nasceu em Pratápolis-MG, no dia 28 de maio de 1881, e faleceu em Itaguari no dia 15 de setembro de 1968. Era casado com Mariana Bernardes de Jesus<sup>26</sup>. Migraram para o estado de Goiás acompanhando o avanço da fronteira agrícola e a penetração dos trilhos da estrada de ferro. Após chegarem a Anápolis, deslocaram-se para o município de Buriti Alegre-GO, onde viveram por um curto período de tempo.

Em 1940, José Eduardo do Couto comprou, com seu irmão Pedro Vasconcelos do Couto, a fazenda Pastinho/Conceição, no município de Itaberaí. Mais tarde, doou parte de suas terras para a fundação do povoado, no qual residiu até sua morte. Foi o principal personagem político de Itaguari, pois nada era feito sem o seu devido aval. A respeito de sua família, afirma Gonzaga (2017, p. 43):

Destaca-se, na década de 1940, a família dos Couto. Oriundos de Buriti Alegre, GO, José Eduardo do Couto e sua família se distinguem dos demais por participarem ativamente da vida social e política da região. Maria da Piedade, filha de José Eduardo, casou-se com Hélio Caldas Pinheiro, que fora prefeito de Itaberaí. Dotes pessoais e a ligação direta com o poder maior do município itaberino fizeram de José Eduardo do Couto o principal articulador político da região nas duas décadas seguintes também após a fundação do povoado.

---

<sup>26</sup> Mariana Bernardes de Jesus nasceu em Pratápolis-MG, em 4 de junho de 1884, e faleceu em Itaguari, no dia 7 de outubro de 1969.

José Eduardo do Couto era homem letrado, grande detentor de poder e influência moral. Tornou-se o chefe político local, sugerindo, inclusive, o nome para a recém-criada povoação. Utilizando os bons vínculos com as principais famílias políticas itaberinas, utilizou tal prestígio para uma série de vantagens pessoais, tornando-se o primeiro cidadão de Itaguari a se tornar político, elegendo-se vereador por dois mandatos pelo município de Itaberaí, onde representava os interesses do povoado.

**Foto 12:** José Eduardo do Couto, sua esposa Mariana Bernardes de Jesus (sentados) e demais membros da família



**Fonte:** Arquivo pessoal de José Eduardo do Couto Neto.

Em época de eleição, devido à grande influência política exercida por Zequinha do Couto, as lideranças políticas visitavam-no constantemente em sua casa em busca de apoio. Aqueles que eram apoiados por ele recebiam a maioria dos votos da população local. No entanto, por possuir ligações políticas com Itaberaí, optou por manter-se neutro quanto à busca pela autonomia e emancipação do povoado.

Ocupou o cargo de juiz distrital, jurisdição onde era geralmente estimado, militando na política no partido do coronel João Caldas. Provavelmente, durante seu comando como chefe político local, passou por suas mãos importantes decisões sobre o

desenvolvimento do núcleo urbano de Itaguari, além das primeiras obras públicas trazidas para o povoado, por exemplo, a abertura de ruas e melhorias em pontes e estradas que ligavam Itaberaí a Jaraguá. Após sua morte, tornou-se patrono da principal avenida da cidade e também deu seu nome à primeira escola do município, hoje Centro de Ensino em Período Integral José Eduardo do Couto.

Devoto fervoroso e benzedor afamado na região, participava ativamente da religiosidade local, e foi o responsável por mandar demolir a primeira capela de São Sebastião e reconstruí-la com dinheiro arrecadado das novenas; porém, dessa vez, a frente do edifício ficou voltada para a cidade de Itaberaí<sup>27</sup>. A nova capela teve aumentada a sua capacidade de acomodar os fiéis, e sua estrutura ganhou o formato de quatro águas. No entanto, segundo relatos de antigos moradores, poucos anos após a edificação da nova capela, devido a possíveis erros de construção, seu telhado veio a desabar, condenando o restante da estrutura.

### 3.1.3 Dr. Hélio Caldas Pinheiro

Hélio Caldas Pinheiro, ou “Dr. Hélio”, como era conhecido, foi um grande jurista e político itaberino, que exerceu forte influência sobre o povoado de Itaguari. Prefeito do município de Itaberaí durante os anos de 1959/1961, foi casado com Maria José da Piedade Pinheiro, filha de José Eduardo do Couto, um dos cofundadores de Itaguari. Provavelmente por isso acabou desenvolvendo grande interesse pelo povoado de Itaguari.

Descendente das tradicionais famílias curralienenses Silva Caldas, Pinheiro de Abreu e Couto Baylão, os quais estão presentes na sociedade e na política goiana desde o Brasil monarca, teve vários familiares que se elegeram políticos governando o território itaberino e goiano. Essa linhagem de políticos teve início com seu bisavô, capitão José Manuel da Silva Caldas, que após sua morte repassou o comando a seu avô, coronel João Caldas, que consolidou uma era de controle e prestígio.

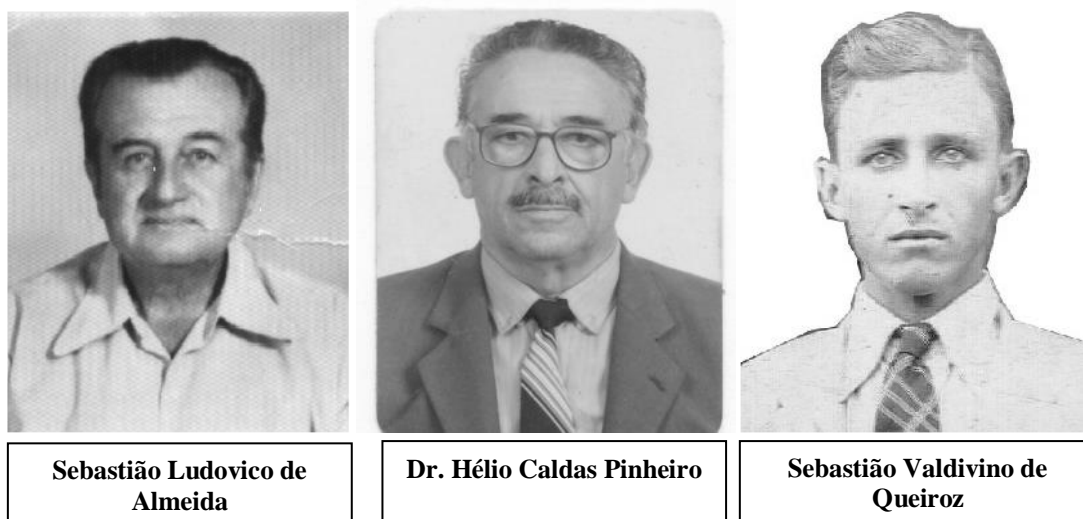
O Cel. João Caldas foi nomeado como um dos membros da Intendência de Curralinho. Foi Presidente do Conselho Municipal (o mesmo que Câmara Municipal), nos quadriênios de 1906/1911 e 1911/1915, e Presidente do mesmo Conselho de 1922/1923 e 1923/1927, e Conselheiro de 1915/1919. No ano de 1927 foi eleito Intendente (prefeito), ficando no cargo até 1930,

<sup>27</sup> Originalmente a capela de São de Sebastião de Itaguari era voltada para o Oriente, conforme as orientações propostas pelas *Constituições primeyras do Arcebispado da Bahia*, que recomendava que “[...] nunca [estivessem voltadas] para o Norte, nem para o Ocidente” (VIDE, 1853, p. 253).

quando foi deposto pela revolução. Logo após, Pedro Ludovico, sentindo que seria derrotado em Itaberaí, o reconduziu ao comando da política local e o Cel. João Caldas indicou seu sobrinho, Benedito Pinheiro de Abreu, para ser nomeado prefeito de Itaberaí. Nas eleições de 1954, que iria levar seu genro, Dr. José Ludovico de Almeida (que fora prefeito de Itaberaí, deputado estadual e federal e secretário de estado) ao Governo de Goiás, muito contribuiu para a campanha. Fazendeiro abastado foi o primeiro Itaberino a possuir um automóvel, um Ford 1918 adquirido em 1919. Os filhos do Cel. João Caldas tiveram papel importante na política e na vida social de Itaberaí. Podemos citar: Dona Iracema Caldas, primeira-dama do Estado; Balduino Caldas, deputado e prefeito por duas vezes; Dr. Gilberto Caldas, prefeito e médico humanitário (o primeiro médico itaberino); Dr. Sebastião Caldas, também médico; e Jacinto Caldas, gramático e jornalista. De seus netos salientaram-se os doutores Jerônimo Pinheiro de Abreu, deputado em várias legislaturas, primeiro diretor da Casego; Dr. Hélio Caldas Pinheiro, prefeito de Itaberaí; e o Dr. Tércio Caldas, deputado por três vezes e Conselheiro do Tribunal de Contas dos Municípios. Com seu apoio elegeram-se prefeitos os genros; Antônio Zacarias da Fonseca, José Pinheiro de Abreu (Juca Pinheiro, seu sobrinho, prefeito por duas vezes, a primeira vez nomeada e a segunda eleito) Jurandir Araguaia Leite (VIEIRA, [s.n.], online).

Figura influente com forte controle político e grande poderio financeiro, no final de 1966 Dr. Hélio propôs e conseguiu arrematar, junto com os senhores Sebastião Ludovico de Almeida, o “Tiãozinho Ludovico”, e Sebastião Valdivino de Queiroz, o “Vigilato”, fazendeiros da região do povoado de Itaguari, a compra do terreno remanescente do patrimônio de São Sebastião de Itaguari, que pertencia à Mitra Diocesana de Goiás (Anexo D). O valor de compra do terreno foi registrado em 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros) e a escritura foi lavrada no Cartório de Registro Geral de Imóveis de Taquaral, livro n.º 3, transcrição n.º 629 (Anexo E).

**Foto 13:** Novos “donos” do patrimônio de São Sebastião



Fonte: Cardoso *et al.* (2013, p. 51).

Parte do terreno que os três adquiriram foi doado ao estado de Goiás, para a construção de uma escola em Itaguari, o Colégio Estadual José Eduardo do Couto. Outra pequena parte ficou reservada para a própria Igreja, incluindo aí o terreno do largo da Igreja de São Sebastião, alguns lotes<sup>28</sup> e o cemitério. Restou apenas uma gleba de seis alqueires, que foi loteada.

Vinte anos depois de seu início, o povoado teve outro impulso, no que concerne ao seu ordenamento. Num primeiro momento, Pedro Procópio e Sebastião Alves de Bessa (Sr. Fiquinho) procuraram o bispo para comprar o terreno para loteá-lo. A Diocese recusou o pedido, dizendo que não era sua intenção vendê-lo. Contudo, tempos depois, negociou com Sebastião Ludovico de Almeida (Tiãozinho), Dr. Hélio Caldas Pinheiro e Sebastião Valdivino de Queiroz, o Sebastião Vigilato (GONZAGA, 2017, p. 64).

<sup>28</sup> Os lotes que permaneceram, pertencentes à Igreja, são as quadras de n.º 1 (um); 4 (quatro); 6 (seis); 8 (oito) e 10 (dez).





era tanto que durante o período em que o terreno esteve em sua posse não foi realizada nenhuma demarcação do local, e nem mesmo os lotes vendidos foram devidamente registrados. Aliás, ainda hoje encontram-se alguns lotes na cidade sem as respectivas escrituras<sup>29</sup>, talvez resultado da falta de registro ou da invasão por antigos donos.

Em pesquisa no arquivo da Paróquia de São Sebastião de Itaguari, encontrou-se uma ata, datada de 2 de outubro de 1989 (Anexo F), na qual é nítido o resultado de tal descaso (MACEDO, 2017). Ao fazerem um levantamento sobre os bens da Paróquia São Sebastião, o pároco da época, Frei Antônio Marciano Filho; as irmãs missionárias de Jesus Crucificado, Abigail Dias Batista, Geralda Sales Moura, Florinda de Souza e Rosana Maria Bonifácio; a representante da comunidade local, Margarida Baptista das Dores; e o procurador da diocese, Jerônimo dos Santos Moraes alegaram no documento a incerteza sobre o pagamento por completo do terreno vendido aos senhores Hélio Caldas Pinheiro, Sebastião Ludovico de Almeida e Sebastião Valdivino de Queiroz.

Outras irregularidades são relatadas no documento, tal como a dúvida sobre a ilegalidade da venda de registros de lotes e imóveis, e é citado o nome do Dr. Hélio como responsável de tal ato. Por fim, relatam o problema das casas vendidas a terceiros e quartos sem o registro referente ao início do povoado, não se sabendo também se foram devidamente pagas.

Tão logo surgiram os primeiros moradores, veio a preocupação por parte de alguns em delimitar os espaços da cidade. A primeira demarcação foi feita em 1950. E não tardou em surgir mais moradores que buscassem construir ali a sua casa, mesmo não sendo o aglomerado urbano um ideal da maioria da população da região, que preferia compor os 70% de pessoas que residiam no campo. Mas até um decênio de sua gênese, no lugar só existiam 15 casas e 12 ranchos, sendo aquelas construídas de adobes e estes cobertos com palhas de sapé. Sebastião Alves de Bessa e sua esposa Dulce Maria Neto de Bessa foram os primeiros a construir uma casa feita de tijolos. Ele, farmacêutico prático, e ela, primeira professora primária do lugar, acabaram estimulando a vinda de mais moradores e comerciantes (GONZAGA, 2017, p. 63).

No início da década 1960, segundo relatos de antigos moradores, a ocupação da área urbana já contava com algo em torno de 350 habitantes e cerca de 50 casas e ranchos. Antônio Severino Coelho foi o agrimensor contratado para montar a planta com a demarcação das ruas e avenidas do novo loteamento, e para isso partiu das residências já construídas, valendo-se dos sete alqueires inicialmente disponíveis.

---

<sup>29</sup> Esse dado tem como base o levantamento feito pelo autor no cartório de imóveis de Itaguari (MACEDO, 2017).

O povoado de Itaguari pertenceu ao município de Itaberaí até 1968, conforme a Lei n.º 4.593/1963 (GOIÁS, 1963). Por força da Lei n.º 7.192/1968, de 12 de novembro de 1968, Itaguari passou a ser distrito do município de Taquaral de Goiás (GOIÁS, 1968). O senhor Tércio Caldas foi o autor dessa lei. Contudo, a influência política exercida por políticos de Itaberaí não iria desaparecer da noite para o dia, e entre eles merece destaque o senhor Sebastião Ludovico de Almeida, o “Tiãozinho Ludovico”.

### **3.1.4 Sebastião Ludovico de Almeida (Tiãozinho Ludovico)**

Sebastião Ludovico de Almeida, ou “Tiãozinho Ludovico”, como era conhecido, foi um homem idealista e ligado ao progresso de Itaguari. Grande proprietário de terras, foi durante muito tempo um dos maiores empregadores da região, de forma direta ou indireta, arrendando parte de suas terras a meeiros para a produção de café, arroz, feijão e milho. O carro-chefe de sua propriedade era a pecuária extensiva.

Tiãozinho Ludovico foi uma das figuras políticas que mais contribuíram para o desenvolvimento do núcleo urbano de Itaguari nas décadas de 1960 e 1970. Descendente da tradicional família política goiana, os Ludovico de Almeida, Tiãozinho não hesitou em usar sua influência política e familiar para conseguir obras para Itaguari, por intermédio de seu irmão José Ludovico de Almeida, Juca Ludovico, ex-governador do estado de Goiás, e de seu tio Pedro Ludovico Teixeira, também ex-governador.

Entre as diversas benfeitorias realizadas em Itaguari por ele, ou por seu intermédio, podem ser destacadas as seguintes: construção da delegacia, da cadeia pública e de muros; melhorias no cemitério e na urbanização das praças, tal como jardinagem; e manutenção e patrolamento de ruas e estradas do povoado, muitas delas cascalhadas por ele próprio, atitude não muito comum para uma figura pública com seu poder aquisitivo, mas compreensível se considerada sua figura política.

O ex-prefeito de Itaguari, Ramiô Rodrigues da Silva, disse sobre Tiãozinho Ludovico:

Ele foi uma das pessoas importantes aqui dentro de Itaguari, inclusive, quando fui vereador, coloquei o nome do estádio de futebol o nome dele, um projeto meu, tinha a família dele aí pra inaugurar lá. Então o Tiãozinho não tinha energia elétrica em Itaguari, não só no Distrito Taquaral, ele puxou a energia de Taquaral pra cá para instalar essa energia aqui, ele era irmão do ex-governador, então ele era uma pessoa muito grande. O cemitério foi ele que cercou, a energia foi ele, então ele tem uma participação grande demais em Itaguari, Itaguari era a única família dele. As ruas, quem abriu as ruas foi

ele, ele era um cara que pesava quase 200 quilos e andava em cima de uma patrôla, patrolando pro povo aí o dia inteiro (*apud* MACEDO, 2017, p. 236).

A sua maior contribuição a Itaguari, no entanto, talvez tenha sido a introdução da energia elétrica no ano de 1967. Segundo relatos, Tiãozinho Ludovico organizou diversos mutirões para a abertura de picadas nas matas e a instalação de postes de madeira nos locais onde a linha de fios elétricos deveria passar. O custo desses serviços foi em grande parte bancado por ele, enquanto o restante foi doado por moradores da região que ansiavam pelas melhorias que tal empreendimento poderia trazer.

Antes de Tiãozinho Ludovico, as promessas para a instalação da energia elétrica em Itaguari eram uma constante nas campanhas políticas, para arrebatar votos. Após a instalação dos postes para a iluminação pública, ele utilizou sua influência política e familiar nas negociações de convencimento das Centrais Elétricas de Goiás S/A para fornecer energia elétrica a Itaguari.

Aliás, há uma grande falta de documentos referentes à chegada da energia elétrica a Itaguari. Os moradores que pretendiam instalar a rede elétrica em suas residências deveriam procurar a paróquia, que era a responsável pela autorização da instalação, mesmo anos depois da venda dos terrenos pela instituição. Tudo isso em decorrência da falta da documentação relativa aos registros de imóveis e lotes, conforme visto anteriormente<sup>30</sup>.

Os registros fotográficos naquele tempo eram raros e caros, e realizados geralmente por ocasião de festividades públicas. A Foto 14 a seguir foi tirada durante a comemoração do padroeiro São Sebastião, no ano de 1968, festa que simbolizava o agradecimento do homem do campo pela saúde e pelas boas colheitas realizadas ao longo do ano.

---

<sup>30</sup> O Anexo G traz o documento de autorização para a instalação de energia elétrica na residência de Maria de Oliveira Silva. Datado em 5 de janeiro de 1987, o documento foi assinado por Frei Antônio Marciano.

**Foto 14:** Procissão de carros de boi na festa de São Sebastião (1968)



**Fonte:** Arquivo pessoal de Luzia Macedo de Oliveira.

Na fotografia, pode-se observar os postes de madeira para a recém-colocada energia elétrica no entorno do largo da Igreja. Além disso, pode-se notar também a simplicidade da população, pelas suas fisionomias simples e as características do lugar, como as ruas de terra batida.

Sebastião Ludovico também foi o benfeitor de outra importante obra em Itaguari. Grande devoto de São Sebastião, durante o período em que esteve à frente do povoado custeou a demolição da segunda capela, construída por José Eduardo e cujo telhado havia ruído, conforme visto anteriormente. A edificação do novo local de cultos contou com uma melhor estrutura, em alvenaria de tijolos. Ele doou também uma imagem de São Sebastião em tamanho real para a comunidade.

Em entrevista a Macedo (2017, p. 187), Joaquim Marques Cardoso, pesquisador das tradições municipais, afirma:

[...] foi por força dele que começou a construir aquela igreja anterior que tinha um formato diferente dessa de hoje, com um fundo mais arredondado, basicamente o corpo principal dessa igreja de hoje arredondada e tinha na frente uma pequena torrezinha. Aí ele doou para a igreja uma estátua de São Sebastião, até então é aquela que tem lá hoje, foi uma doação do Sebastião Ludovico, o "Tiãozinho", Sebastião para São Sebastião, ele era devoto de São Sebastião.

A Foto 15 a seguir, tirada por volta da década 1980, revela o modelo original da Igreja de São Sebastião, construída na época por Sebastião Ludovico.

**Foto 15:** Antiga torre da Igreja de São Sebastião de Itaguari



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Na imagem, pode-se notar a busca pela imponência do edifício religioso perante os demais edifícios da cidade, tendo como característica marcante a torre integrada ao corpo da igreja. No entanto, ao longo dos anos, a edificação perdeu sua majestade, e sua torre original acabou sendo demolida no final da década de 1990 e reconstruída. Outra característica que foi alterada ao longo dos anos foi a parte posterior da edificação. No modelo construído por Sebastião Ludovico, a igreja apresentava um formato arredondado, que foi modificado ao longo dos anos, enquanto duas fontes artificiais que havia em cada lado do edifício deixaram de existir. A Foto 16 a seguir mostra a antiga parte de trás da igreja.

**Foto 16:** Antigo fundo da Igreja de São Sebastião de Itaguari



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

A edificação ainda é basicamente o corpo principal da igreja na atualidade. No entanto, o edifício passou por diversas reformas ao longo dos anos, perdendo suas características originais. Na Foto 17 a seguir pode-se observar a presença de um portal lateral na igreja, que foi retirado na década de 1990.

**Foto 17:** Criança em frente à antiga lateral da igreja, na qual pode ser visto o portal



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Durante uma reforma no interior da igreja no ano de 2017, foi necessária a remoção do reboco para solucionar alguns problemas de infiltrações, ocasião em que ressurgiu o local do portal lateral, perceptível pela diferença entre a coloração dos tijolos, como é possível observar na Foto 18 a seguir.

**Foto 18:** Interior da Igreja de São Sebastião durante a última reforma (2017)



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Na Foto 19 a seguir pode-se observar que a torre original acabou dando lugar a duas torres maiores no final da década de 1990, enquanto o fundo arredondado foi alterado para o formato de uma cruz.

**Foto 19:** Vista aérea da igreja, na qual se vê o telhado em forma de cruz



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Itaguari.

Apesar de ter sido um grande benfeitor para o melhoramento do núcleo urbano de Itaguari, Sebastião Ludovico utilizou, assim como os demais moradores influentes, as estruturas de poder em benefício particular e para a manutenção de seu prestígio na região. Para os mais próximos, chegou a doar lotes do loteamento adquirido em sociedade com Dr. Hélio e Sebastião Queiroz.

Sebastião Ludovico sempre esteve muito ligado à política de Itaberaí, principalmente pelos laços familiares com as principais famílias políticas locais. Entretanto, com a emancipação e criação do município de Taquaral de Goiás e conseqüentemente a elevação de Itaguari a distrito, ele sempre era lembrado e cogitado como candidato a vice-prefeito ou a vereador da primeira cidade, mas, por jogadas políticas ou por declínio financeiro no final da vida, nunca se candidatou. Muito respeitado por todos na região devido à sua grande influência e domínio político, sempre era requisitado por políticos para parcerias e apoios.

O morador Joaquim Marques Cardoso fala sobre a relação entre Itaberaí, Itaguari e Taquaral de Goiás e a participação política de Sebastião Ludovico, em entrevista a Macedo (2017, p. 188-189):



[...] aí começa aquela guerra. Um distrito que até então não tinha interesse nenhum de separação, porque a maioria das lideranças políticas daqui não tinham interesse, o interesse deles era Itaberaí, pela ligação que já tinha. A ligação do José com Itaberaí, então essa família e a grande ligação deles os Coutos daqui e algumas famílias líderes de Itaberaí, nem se pensava de se separar aqui não. Não havia essa briga de separação, ninguém tinha a coragem de tomar a frente, nem o Sebastião Ludovico, o "Tiãozinho", teve coragem de encabeçar essa ideia aí de emancipação. Quando a região daqui passa a pertencer à região de Taquaral, aí sim, se pensou: "Poxa, como assim Taquaral, que começou depois, emancipou e nós não". Teve época aqui em Itaguari que a população era maior que a de Taquaral, e por muito tempo permaneceu assim, só que as lideranças de Taquaral eram muito fortes, daí o porquê de se conseguir a emancipação primeiro, aí com isso foi se criando algumas lideranças aqui em Itaguari interessadas em separar Itaguari de Taquaral.

Pode-se observar nesse depoimento que ao longo dos anos o povoado de Itaguari abrigou grandes figuras políticas. Entretanto, devido às fortes ligações entre esses líderes políticos locais com o município de Itaberaí, o desenvolvimento de Itaguari foi sendo relegado. Esse quadro que só viria a mudar com o enfraquecimento das antigas estruturas políticas e a mudança de sede municipal para Taquaral de Goiás.

### 3.2 ITAGUARI X TAQUARAL DE GOIÁS E O ANSEIO PELA AUTONOMIA

A relação política entre Itaguari e Taquaral de Goiás nem sempre foi das mais amistosas. Grande parte das divergências entre essas duas localidades se deu depois de o distrito de Taquaral ser elevado à categoria de município no ano de 1963 (Lei n.º 4.593), com a denominação Taquaral de Goiás (GOIÁS, 1963)<sup>31</sup>. Ainda por determinação da mesma lei (GOIÁS, 1963), o município de Taquaral de Goiás deveria pautar-se nas antigas demarcações territoriais das divisas do distrito de Taquaral, conforme já havia estabelecido a Lei n.º 86, de 1º de julho de 1960, separando seus domínios do município de Itaberaí.

Posteriormente, no entanto, as divisões territoriais datadas de 31 de julho de 1963, por força da Lei n.º 4.593 (GOIÁS, 1963), não agradaram muito os taquaralenses, tampouco os itaguarinos. Os moradores de Taquaral de Goiás entendiam que tinham sido prejudicados quanto à partilha do território com o município de Itaberaí e, como consequência, requereram ao Estado o aumento dos seus limites territoriais mediante a anexação de territórios próximos, como o povoado de Itaguari, que passou a ser motivo de disputas entre os dois municípios.

---

<sup>31</sup> Cópia da Lei estadual n.º 4.593/1963 está disponível no Anexo H.

Nessa época, Itaguari apresentava um quantitativo populacional semelhante ao de Taquaral de Goiás, porém, era mais vulnerável às ingerências políticas. Afastado de sua sede municipal e próximo da divisa com o município de Jaraguá, o povoado apresentava uma população dominada ideologicamente por Itaberaí, mantendo-se em estado de inércia quanto a uma possível resistência à dominação. O desinteresse e a falta de união entre os líderes políticos locais fizeram de Itaguari um fácil território a ser reivindicado pelo município de Taquaral de Goiás.

Mas devido às fortes ligações políticas com a cidade de Itaberaí, grande parte da população itaguarina sentia-se mais confortável, ou acostumada, com a dominação itaberina. Porém, esse estado de inércia foi interrompido quando o povoado de Itaguari passou a pertencer ao município de Taquaral de Goiás, por força da Lei n.º 7.192, de 12 de novembro de 1968 (GOIAS, 1968)<sup>32</sup>, baixada sem o aval da população itaguarina. Com a mudança da sede municipal, o povoado de Itaguari foi elevado à categoria de distrito, e sua zona urbana, à de vila.

Poucos anos depois da anexação e criação do distrito de Itaguari, foi editada a Lei municipal de n.º 08, de 9 de junho de 1971, que determinou o estabelecimento da linha de seu perímetro urbano e rural, o que só foi cumprido pelo Decreto n.º 16, de 28 de dezembro de 1972<sup>33</sup>. Porém, as mudanças no cotidiano e no comportamento da população itaguarina foram muito mais intensas. A população, que até então se mantinha em estado de estagnação, por assim dizer, com a transferência de sua sede municipal e vendo o crescimento da cidade de Taquaral de Goiás, começou a adquirir consciência de sua real situação. Muito provavelmente outro fator importante para a tomada de conscientização foi o declínio do prestígio dos políticos locais que eram ligados a Itaberaí, o que possibilitou o surgimento entre a população do anseio pelo desenvolvimento e pela autonomia de Itaguari.

Nos anos subsequentes, as disputas entre os dois núcleos urbanos intensificaram-se. Havia intrigas das mais variadas formas, motivadas pela condição de submissão dos itaguarinos à política voltada para os interesses taquaralenses. O fato de ter sido relegado à simples condição de distrito era motivo de desprezo para muitos itaguarinos, pois acreditavam que o município de Taquaral de Goiás em nada poderia contribuir para o progresso de Itaguari.

---

<sup>32</sup> Cópia da Lei Estadual n.º 7.192, de 12 de novembro de 1968, está disponível no Anexo I.

<sup>33</sup> Cópia do Decreto municipal n.º 16, de 28 de dezembro de 1972, está disponível no Anexo J.

Aliás, poucas obras públicas foram destinadas a Itaguari nesse período. Provavelmente as mais notórias foram a pavimentação das primeiras ruas ao redor do largo da praça central com bloquetes e a construção de algumas salas para acolher alunos do segundo grau, e que mais tarde seriam agregadas ao Colégio Estadual Dona Genoveva Rezende Carneiro.

**Foto 20:** Pavimentação com bloquetes ao redor do largo da igreja



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Durante as décadas de 1970 e 1980, diversos itaguarinos candidataram-se a cargos políticos em Taquaral de Goiás, tais como os de prefeito, vice-prefeito e vereador. No entanto, o cargo do Poder Executivo de Taquaral de Goiás nunca foi ocupado por um itaguarino, que conseguiram se eleger apenas como vereadores, em diversos mandatos, e um como vice-prefeito, Miguel José Moreira<sup>34</sup>, no último mandato em que Itaguari ainda era distrito de Taquaral de Goiás.

O crescimento populacional de Itaguari causava temor a Taquaral de Goiás, que tinha receio de perder as disputas para o cargo do Poder Executivo, o qual simbolizava domínio sobre o distrito. Vendo o anseio de autonomia política de Itaguari crescer ao longo dos anos, políticos taquaralenses utilizaram algumas artimanhas para manter o seu domínio sobre Itaguari. Visando minimizar os estragos que pudessem ser produzidos por essa relação de descontentamento, políticos taquaralenses incentivavam

---

<sup>34</sup> Miguel José Moreira disputou como vice na chapa do taquaralense Dermindo Siqueira (1982-1988).

rixas políticas entre os próprios políticos itaguarinos, apoiando e incentivando a candidatura de dois os mais candidatos de Itaguari, dentro de um mesmo partido, para a disputa do Poder Executivo contra um taquaralense. Vale ressaltar que, naquela época, o candidato mais votado dentro da coligação partidária tinha sua candidatura registrada, estando apto a concorrer. Sobre tal artimanha política o senhor Joaquim Marques relata:

[...] todas as duas localidades pertenciam ao município de Itaberaí, então Itaberaí tinha um poder grande sobre a região, mas a influência dele sobre Itaguari de fato era muito grande, por conta dos líderes daqui terem uma relação de amizade e parentesco com as famílias políticas de Itaberaí. Quando passa a transferência de Itaguari, virando distrito de Taquaral, aí vem aquele “poxa mais taquaral conseguiu e nós não”, “porque Taquaral tem que mandar em Itaguari”, as pessoas tinham um descontentamento por ser distrito de Taquaral, havia mesmo de fato. Na época das eleições, um dos fatos que acontecia, para evitar esse problema do povo não votar, é que criavam três candidatos a prefeitos, só existiam dois partidos, o Arena e o MDB. Por exemplo, o MDB criava três candidatos a prefeito, aí o que tivesse mais votos era que ganhava, então eles acabavam criando dois candidatos em Itaguari, de modo que em Taquaral nunca ia votar em Itaguari, e o povo de Itaguari acabava rachando no meio, o povo não percebia muito isso (*apud* MACEDO, 2017, p.189-190).

Outra artimanha utilizada pelos políticos taquaralenses eram as coligações que contemplavam as duas localidades. Desse modo, registravam a candidatura a prefeito de um taquaralense com um vice itaguarino, como no caso de Dermindo Alves Siqueira como prefeito e Miguel José Moreira como vice, no processo eleitoral de 1982. Dessa forma, o número de representantes de Itaguari foi ficando mais expressivo na política taquaralense a cada eleição.

O processo eleitoral de 1982<sup>35</sup> produziu uma base de lideranças políticas que favoreceu Itaguari no processo de emancipação. Merece destaque a atuação de Ramiô Rodrigues da Silva, vereador eleito representando o distrito de Itaguari, que, por sua vez, recebeu uma votação bastante expressiva na época e liderou as ações junto às autoridades governamentais para o processo de emancipação.

### **3.2.1 A influência da Constituição Cidadã na emancipação de Itaguari**

---

<sup>35</sup> Resultado das eleições municipais de 1982 em Taquaral de Goiás: Prefeito: Dermindo Alves Siqueira – Taquaral; Vice: Miguel José Moreira – Itaguari. Vereadores: José de Aquino Barbosa – Itaguari; José de Souza Moreira – Itaguari; José Rezende – Taquaral; Osvaldo Florêncio de Barros – Itaguari; Joacir Belizário Martins – Taquaral; Wilson Ribeiro dos Santos – Taquaral; Geraldo Antônio Gontijo – Taquaral; Benedito Pereira de Oliveira – Taquaral; Ramiô Rodrigues da Silva – Itaguari. (Disponível em: <http://www.taquaral.go.gov.br/institucional/historia-do-municipio/>. Acesso em: 20 de junho de 2020).

Motivado pelo apoio da população itaguarina nas eleições de 1982 e pelas mudanças políticas que vinham ocorrendo em cenário nacional e estadual, Ramiô Rodrigues constatou uma oportunidade para mudar o quadro político desfavorável que Itaguari vivia. A emancipação de Itaguari tornava-se possível, mas a explicação para tal feito estava mais relacionada à política do que propriamente a um ato privado.

Com o fim da ditadura militar e a volta das eleições diretas, uma nova constituição deveria ser elaborada. Aproveitando a abertura oportunizada pela promulgação da Constituição de 1988, as lideranças políticas tocaninenses souberam usar o momento oportuno para mobilizar a população em torno de um projeto pela autonomia política do norte goiano. O deputado Siqueira Campos, relator da Subcomissão dos Estados da Assembleia Nacional Constituinte, redigiu e entregou ao presidente da Assembleia, deputado Ulisses Guimarães, a proposta de fusão de emendas criando o estado do Tocantins, que foi votada e aprovada no mesmo dia. Nascia assim o estado do Tocantins, em território que até então pertencia a Goiás (BRASIL, 1988).

A separação dos dois estados, bem como as mudanças trazidas pela nova Constituição, oportunizou uma maior flexibilização para a criação de novos municípios goianos e tocaninenses. Segundo Gomes *et al.* (2005), só em Goiás 47 novos municípios foram acrescentados aos 173 já existentes em 1980. Ainda conforme os autores, a nova “[...] Constituição do país outorgava às Assembleias Legislativas de cada estado o direito de realizar novas redivisões territoriais municipais” (p. 101), mas os critérios utilizados não eram muito claros.

Elewa-se à categoria de cidades-sedes de municípios vilas e povoados quase sem nenhum equipamento do que é realmente urbano, dada a carência de quase tudo: o número de habitantes é pequeno, a atividade socioeconômica se restringe praticamente a um pequeno comércio local, logo de pouca expressão, a população urbana é pouco expressiva, a infra-estrutura (urbanização, saneamento, iluminação) são precárias, o que coloca a vila recém-elevada à condição de sede municipal em quase total dependência do município de quem se emancipou. É verdade que esse fenômeno reflete em parte uma realidade tangível e um desejo que acomete tanto os indivíduos como as entidades geográficas: o de emancipação. Mas, em boa parte dos casos, senão a maioria, a carência de um mínimo de conforto urbano da grande maioria de nossas pequenas aglomerações urbanas muito mais voltadas para a vida rural propriamente dita que para a atividade urbana, faz desses lugarejos minúsculas cidades que certamente levarão muito tempo para andar com suas próprias pernas. Geralmente, essas povoações funcionam como uma espécie de ponto de apoio, em zona rural, de centros urbanos maiores que polarizam a região (GOMES *et al.*, 2005, p. 101).

Assim, aproveitando da brecha oportunizada pela nova Constituição e pela separação dos estados de Goiás com Tocantins, em 1987 Ramiô Rodrigues buscou, por

meio de um plebiscito, legitimar e fundamentar o processo emancipatório. A população foi convocada a votar pela emancipação política de Itaguari ou não. O resultado foi o esperado: a população itaguarina votou Sim, muito em função do empenho de Ramiô Rodrigues no engajamento da população com o plebiscito. Sobre o episódio, afirma o historiador itaguarino José Eduardo do Couto Neto (apud Macedo, 2017, p. 255-226):

O Ramiô foi vereador em Taquaral na época do Dermindo, sempre lutava para as coisas vir pra Itaguari. Aí, quando fizeram a Constituição de 1988, o governo, a assembleia constituinte, abriu para criar o estado do Tocantins, abriu pra emancipar alguns locais que estavam sempre nesse trabalho de emancipação. Aí emancipou Itaguari, foi a época que o Ramiô foi lutar por Itaguari pra busca esse recurso e emancipou. Me parece que foi dia 30 de dezembro de 1987.

Conforme dito por Couto Neto, foi exatamente no dia 30 de dezembro de 1987<sup>36</sup> que o então governador de Goiás, Henrique Santillo, aprovou o processo de emancipação política e a criação do município de Itaguari, pela Lei n.º 10.400 (GOIÁS, 1987). A demarcação do município foi feita com base no Decreto Lei n.º 16, de 28 de dezembro de 1972, que estabelecia da linha do perímetro do distrito de Itaguari (Anexo J).

### **3.2.3 Ramiô Rodrigues e a emancipação de Itaguari**

Ramiô Rodrigues da Silva nasceu no dia 2 de maio de 1945, na zona rural de Itaguari. Foi agricultor e pecuarista até o ano de 1972. Dedicou-se depois a outros afazeres até ingressar na política, vindo a eleger-se vereador em 1982, com 879 votos, votação muito expressiva para a época. Logo no primeiro ano de mandato, assumiu a função de presidente da Câmara de Vereadores de Taquaral de Goiás e liderou o processo de emancipação política de Itaguari.

Concretizado o processo de emancipação política de Itaguari, em outubro de 1988 ocorreriam as eleições para prefeito e vereador. O processo de escolha das candidaturas foi inicialmente tenso e no final convergiu para um acordo das lideranças. Na condição de vice-prefeito de Taquaral de Goiás, Miguel José Moreira procurou reunir lideranças em prol de sua candidatura pelo PMDB, enquanto do outro lado, Ramiô Rodrigues, por ter liderado o processo de emancipação, julgava ser o candidato natural de seu do PMDB.

---

<sup>36</sup> Cópia da Lei n.º 10.400, de 30 de dezembro de 1987, está disponível no Anexo K.

Ramiô, ciente e receoso da provável disputa política com o fazendeiro Miguel José Moreira, principalmente pela disparidade de capital financeiro entre ambos para investimentos na campanha, convidou Neri Ferreira, genro de Miguel Moreira, para ser candidato a vice-prefeito, colocando fim à disputa interna no PMDB, legenda que comportava, naquela época, o maior número de filiados no município. A oposição reuniu forças e indicou o comerciante de cereais Antônio Cabral para concorrer às eleições. O resultado foi favorável ao PMDB, que venceu as eleições com razoável vantagem de votos: 1669, contra 1027 votos<sup>37</sup> da oposição. Para Gomes *et al.* (2005, p. 101), a emancipação de uma pequena aglomeração urbana

[...] é uma das manifestações de liberdade que os cidadãos mais querem, o que se lamenta nesse processo acelerado de emancipação político-administrativa que caracteriza territórios ainda pouco organizados social e economicamente é a sua pseudopolitização. É verdade também que, cedo ou tarde, cada vila, cada pequena aglomeração urbana, quer se tornar dona de seu destino político, administrativo, social e econômico. Em cada lugar, por menor que seja, há sempre o que chamamos de lideranças locais que, com toda razão, querem se emancipar da tutela que a cidade-mãe exerce sobre elas. Do lado econômico propriamente dito, a emancipação representa a oportunidade de ter acesso, sem intermediários, a verbas estaduais e federais provenientes dos fundos de participação dos municípios, previstas em lei. Percebe-se que os interesses em jogo são dos mais diversos e parece impossível que o processo de emancipação política aconteça de outra forma, quão grandes e complexas são as imbricações e as motivações a ele inerentes.

---

<sup>37</sup> Número de votos recebidos pelos vereadores eleitos: José Fernandes Carvalhaes Júnior (PMDB) - 144 votos; Marly Divina Alves de Deus (PMDB) - 138 votos; Divino Costa e Silva (PMDB) - 139 votos; Júlio Pereira da Silva (PMDB) - 152 votos; Adelino Souza Aquino (PMDB) - 132 votos; José Divino de Oliveira (PL) - 132 votos; Maria Leonilda dos Santos Flores (PMDB) - 133 votos; Elimar Guerra de Queiroz (PDC) - 124 votos; José Fernandes Ramos (PDC) - 107; Pedro Ribeiro (PMDB) - 129 votos. (Disponível em: <https://www.itaguari.go.gov.br/sobre-o-municipio/historia/>. Acesso em: 20 de junho de 2020)

**Foto 21:** À esquerda, prefeito Ramiô Rodrigues, com a primeira-dama Dona Maria, e à direita, vice-prefeito Neri Ferreira e sua esposa Maria Virlene



**Fonte:** Arquivo pessoal de Ramiô Rodrigues.

A Foto 22 a seguir mostra a caminhada de posse do recém-eleito prefeito de Itaguari, Ramiô Rodrigues, e de seu vice Neri Ferreira, em 1º de janeiro de 1989.

**Foto 22:** Caminhada dos eleitos para a posse na Prefeitura Municipal de Itaguari



**Fonte:** Arquivo pessoal de Ramiô Rodrigues da Silva.



Conforme já disposto por Gomes *et al.* (2005), a infraestrutura desses novos municípios que surgiram com a promulgação da Constituição de 1988 era precária, e a Foto 22 evidencia isso: ruas de terra batida e falta de calçadas e meios-fios. Como não havia em Itaguari um prédio para receber a Prefeitura, recorreu-se à improvisação, adequando-se uma edificação que até então servia como estação rodoviária para sediar a administração municipal. A Foto 23 a seguir mostra o então prefeito e seu vice, com suas respectivas esposas, além de moradores que foram prestigiar a posse, em frente ao prédio que recebeu a Prefeitura.

**Foto 23:** Prefeito, vice-prefeito e populares em frente ao prédio que sediou a Prefeitura de Itaguari



**Fonte:** Arquivo pessoal de Ramiô Rodrigues da Silva.

Para Ramiô Rodrigues, o projeto de emancipação política de Itaguari era uma questão de orgulho e de compromisso com o povo itaguarino, normalmente relegado e prejudicado pela sua condição de distrito. O ex-prefeito narra os acontecimentos históricos da época:

Primeiramente, em 1982 fui candidato a vereador e fui eleito vereador; e sou autor de um projeto de emancipação político e administrativo na Câmara de Taquaral. Aí veio um plebiscito para emancipar Itaguari, fizemos o plebiscito aí e pegamos 801 assinaturas para fazer o processo de emancipação. Na Assembleia Legislativa, o ex-deputado Joaquim Magalhães, já falecido, foi o

autor do projeto de lei na Assembleia; eu fiz na Câmara Municipal e ele, na Assembleia, juntou os dois projetos e fez o projeto de emancipação política de Itaguari. [...]. A maioria do povo de Taquaral era contra a emancipação, mas eu tinha uma visão diferente. Hoje Taquaral, Itaguaru, Santa Rosa, esses municípios eminentes recebem 0,6 do FPM, Fundo de Participação do Município, então Taquaral ficava com um pouco mais da metade, e Itaguari, quase nada. Então, com a emancipação, ficou 0,6 para Itaguari recebendo e 0,6 para Taquaral (*apud* MACEDO, 2017, p.234).

Ramiô manteve durante toda sua vida política uma forte aliança com o então governador de Goiás e seu “compadre” Iris Rezende, que muito contribuiu com obras públicas para o início do município recentemente emancipado. Foi implantado asfalto na cidade; construídas casas populares, quadra poliesportiva e unidade básica de saúde; e instaladas redes de abastecimento de água tratada e de telefonia, dentre outros benefícios.

**Foto 24:** Iris Rezende e Ramiô Rodrigues (ao centro), durante inauguração de um canteiro de obras (1991)



**Fonte:** Arquivo pessoal de Ramiô Rodrigues da Silva.

Foi da aliança com Iris Rezende que o então prefeito Ramiô Rodrigues articulou para que a pequena Itaguari recebesse no dia 5 de outubro de 1991 a visita do ilustre presidente da República Fernando Collor de Mello, que foi à cidade a convite do

governador. Acompanhou o então presidente Collor, o ministro de Infraestrutura João Eduardo Cerdeira de Santana.

**Foto 25:** O então presidente Collor, discursando em Itaguari (1991)



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Na época, Collor ainda era uma novidade na política nacional, com aquele seu carisma, odiado por uns e amado por outros, e dado a exageros. Para recebê-lo, cidade recebeu naquele dia uma grande multidão, muito além de sua capacidade, entre autoridades estaduais e municipais, representantes da imprensa nacional e goiana, moradores de Itaguari e cidades das redondezas, enfim, todos contribuindo para que aquele fosse um dia de exageros. Era tão grande a aglomeração, que o comércio local não foi capaz de atender a todos em suas necessidades básicas.

Na agenda política, mais exageros. O governador, acompanhado de Collor, inaugurou o posto de saúde; casas populares; um hospital privado, construído mediante parceria do Estado com o município; e asfaltos. Foram também assinadas ordens de serviço para várias obras, dentre elas, para a instalação da rede de abastecimento de água tratada pela empresa estatal Saneamento de Goiás S.A. – Saneago. Durante essa última solenidade, o então presidente da República entrou com uma picareta em uma

vala aberta na rua e abraçou os peões que se encontravam na obra. Collor abraçou e foi abraçado pelo povo.

Mas o maior exagero da ida de Collor a Itaguari foi a construção de uma pista de pouso e decolagem de aviões, devidamente registrada na Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), apenas para recebê-lo. Para garantir a segurança do ex-presidente, havia no local homens do Exército armados com fuzis e metralhadoras e um jipe com bazucas, em um verdadeiro aparato de guerra a esperar o helicóptero que traria o presidente de Brasília. Após esse impulso político inicial, os mandatos dos prefeitos posteriores transcorreram mais calmos.

**Foto 26:** Chegada do então presidente Collor a Itaguari (1991)



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

É perceptível, portanto, que a emancipação de Itaguari é fruto da abertura proporcionada pela Constituição de 1988, que permitiu a separação do estado de Goiás e a conseqüente criação do estado de Tocantins, e da mobilização popular. Foram forças que convergiram e tornaram possível o surgimento de Itaguari, cujo primeiro governante sabiamente soube aproveitar o quadro favorável para consolidar a autonomia do município.

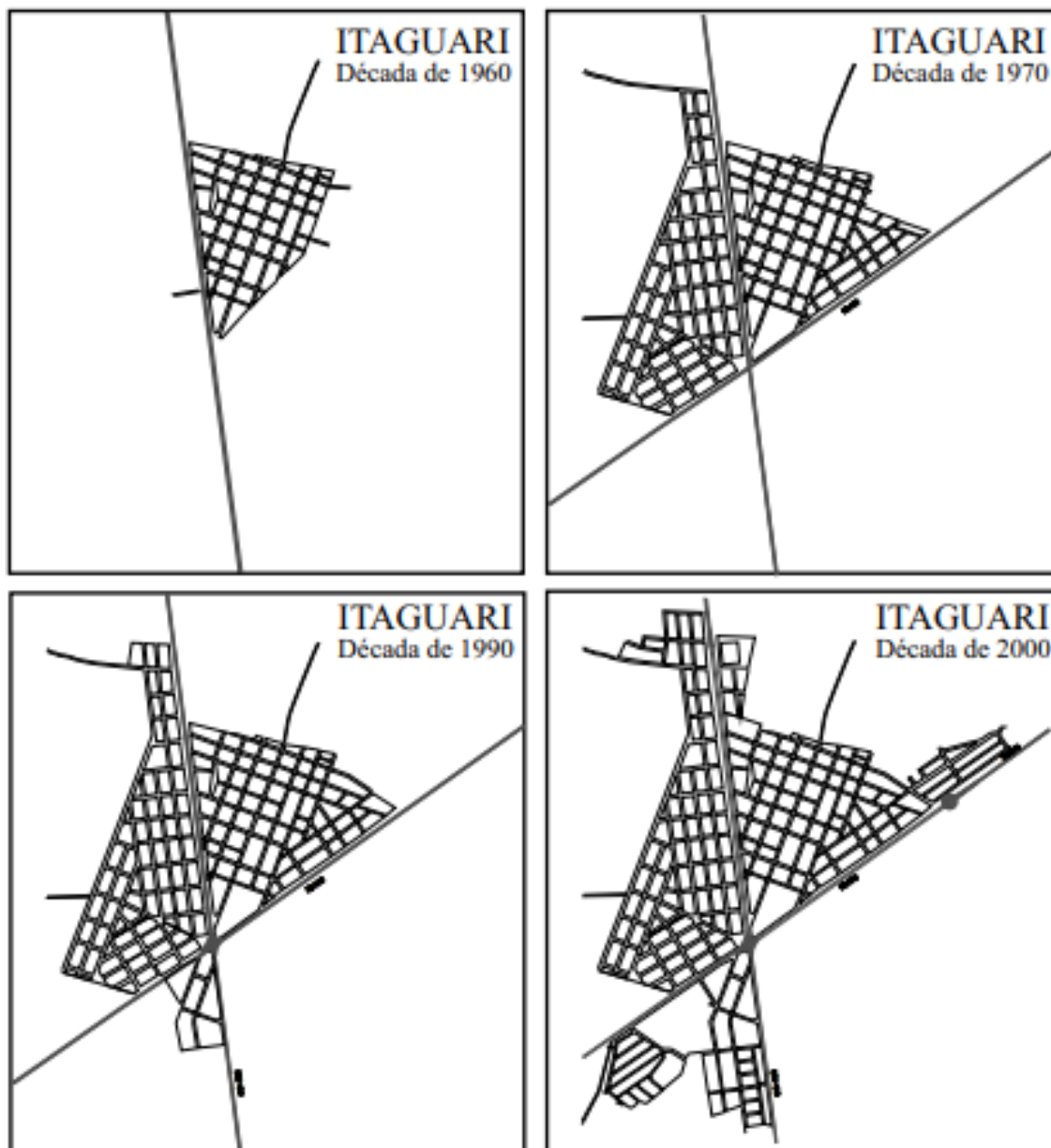
### 3.3 ITAGUARI E SEU DESENVOLVIMENTO COMO CIDADE

Que as estradas são um importante meio de locomoção pelo espaço é inegável. Além de facilitarem a locomoção de veículos, as estradas carregam consigo o desenvolvimento, o progresso, histórias e sonhos. No transcorrer dos anos, inúmeras aglomerações urbanas foram surgindo ao longo de seus percursos, como pontos de apoio, e dentre elas, está Itaguari, aglomeração urbana surgida a partir de um pouso de tropas e viajantes, conforme visto anteriormente.

No entanto, apesar do passar dos anos, o núcleo urbano de Itaguari ainda continuou sentido os efeitos das estradas em seu território. Com a abertura das rodovias GO-154 e BR-070, que se cruzam no perímetro urbano de Itaguari, o município foi beneficiado pela melhoria do escoamento de bens e pessoas, possibilitando um salto no desenvolvimento da região. A rodovia GO-154 foi aberta em 1966, com o nome de GO-22, ligando Taquaral de Goiás a Itaguari, sendo a principal via de conexão com Goiânia. A capital do estado é o principal destino dos bens produzidos pelo município e o principal ponto de apoio para os itaberinos, que a buscam para tratamentos de saúde, educação, lazer etc.

No ano de 1971 foi construída a BR-070, que interliga Itaguari à capital federal, porém, essa interligação com Brasília não representou mudanças significativas, dada a falta de pavimentação e de pontes, além da péssima conservação da rodovia. Apesar disso, a rodovia contribuiu de certa forma para o desenvolvimento do município.

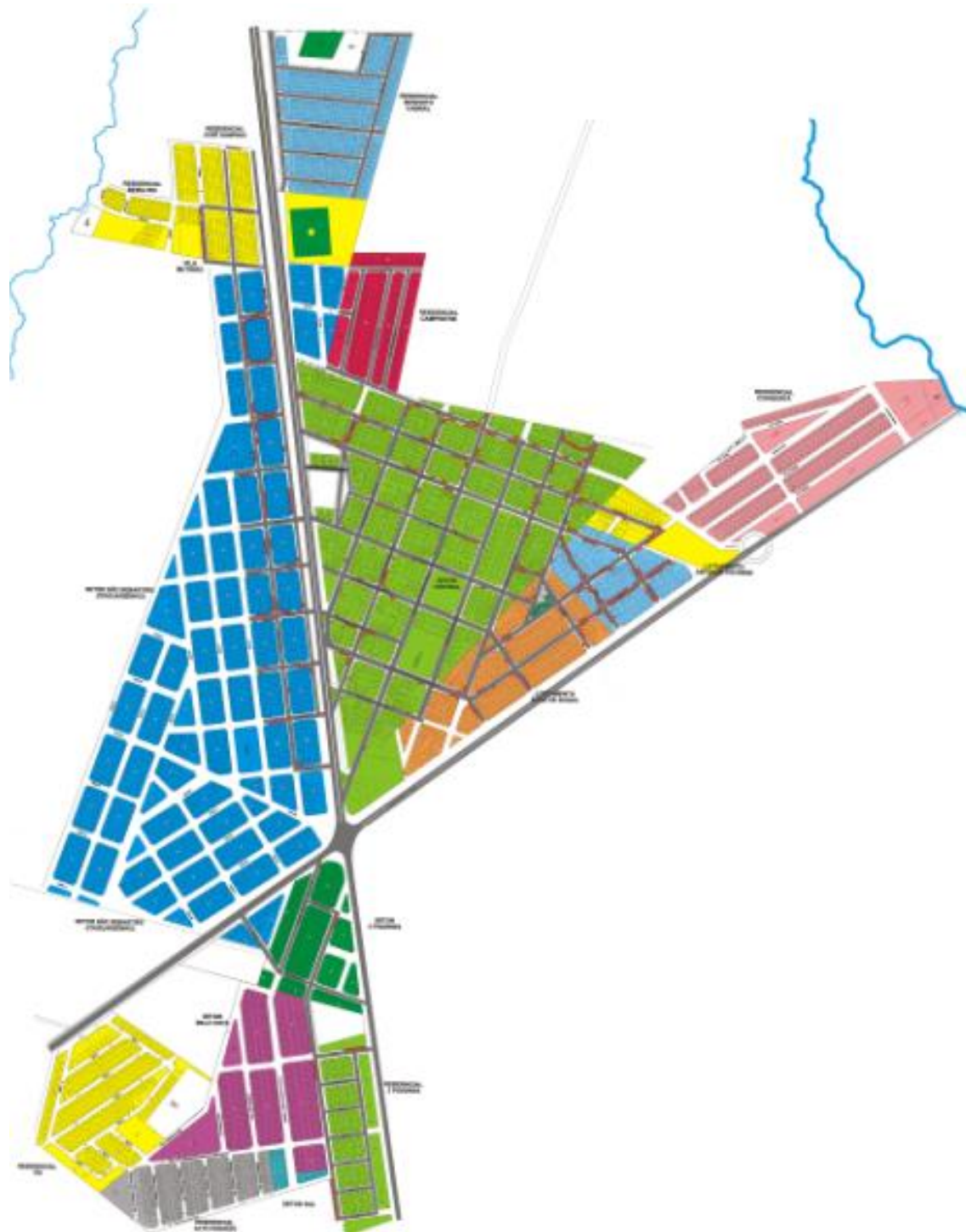
Durante a década de 1970, e em decorrência das aberturas da GO-154 e da BR-070 e da especulação imobiliária, foram registrados em Itaguari diversos loteamentos nas margens dessas rodovias. Por volta de 1972, Sebastião Valdivino de Queiroz, Braz de Souza Moreira e Antenor Vitorino Cardoso lotearam parte de suas terras contíguas à BR-070. Na década de 1980, surgiram a Vila Mutirão e o Conjunto Habitacional Três Poderes, e na primeira década dos anos 2000, os demais parcelamentos formadores da zona urbana.

**Mapa 10:** Perímetro urbano de Itaguari, de 1960 a 2000

Fonte: Cardoso *et al.* (2013, p. 49).

O crescimento da cidade, no entanto, não foi compatível com a expansão do perímetro urbano, e por isso a zona periférica dos novos loteamentos ainda hoje apresenta uma baixa densidade populacional em alguns pontos, além de carecer de infraestrutura, como pavimentação. Atualmente, o desenvolvimento da urbe ocorre ao longo da GO-154, no sentido Goiânia. O Mapa 11 a seguir mostra esse crescimento, bem como a área urbana asfaltada, cujas ruas estão marcadas de cinza.

**Mapa 11:** Crescimento do perímetro urbano de Itaguari (2017)



**Fonte:** Prefeitura Municipal de Itaguari.

Até a década de 1970, a população de Itaguari era predominantemente rural, formada por fazendeiros, pequenos agricultores, agregados e meeiros. Mas do início do século XX até a década de 1970, a população de Itaguari cresceu com a chegada de

nordestinos e mineiros à cidade. Essas correntes migratórias, ligadas ao forte crescimento vegetativo da população, com famílias compostas de 6 a 8 filhos, geraram um notável aumento populacional. Entre os fatores que propiciaram esse aumento populacional, sobretudo o urbano, é preciso destacar a criação do Grupo Escolar em 1965, e que mais tarde receberia o nome de Colégio Estadual José Eduardo do Couto. Essa pequena escola do pequeno povoado representou um atrativo para que as famílias fixassem residências na incipiente zona urbana.

Na década seguinte, 1980, era difícil quantificar o índice populacional da região, tendo em vista que os dados de Itaguari compunham as estatísticas dos municípios de Itaberaí e Taquaral de Goiás. Mas a partir do início da década de 1990, a zona urbana tomou impulso, e estabelecimentos comerciais, laticínios e indústrias de confecções foram sendo instaladas. Nos primeiros anos do século XXI, com o início do cultivo de cana-de-açúcar para a indústria de álcool e açúcar, vários nordestinos migraram para a região em busca de emprego. A maioria retornava à sua terra natal após o período de corte da cana-de-açúcar, entretanto, muitos fixaram residência na cidade, contribuindo para o aumento da população local.

A população do município apresentou um crescimento acelerado até a década de 1980, um crescimento bastante discreto até o final da década de 1990 e a partir daí começa a retomar o seu crescimento, impulsionado pelas indústrias de confecção. Atualmente o município conta com uma população estimada em 4.685 habitantes, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2010).

### **3.3.1 Atividade econômica**

Com o passar dos anos, a atividade econômica em Itaguari trilhou rumos diferentes. Assim, segundo Cardoso *et al.* (2013), no seu processo de desenvolvimento, o município experimentou quatro períodos, sendo que em cada um deles predominava uma atividade econômica. O primeiro período foi marcado pela agricultura de subsistência e se estende do início da ocupação da região até meados de 1965. O segundo período vai de 1966 até meados de 1990 e caracterizou-se pelo aumento populacional e pela urbanização da cidade, dada a abertura para o escoamento e a comercialização dos produtos agrícolas, sobretudo arroz, milho e feijão. O núcleo urbano passava então, conforme Cardoso *et al.* (2013), a servir como um ponto de apoio para o campo.



O terceiro período econômico foi o do ciclo do leite, motivado pelo surgimento no núcleo urbano de alguns laticínios dedicados à produção de queijos e perdurou aproximadamente de 1981 a 2000. Finalmente, o quarto e último período econômico, iniciado em 2001 e que dura até hoje, é o dos ciclos das confecções de roupa.

Por quase duas décadas, a produção agrícola do município de Itaguari esteve voltada para três produtos: arroz, milho e feijão, todos eles fáceis de serem comercializados (sobretudo o arroz e o feijão) e que alcançavam preços que estimulavam sua produção. De acordo com Cardoso *et al.* (2013), parte do que era produzido ficava reservada para o próprio sustento da família do produtor, e o restante era vendido a cerealistas que o revendiam principalmente para as capitais Goiânia e Brasília. Grandes compradores surgiram nesse período, tais como os irmãos João Mineiro e Manezinho, donos do Armazém/Supermercado Irmãos Coelhos; Gésio Gomes; João Canuto e Ovair, que instalaram maquinários de beneficiamento desses cereais no núcleo urbano, estimulando a produção e gerando empregos.

**Foto 27:** Ruínas de um antigo prédio de beneficiamento de cereais



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

A respeito do terceiro período econômico de Itaguari, Cardoso *et al.* (2013) afirmam que a intensa atividade agrícola, que causou a derrubada de cerrados e matos e era realizada nos moldes rudimentares, transformou as terras férteis em terras impróprias para o cultivo de cereais, e por isso a saída encontrada pelos produtores foi investir na formação de pastagens para a criação de gado leiteiro e de corte. Com a pecuária leiteira, surgiram no núcleo urbano alguns laticínios dedicados à produção de queijos, tendo início com o Laticínio Álvaro, que após o fechamento de sua plataforma cedeu lugar aos laticínios Ramos e Vilac, que, juntos, geravam centenas de empregos de forma direta e indireta. Porém, por volta dos anos 2000, devido à alta concorrência de empresas maiores e multinacionais como a Nestlé, os laticínios de Itaguari encerraram sua produção e passaram a atuar apenas como plataformas de resfriamento de leite.

Pouco a pouco a pecuária tornou-se a principal atividade econômica e contribuiu para um expressivo êxodo rural, concomitantemente ao que acontecia em praticamente todo o Brasil, devido à reduzida mão de obra que emprega, em comparação com a agricultura. Cardoso *et al.* (2013) explicam que a extensão de terra que acolhia cinco agregados, por exemplo, que lá plantavam arroz, milho e feijão, foi toda transformada em pastagem para a criação de gado, de cujo manejo bastaria um agregado. Desnecessário para a formação de pastagens e criação de gado, o agregado viu-se obrigado a ir para a cidade. Hoje a pecuária não é mais a principal atividade econômica de Itaguari, porém, continua exercendo forte contribuição e representa o principal sustento para o homem do campo.

Com relação ao quarto período da atividade econômica em Itaguari, o das confecções, Cardoso *et al.* (2013) afirmam que tudo começou com a experiência bem-sucedida do casal Iolanda e Ronivon, pioneiros no ramo de roupas íntimas no município. Com o sucesso do casal, várias outras pessoas começaram a investir também nessa atividade econômica, e com o passar dos anos o ramo de confecções de lingerie foi fortalecendo-se, vindo a tornar-se o maior setor econômico do município, superando a pecuária no volume de capital e de mão de obra empregada na produção.

A atividade econômica projetou Itaguari em cenário estadual no que concerne à produção têxtil: as confecções destinadas à produção de moda íntima, de lingerie, principalmente. Iniciada a partir de 2001, foram crescendo gradativamente até chegar ao ponto de ser a quarta referência no Estado de Goiás. Fora Goiânia e Aparecida de Goiânia, Itaguari se destaca ao lado de Taquaral de Goiás, Pontalina e Catalão, segundo informação da Secretaria Estadual de Indústria e Comércio. [...]. Muitos começam como simples funcionário aprendiz ou trabalhando em facções, ganhando até menos do que um salário-mínimo. Adquirindo experiência na produção e na forma de venda

do produto, deixam de ser empregados e passam a ser patrões, enriquecendo-se até mais, nos dias atuais, do que seu patrão de outrora. [...]. Suas lojas vão desde as literalmente construídas em fundo de quintal até as mais pomposas de dois ou três andares, com manequins em vitrines expondo seus produtos diariamente (GONZAGA, 2017, p. 58-59).

O rápido crescimento da atividade industrial no ramo de confecções favoreceu o surgimento de forte demanda por mão de obra qualificada e, para supri-la, os empresários locais lançaram mão do aprendizado em serviço. Assim, quase todos os trabalhadores das confecções foram aprendendo o ofício de costureiro. De acordo com o censo do IBGE de 2010, Itaguari contava na ocasião com mais de 400 microempresários no ramo de confecções, muitos deles na informalidade. Outro ponto preocupante registrado pelo censo diz respeito ao alto índice de trabalho infantil no município, consequência da grande demanda de mão de obra das confecções (IBGE, 2010).

Ainda conforme o censo do IBGE (2010), os trabalhadores das confecções recebem em torno de um a três salários-mínimos. Se de um lado a taxa de desemprego no município é mínima, o crescimento dessa atividade industrial causou mudanças substanciais nas relações das pessoas e das famílias, levando-as a um certo individualismo. Gonzaga (2017) explica que, com o salário garantido no final do mês, patrões e funcionários tornam-se consumidores ativos, enquanto adolescentes e crianças, impulsionados pela aparente facilidade em adquirir riquezas, deixam de estudar, ou têm seus estudos afetados, para se dedicarem mais ao trabalho nas confecções. Muitos pais e mães só se encontram no final do dia, restando pouco tempo para seus filhos e para relações estritamente familiares e solidárias.

**Foto 28:** Fachada da loja e confecção Regi-Ana



**Fonte:** Arquivo pessoal do autor.

Também como consequência do incremento econômico trazido pelas confecções, o valor de imóveis no município triplicou, em média, fazendo com que o aluguel de uma casa simples de dois quartos, sala, varanda e cozinha chegue a custar até um salário-mínimo. Sete loteamentos particulares estão disponíveis, mas por conta do preço elevado dos lotes têm poucas construções, enquanto a expansão urbana se faz engessada, por estar à mercê da especulação imobiliária.

Atualmente, segundo Cardoso *et al.* (2013), cerca de doze estabelecimentos comerciais comandam mais de 80% do total de vendas efetuadas no comércio local. São lojas de tecidos e produtos destinados às confecções, supermercados de médio porte, lojas de materiais de construção e de produtos agropecuários, e postos de combustíveis.

A maioria da população tem renda familiar de dois a três salários-mínimos e se constitui de trabalhadores dos seguintes segmentos: rurais (empregados em fazenda e pequenos agricultores), de pequenas indústrias de confecções e do setor terciário (empregados dos pequenos estabelecimentos comerciais) e do serviço público (servidores municipais e estaduais). A classe social mais abastada da sociedade itaguarina é formada por proprietários de pequenas fazendas e chácaras e de indústrias de confecções e estabelecimentos comerciais de pequeno porte, além de dirigentes políticos e uma pequena parcela de servidores públicos mais bem remunerados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo compreender a formação urbana e as transformações sociais e espaciais ocorridas ao longo do tempo na cidade de Itaguari-GO, buscando evidenciar como a urbanização da cidade foi determinada pela junção de múltiplos fatores. Tal estudo ainda teve como propósito a preservação da história urbana, bem como da memória coletiva do povo itaguarino. A partir dos dados obtidos neste trabalho, pode-se afirmar que os objetivos propostos foram alcançados.

Mediante a análise dos dados levantados, esta pesquisa comprovou que um determinado acontecimento histórico não ocorre por mero acaso. O nascimento de uma cidade tem como motivação fatores bem mais diversos do que a simples vontade de se construir nesse ou naquele local uma aglomeração urbana para abrigar uma determinada população. Pode-se, contudo, afirmar que a espontaneidade e os acasos no surgimento de uma cidade raramente existem. Sempre há um fator histórico determinante a atrair as pessoas para uma ou outra região, transformando o indivíduo não mais em um itinerante, mas em um autêntico povoador e urbanizador.

Ainda com base nos dados obtidos, o resultado confirmou a resposta para alguns dos problemas orientadores da pesquisa. Comprovou-se que a formação do aglomerado urbano interferiu no modo de vida população, elevando os níveis de urbanização, bem como ratificou que a religiosidade muito contribuiu para o processo fundacional do aglomerado urbano, dado que o surgimento de Itaguari está intimamente relacionado com a criação de um patrimônio religioso, tal como a localização de um antigo cemitério. Por fim, demonstrou como o espaço público de Itaguari se desenvolveu ao longo do tempo.

Sobre o Capítulo 1, concluiu-se que fatores externos e internos anteriores à fundação de Itaguari possibilitaram o processo fundacional e a criação do aglomerado urbano. As mudanças ocorridas entre os séculos XIX e XX contribuíram para a ocupação do território goiano. As expansões da fronteira agrícola, juntamente com a criação das capitais Goiânia e Brasília, estimularam a vinda de grandes investimentos em infraestrutura, sociais e políticos, tais como os trilhos da estrada de ferro e o projeto político “Marcha para o Oeste”, iniciado por Getúlio Vargas e retomado por Juscelino Kubitschek, possibilitando que levas de migrantes ocupassem o então vasto território goiano, transformando o comportamento social e cultural da região. Além disso, essa

movimentação estimulou a idealização do patrimônio e, por conseguinte, a fundação do aglomerado urbano, confirmando a hipótese inicial.

No Capítulo 2, verificou-se que o processo fundacional de Itaguari esteve intimamente ligado à religiosidade, reverberando os antigos modelos de formação urbana de criação de patrimônios, dada a falta de amparo por parte do Estado. Aliás, em Itaguari, a religiosidade também esteve intimamente relacionada de certa forma com a escolha do local da formação do aglomerado urbano, dado que a existência de um antigo cemitério determinou a escolha do local de fundação do patrimônio. Também se verificou que a colonização espontânea que ocorreu em Goiás no fim do século XIX e início do século XX muito contribuiu para a ocupação do espaço e o surgimento do aglomerado urbano, dada a existência de rotas que cortavam o território itaguarino.

No Capítulo 3, discorre-se sobre os fundadores e a transição de Itaguari de distrito a cidade. Com base nos documentos analisados e nos depoimentos obtidos, surge o nome de Pedro José de Oliveira, conhecido como “Pedro Procópio”, como o primeiro idealizador e principal articulador da fundação do patrimônio. Entretanto, o resultado da pesquisa mostrou que, apesar de ser o idealizador, ele não conseguiu realizar seu intento sem a ajuda de outros doadores de terras e de pessoas que de algum modo contribuísssem para a fundação. Dessa forma, neste trabalho apresentam-se oito doadores de terras, considerados como cofundadores de Itaguari; também foram interpretados como cofundadores aqueles que participaram de alguma forma no processo do fundacional.

Por fim, comprovou-se ainda que, ao longo dos anos, o povoado de Itaguari contou com grandes figuras políticas. Entretanto, devido às fortes ligações políticas entre esses líderes locais com o município de Itaberaí, o desenvolvimento de Itaguari foi sendo relegado. Esse quadro só viria mudar com o enfraquecimento das antigas estruturas políticas e a mudança de sede municipal para Taquaral de Goiás.

A anexação ao distrito de Taquaral de Goiás e a perda dos domínios políticos ligados a Itaberaí possibilitaram o surgimento do anseio pela emancipação entre os itaguarinos, mas que só se tornou realidade com a criação do estado do Tocantins, oportunizada pela promulgação da Constituição de 1988, que abriu a possibilidade também para a formação de novos municípios goianos. Foi fundamental para a emancipação do município de Itaguari o esforço de Ramiô Rodrigues, então vereador representante dos itaguarinos na Câmara de Taquaral de Goiás, vindo a tornar-se posteriormente o primeiro prefeito da cidade. Atualmente, Itaguari encontra-se em fase

de crescimento, em virtude de sua consolidação socioeconômica e crescimento populacional.

Dessa forma, torna-se imprescindível transcrever os percursos percorridos, as emoções sentidas e compartilhadas no transcorrer da produção deste trabalho, tendo em mente que não foram utilizados apenas documentos, com conceitos já elaborados, escritos ou objetos inanimados. Longe disso, trabalhou-se com seres humanos, que durante suas falas, rememorando suas lembranças, fotografias e suas recordações, deixaram aflorar emoções, pois ora se alegraram, ora se entristeceram e choraram por entes queridos perdidos ou por lembranças passadas.

Este trabalho, portanto, se justifica à medida que se mostrou como importante meio para a preservação e a valorização da história urbana de Itaguari, sendo esta responsável pelo papel de guardiã da memória coletiva e identidade do povo itaguarino, tornando-se assim um patrimônio municipal digno de ser preservado. Dessa maneira, a pesquisa é importante por acrescentar à academia novos conhecimentos sobre a formação da sociedade goiana, o que contribuirá para o esclarecimento de futuras pesquisas e para a preservação da história de Itaguari.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Edmundo Pinheiro de. *Currallinho, seus costumes e sua gente*. Goiânia: Oriente, 1978.
- ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. *Território*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 4, p. 5-26, 1998.
- BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-476, jul./dez. 2006.
- BARROS, José D'Assunção. *Cidade e História*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2007.
- BARROS, José D'Assunção. *História, Espaço, Geografia: diálogos interdisciplinares*. Petrópolis-RJ: Editora Vozes, 2017.
- BRASIL. Lei n.º 601, de 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/10601-1850.htm/](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm/). Acesso em: 19 jun. 2021.
- BRASIL. Lei n.º 2.874, de 19 de setembro de 1956. Dispõe sobre a mudança da capital federal. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2874-19-setembro-1956-373749-public-acaoriginal-1-pl.html/>. Acesso em: 18 jun. 2021.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, Art. 13. Cria o Estado do Tocantins. Disponível em: [https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988\\_08.09.2016/art\\_13\\_.asp/](https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/ADC1988_08.09.2016/art_13_.asp/). Acesso em: 12 agos. 2020.
- CARDOSO, Joaquim Marques (org.); COUTO NETO, José Eduardo do; JERÔNIMO NETO, Osmar José. *História de Itaguari: de Campestre a capital da moda íntima*. Goiânia: Editora Scala, 2013.
- CHAUL, Nars Nagib Fayad. *Caminho de Goiás*. Da construção da Decadência aos limites da Modernidade. Goiânia: Editora da UFG, 1997.
- CORRÊA, Margarida Maria da Silva. Naturalistas e viajantes estrangeiros em Goiás (1800-1850). In: CHAUL, Nars Fayad Chaul; RIBEIRO, Paulo Rodrigues (orgs.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Editora UCG, 2001. p 75-121.
- ELIADE, Mircea. *O Sagrado e o Profano*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- FERREIRA, Aroldo Márcio. *Urbanização e arquitetura na região da estrada de ferro Goiás - E. F. Goiás: cidade de Pires do Rio, um exemplar em estudo*. Dissertação



(Mestrado em História das Sociedades Agrárias). Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 1999.

FERREIRA, Marieta de M.; AMADO, Janaína (org.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 2000.

GOIÁS. Casa Civil do Estado de Goiás. Lei n.º 4.593, de 1º de outubro de 1963. Cria o município de Taquaral e dá outras providências. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/90576/lei-4593/](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/90576/lei-4593/). Acesso em: 01 jul. 2020.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Casa Civil. Lei n.º 7.192, de 12 de novembro de 1968. Cria o Distrito de Itaguari, no Município de Taquaral. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/91394/lei-7192/](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/91394/lei-7192/). Acesso em: 09 set. 2020.

GOIÁS. Gabinete Civil da Governadoria. Lei n.º 10.400, de 30 de dezembro de 1987. Dispõe sobre a criação do município de Itaguari. Disponível em: [https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa\\_legislacao/85359/lei-10400/](https://legisla.casacivil.go.gov.br/pesquisa_legislacao/85359/lei-10400/). Acesso em: 12 jan. 2020.

GOMES, Horieste (org.); TEIXEIRA NETO, Antônio; BARBOSA, Altair Sales. *Geografia: Goiás-Tocantins*. 2. ed. rev. e ampl. Goiânia: Editora da UFG, 2005.

GONZAGA, Agnaldo Divino. *Milagre e Castigo: mito e memória nas folias de reis de Itaguari - GO*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro-RJ: IBGE, 2020. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/go/itaguari/panorama/>. Acesso em: 14 mar. 2021.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas-SP: Editora da Unicamp, 1990.

LIMA, Alessandra Martins de. *O Poder Político de Itaguari*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Universidade Salgado de Oliveira Universo, Goiânia, 2002.

MACEDO, Alleks Endriw Pereira. *Memórias e Histórias de Itaguari-GO (1946-1989)*. Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso). Unidade Universitária Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás. Cidade de Goiás, 2017. Disponível em: [https://www.gnuteca.ueg.br/html/file.php?folder=material&file=1519940674\\_alleks\\_endriw\\_pereira\\_macedo.pdf/](https://www.gnuteca.ueg.br/html/file.php?folder=material&file=1519940674_alleks_endriw_pereira_macedo.pdf/). Acesso em: 23 jul. 2017.

MARX, Murillo. *Cidade Brasileira*. São Paulo: Studio Nobel, 1980.

- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.
- MARX, Murillo. *Cidade no Brasil em que termos?* São Paulo: Studio Nobel, 1999.
- MARX, Murillo. *Nosso chão: do sagrado ao profano*. 2. ed., São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 2003.
- MATTOS, Raimundo José da Cunha. *Itinerário do Rio de Janeiro ao Pará e Maranhão, pelas províncias de Minas Gerais e Goiás*. Belo Horizonte: Instituto Cultural Amílcar Martins, 2004.
- MEDEIROS, Wilton de Araujo. *Goiânia Metrópole: Sonho, Vigília e Despertar (1933/1973)*. Tese (Doutorado em História). Faculdade de História, Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2010. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tede/handle/tde/1234/>. Acesso em: 23 jul. 2017.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares: *Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, n. 10, p. 07-28, 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, 2007.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História, memória e centralidade urbana. *Mosaico*. Goiania, v. 1, n. 1, p. 3-12, jan./jun., 2008.
- PINHEIRO, Antônio César Caldas. *Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenção de tradições*. Goiânia: Editora PUC Goiás, 2010.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem no Interior do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1976.
- POULET, Georges. *O espaço proustiano*. Rio de Janeiro: Editora Imago, 1992.
- SAINT-HILAIRE. *Viagem à Província de Goiás*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/ São Paulo: Editora Universidade de São Paulo, 1975.
- SANTOS, Milton. *Técnicas, espaço, tempo*. São Paulo: Editora Hucitec, 1994.
- SILVA, Luiz Sérgio Duarte da. *A construção de Brasília: modernidade e periferia*. Goiânia-GO: Editora da UFG, 1997.
- VIDE, Arcebispo Sebastião Monteiro. *Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia*. Senado Federal, 1853.
- VIEIRA, Benedito Magno. *Casa da Cultura em Itaberaí – Goiás*. Disponível em: <http://resumos.netsaber.com.br/resumo-72316/casa-da-cultura-em-itaeraigoias/>. Acesso em: 3 nov. 2017.


### **Instituições e Arquivos Históricos pesquisados**

- Fundação Cultural Frei Simão Dorvi /Arquivo Frei Simão – Cidade de Goiás
- Arquivo Histórico Estadual de Goiás – Goiânia
- Instituto de Pesquisas e Estudos Históricos do Brasil Central – Goiânia
- Fundação da Biblioteca Nacional/ A Biblioteca Nacional Digital – Rio de Janeiro
- Arquivo Diocesano Dom Tomás Balduino – Cidade de Goiás
- Cartórios de registros de Itaberaí
- Cartórios de registros de Taquaral de Goiás
- Cartórios de registros de Itaguari
- Arquivo da Prefeitura Municipal de Itaguari
- Paróquia de São Sebastião de Itaguari
- Paróquia de Nossa Senhora da Abadia de Itaberaí
- Paróquia de São Miguel de Taquaral de Goiás

## ANEXOS

## Anexo A: Escritura de doação das terras para formação do Patrimônio de São Sebastião.

ITAGUARI

  
 ESTADO DE GOIÁS  
 COMARCA DE ITABERAÍ  
 CARTÓRIO 1.º OFÍCIO  
 BENEDITO FELIX DE SOUZA  
 SERVENTUÁRIO VITALÍCIO

BENEDITO FELIX DE SOUSA, Oficial do  
 Registro Geral de Imóveis da Comarca de Ita-  
 berai, Estado de Goiás, na formada lei, etc..

C E R T I D ã O

CERTIFICA, a requerimento verbal de parte interessada que do livro nº 3-T, às sua fls , 169, encontra-se a transcrição de nº 8.067, de 18 de fevereiro de 1.949, do imóvel denominado "AÇUDE, NARIGÃO E PASTINHO", do teor seguinte: Trata-se de transcrição de imóvel consistente em uma área de terras - dividida, com a número certo de sete(7) alqueires, situadas nas Fazendas denominada "Açude, Narigão e Pastinho", neste Município a trinta -30- kms., mais ou menos, desta cidade, terras essas anexas e ligadas umas às outras, ficando a dita área de terras dentro das seguintes divisas: "Ao Nascente, com terras de propriedade de Genésio Paulino de Queiroz; ao Norte, com terras de José Paulino de Queiroz; ao Poente, com terras de José Eduardo do Couto e Pedro Vasconcelos do Couto; ao Sul com terras de D<sup>a</sup> Lindolfa Teresa da Cunha, divisas essas todas feitas de acordo com a planta levantada da citada gleba, pelo agrimensor Silvino Rodrigues, sendo as ditas terras deduzidas de área superior que os transmitentes possuem nas referidas fazendas, conforme documentos transcritos neste Cartório, sob nºs. 5.412; 5.408; 5.293 e 5.290. ADQUIRENTE: Patrimônio de São Sebastião do Itaguari, - neste município. TRANSMITENTES: D<sup>a</sup> Lindolfa Tereza da Cunha, Genésio Paulino de Queiroz e sua mulher D<sup>a</sup> Ana Teixeira da Cruz, José Paulino de Queiroz e sua mulher D<sup>a</sup> Etelvina Rodrigues da Silva, Pedro Vasconcelos do Couto e sua mulher D<sup>a</sup> Râquel Maria da Conceição, José Eduardo do Couto e sua mulher D<sup>a</sup> Mariana Bernardes de Jesus, agricultores, residentes e domiciliados neste município. TITULO: Escritura de doação. FORMA DO TITULO: Escritura pública lavrada nesta cidade, em data de 18 de janeiro de 1.949, pela escretevente autorizado do 1º Ofício, Silvia Fonseca. VALOR: Cr.\$ 4.000 00: CONDIÇÕES: Nenhuma. Itaberai, 18 de janeiro de 1.949. (as) Benedito Félix de Souza, Oficial Autorizado. AVERBAÇÃO: Transferida a área de 10.000 metros quadrados a Arquidiocese de Santana de Goiás, conforme transcrição nº 9.358

em 28 de março de 1.952. NADA MAIS. O referido é verdade do que  
dou fé.


Itaberaí, 9 de dezembro de 1.958.

*Staudt*  
Oficial do Registro Geral.

Benedto Feitor de Sousa



## Anexo B: Decreto municipal de reconhecimento dos dados históricos da fundação de Itaguari.


**Prefeitura de**  
**ITAGUARI**  
 O progresso Continua  
 ADM: 2009 / 2012

Avenida Goiás c/ Rua Paraná s/nº - Itaguari - Goiás Cep : 76650-000  
 Fone/fax : (62) 3396 - 1177 / 3396 - 1155 - E-mail: prefeituraitaguari@hotmail.com  
 lei de criação 10.400 30/12/1987

**DECRETO Nº 132/2011 DE 01 DE JUNHO DE 2011.**

Reconhece dados Históricos da Fundação de Itaguari, e da outras providencias.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARI**, no uso de suas atribuições legais, tendo como base as monografias apresentadas, reconhece o trabalho científico feito em campo pela S<sup>a</sup> Alessandra Martins de Lima, trabalho este iniciado na sua Graduação em História pela Universidade Católica de Goiás, no ano de 2000. (recebendo nota máxima dos professores que avaliaram a conclusão deste projeto) projeto este concluído em sua Pós-Graduação na Universidade Salgado de Oliveira no ano de 2002. Para ser feita esta pesquisa com imparcialidade além de consultar várias publicações, foram gravadas 18 (dezoito) entrevistas com pessoas idôneas que conhecem a historia da fundação de Itaguari.

**DECRETA:**

Art. 1º Fica estabelecido os seguintes dados históricos da fundação de Itaguari:

I- Fundador: Pedro Procópio de Oliveira, Sua esposa Maria Araujo de Oliveira.

II- 1º (primeiro) Centenário de nascimento do fundador: 03 de junho de 2011.

III- Data da fundação: 29 de junho de 1946.

IV- Local da barraca para 1º (primeira) manifestação religiosa: em baixo ao jatobá do cerrado na praça da matriz.

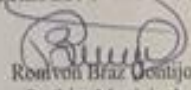
V- Rezadores que tiraram o primeiro terço: Seu Mateus e dona Francisca Jose da Silva.

VI- Construção da primeira casa: Serafim Lino de Araujo.

VII- Doadores das terras para fundação da cidade: Genésio Paulino de Queiroz, Isaias Galdino de Oliveira, Joaquim Alves da Costa, José Eduardo Couto, José Paulino de Queiroz, Lindolfa Tereza da Cunha, Pedro Vasconcelos do Couto e Salvador Vieira da Cunha.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação,  
Cumpra-se e Publique-se.

**GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE ITAGUARI** ao 01 de junho de 2011.

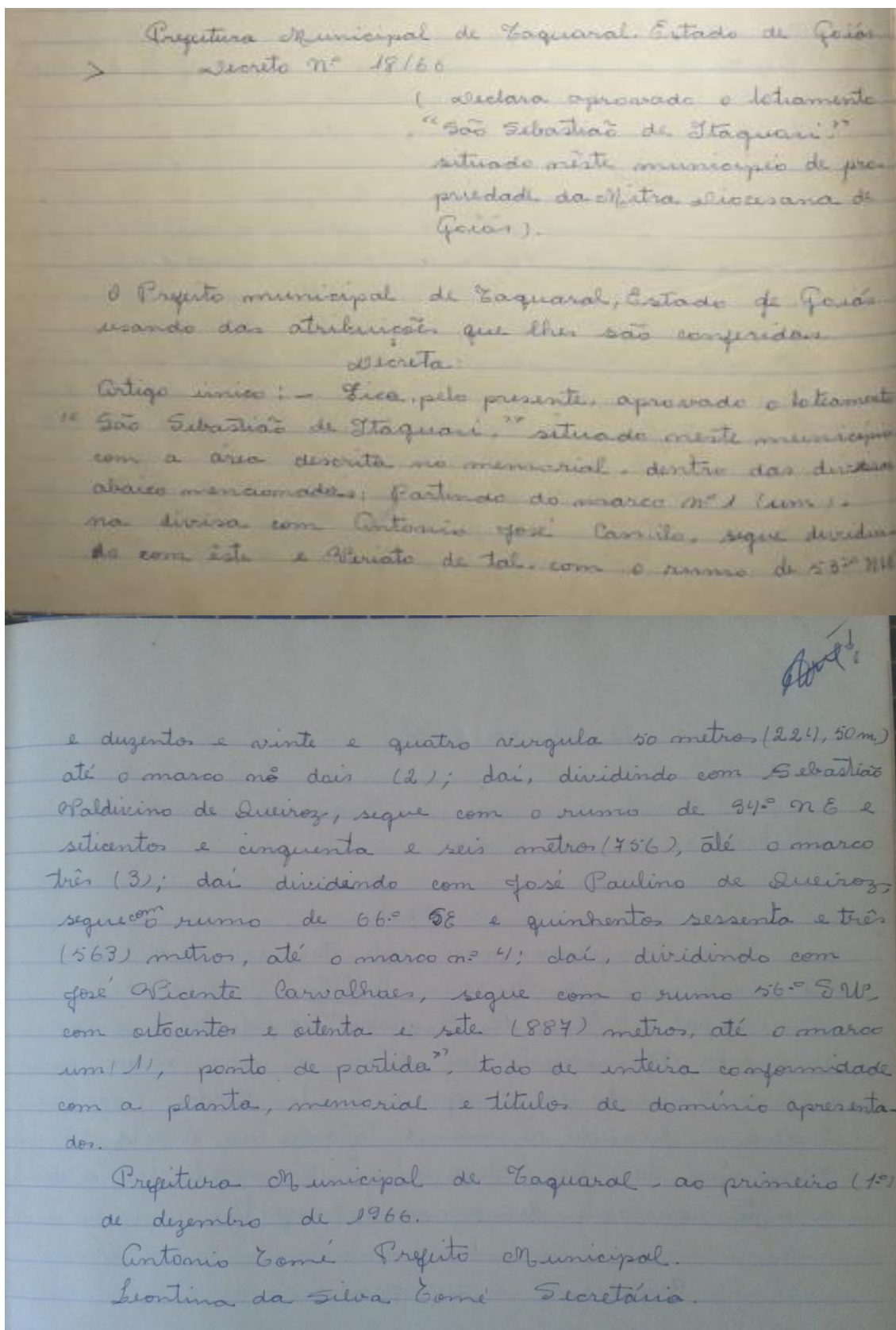
  
 Rosivaldo Braz Dentijo  
 Prefeito Municipal

DECLARO, que publiquei arquivos e registrei uma via do presente Itaguari-GO <u>01/06/2011</u> Salma Vieira da Silva Sec. Mun. Administração Ass. Secretária
---

Anexo C: Marco simbólico ao fundador e pioneiros, no cinquentenário de fundação é reconhecimento dos dados históricos da fundação de Itaguari.



**Anexo D: Documento referente ao reconhecimento do loteamento São Sebastião de Itaguari, decreto nº 18/66.**





**Anexo E: Escritura de compra e venda do loteamento de São Sebastião de Itaguari.**

ESTADO DE GOIÁS  
PODER JUDICIÁRIO  
COMARCA DE TAQUARAL CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS

CERTIDÃO

Certifico a requerimento verbal de parte interessada que revendo nesta data, neste Cartório, o livro de n.º 3 (Transcrição das Transmissões), sob a Transcrição de n.º 629, do seguinte teor; Data: 22.12.66: Transcrição Anterior: T-3 n.º 8.067 do CRI de Itaberaí., Circunscrição: Taquaral; Denominação: Açude, Narigão e Pastinho, neste município; Características e Confrontações: Uma gleba de terras, nas fazendas “Açude, Narigão e Pastinho”, anteriormente pertencente ao município de Itaberaí – GO., hoje parte integrante do município de Taquaral, medindo 07(sete) alqueires certos, já loteados em lotes urbanos e aí se encontra o povoado de Itaguari, tendo as divisas e confrontações mencionadas no título de domínio do vendedor, que houve mencionada gleba, por doação que foi feita ao Patrimônio de São Sebastião de Itaguari, conforme faz certa a pública escritura de Doação devidamente transcrita em o Registro Geral de Imóveis de Itaberaí – GO, sob n.º 8.067, em o livro 3-T, às fls de n.º 169, que nesta, digo: ficando uma gleba de 06(seis) alqueires mais ou menos do terreno loteado, reservado para si as quadras de n.º 01(hum); 04(quatro); seis(06); 08(oito) e dez(10), (a área livre da praça da Matriz), deduzindo ainda, a área que foi doada ao Estado de Goiás; Nome, domicílio, profissão, estado e residência do adquirente: Sebastião Ludovico de Almeida, brasileiro, casado, fazendeiro, domiciliado em Itaguari e residente em Goiânia –Go., Dr. Hélio Caldas Pinheiro, brasileiro, casado, advogado, domiciliado e residente em Itaberaí – GO., Sebastião Valdivino de Queiroz, brasileiro, casado, fazendeiro, domiciliado e residente em Itaguari, deste município; Transmitente: Mitra Diocesana de Goiás; Título de Transmissão: Compra e Venda; Forma do título, data e serventuário: Esc. de 1º de dezembro de 1966, M.C.N. Vieira, esc. aut. deste Cartório; Valor do Contrato: 500.000 (quinhentos mil cruzeiros). Condição do Contrato: Nenhuma. Averbações: Vendido a parte Sebastião Ludovico de Almeida, ao Sr. Patrocínio José dos Reis, conforme T-2.038, livro 3A, às fls de n.º 175, Av-2 –Alienado

ao Sr. Jair Pereira da Silva, conforme R1/2.327, 1v 2F, fls. 192.Av4-Alienado parte ao Sr. Francisco R. de Bessa, conforme R1/ 2.333, livro n.º 2 F, às fls de n.º 195. Nada mais foi pedido, o referido é verdade e dou fé. Em tempo: Ressalvamos as transcrições e inscrições feitas na cidade de Itaguari-Go, onde hoje o imóvel pertence.

Dado e passado nesta cidade de Taquaral de Goiás, neste Cartório de Registro de Imóveis, aos quatro dias do mês de abril de dois mil e três (04.04.03).

Em testamento da verdade.

Washington José Cristino de Carvalho

- Tabelião e Oficial substituto –

Anexo F: Documento "ata" da reunião sobre os terrenos da Diocese de Goiás em Itaguari, 02 de outubro de 1989.

Ata da Reunião sobre os TERRENOS da Diocese de Goiás em ITAGUARI - GO.

Aos 02 de outubro de 1989 reunidos na residência das Irmãs Missionárias de Jesus Crucificado, em Itaguari - GO, com a presença de Fr. Antonio Marciano Filho, vigário, das Irmãs Abigail Dias Batista, Geralda Sales Moura, Florinda de Souza, Rosana Maria Bonifácio, desta comunidade e Margarida Baptista das Dores, da comunidade de Taquaral e do Sr. Jerônimo dos Santos Moraes, procurador da Diocese no assunto, foram levantados os seguintes dados:

De acordo com a Certidão nº 8.067 do livro 3-T, Fls. 169 de 18 de janeiro de 1949, o Patrimônio de São Sebastião de Itaguari adquiriu:

7 (SETE ALQUEIRES DE TERRA), dos seguintes transmitentes:

Lingolfa Tereza da Cunha

Gengio Paulino de Queiroz e esposa Ana Teixeira da Cruz

Jose Paulino de Queiroz e esposa Stervina Rodrigues da Silva

Pedro Vasconcelo do Couto e esposa Raquel Maria da Conceição

Jose Eduardo do Couto e esposa Mariana Bernardes de Jesus.

Destes SETE (7) alqueires:

10.000 mts quadrados foram transferidos ao Estado de Goiás, sob nº 9.357 de 28.03.1952 (Agrimensor Silvino Rodrigues)

Alguns lotes (não se sabe a quantidade deles) foram devidamente vendidos, por um procurador que a Diocese nomeou e possui Escritura. (Ha duvidas se foram pagos a Diocese). Da-se como liquidado.

Uma parte (tambem não se sabe a quantia) foram vendidos e passadas as escrituras, com a falsificação da origem do Terreno (Dr. Hélio advogado de Itaberaí e o responsável por isso). Da-se por liquidado isso também.

Outra parte, com casas já construídas e até vendidas a terceiros e quartos, não compraram o terreno e não tem escritura.

Para esses casos foi designado o Sr. JERÔNIMO DOS SANTOS MORAIS, que já fez algumas legalizações.

DECISÕES TOMADAS:

1. Adquirir o Mapa de cidade para localizar a área e os terrenos;
2. O preço do lote é avaliado pela Prefeitura Local;
3. O pagamento deve ser feito de uma unica vez;
4. Não podem ser aceitos recibos que não foram assinados pela Diocese;
5. Só devera receber autorização para ligação de luz, os que liquidarem o pagamento do lote;
6. Divulgação em vista a legalização dos terrenos, através de avisos nas Celebrações, Festa, Alto-falante e cartazes em pontos chaves da cidade.

Na divulgação conter os seguintes dados:

De onde provem o patrimônio

A quem pertence - com nº de registro

O valor de se ter uma escritura; valorização do imóvel  
garantia familiar, etc.

A quem procurar para a legalização.

Para constar assinamos a presente Ata,

Rosana M. Bonifácio Margarida B. das Dores

Fr. Antonio Marciano

Abigail Dias Batista Jerônimo dos Santos Moraes

Geralda Sales Moura

Florinda de Souza

Anexo G: Autorização datada em 05 de janeiro de 1987, por Frei Antonio Marciano, para a instalação de energia elétrica na residência de Maria de Oliveira Silva.

## Autorização

Como Vigário da Paróquia de São Miguel de Taquaral e da Capela de São Sebastião de Itaquari, autorizo a Maria de Oliveira Silva ligar a energia elétrica em sua residência situada no lote 3 Q 8 na rua Pedro do Ceito no Patrimônio de São Sebastião de Itaquari.

Itaquari, 05 de janeiro de 1987

Fr. Antonio Marciano OFC  
Vigário

**Anexo H: Documento referente à lei estadual nº 4.593, de 1º de outubro de 1963, sobre a criação do município de Taquaral.**

LEI Nº 4.593, DE 1º DE OUTUBRO DE 1963.

Cria o Município de Taquaral e dá outras providências.

A Assembléia Legislativa do Estado de Goiás decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - Fica elevado à categoria de Município, com a mesma denominação o atual distrito de Taquaral, do município de Itaberaí.

Art. 2º - As divisas do novo município serão as mesmas do atual distrito.

Art. 3º - O Município de Taquaral será Termo Judiciário da Comarca de Itaberaí.

Art. 4º - O Município criado por esta Lei deverá ser instalado no dia 1º de janeiro de 1964, devendo, para tanto, o Executivo tomar as providências necessárias.

Art. 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 3 de outubro de 1963, 75º da República.

MAURO BORGES TEIXEIRA  
Ary Demosthenes de Almeida  
Irineu Borges do Nascimento  
Jacy Netto de Campos  
José Sebba  
Wison da Paixão  
Pe. Ruy Rodrigues da Silva  
Clementino Gomes  
Sebastião Arantes  
Oswaldo Alvarenga  
Dercílio de Campos Meireles

(D.O. de 13-11-1963)

**Anexo I: Documento referente à Lei Estadual n.º 7.192/68, de 12 de novembro de 1968, sobre a criação do distrito de Itaguari.**

LEI Nº 7.192, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1968.

Cria o Distrito de Itaguari, no  
Município de Taquaral.

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica criado o Distrito de Itaguari, no Município de Taquaral, com as seguintes divisas:

I - COM O DISTRITO DA SEDE DE TAQUARAL:

Começa na barra do córrego do "Algodão" sobre o ribeirão "Sucuri"; sobe pelo córrego do "Algodão", até a sua cabeceira; daí segue por uma linha ideal até o córrego "Engenho da Serra", na barra do córrego "Monjolinho"; daí, sobe pelo córrego "Engenho da Serra", até a sua cabeceira e daí vai em rumo certo, direção Este-Oeste, até alcançar a linha limítrofe dos municípios de Taquaral e Itaberaí, no divisor de águas.

II - COM O MUNICÍPIO DE ITABERAÍ:

Começa no divisor de águas, no ponto confrontante com a cabeceira do córrego "Engenho da Serra" e segue na direção Norte, pelo divisor de águas, até a serra do "Nhôla", prosseguindo sobre esta serra e sobre a serra do "Capim", até o divisor das águas do "Cubatão - Santo Antônio" e "Brejo Grande - Lageado e Landi".

III - COM O MUNICÍPIO DE ITAGUARÍ:

Começa no divisor das águas "Cubatão - Santo Antônio", "Brejo Grande - Lageado e Landi", segue rumo Leste, pelo divisor de águas, cruza a rodovia GO-22 e vai até o ponto mais alto entre as águas do "Sertãozinho" e "Olaría"; daí desce até a nascente do córrego "Lama Preta", por cujo leito desce até a sua barra no ribeirão "Sucuri".

IV - COM O MUNICÍPIO DE JARAQUÁ:

Começa na barra do córrego "Lama Preta" sobre o ribeirão

"Sucuri" e sobe por este ribeirão até atingir a barra do córrego "Algodão".

Art. 2º - As divisas do município de Itaberaí com os municípios que lhe são limítrofes são aquelas estabelecidas na Lei nº 2.480, de 29 de dezembro de 1958, com exceção dos municípios de Itaguaraí e Taquaral, que serão as seguintes:

I - COM O MUNICÍPIO DE ITAGUARÁ:

Começa no ponto mais alto da serra do "Lopes" e segue pelo divisor das águas do "Cubatão" (Norte) e "Morro" (Sul), até a intercessão com a divisa de Taquaral, na serra do "Capim".

II - COM O MUNICÍPIO DE TAQUARAL:

Começa na barra do córrego do "Veado" sobre o ribeirão "São Domingos" e desce por este ribeirão até a barra de uma vertente da margem direita, divisa das fazendas de "Leoncio Caetano" e "José Francisco Fagundes"; daí segue por uma reta que vai até o marco de divisa das fazendas de Herculano da Silva, Elias Dineu e Nahor Alves Ferreira; deste marco, vai em linha reta à cabeceira do córrego "Sapezinho"; desce o córrego "Sapezinho" até a barra do córrego "Maria Romana"; daí segue na mesma direção até alcançar o divisor das águas do "Sapezinho" e "Noronha"; por este divisor de águas, direção Norte, até a serra do "Nhôla" e, prosseguindo sobre esta serra e sobre a serra do "Capim", até o divisor das águas do "Cubatão - Santo Antônio", "Brejo Grande - Lageado e Landi".

Art. 3º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, aos 27 de novembro de 1968, 80ª da República.

OTAVIO LAGE

(D.O DE 03/01/1969)

**Anexo J: Documento referente ao decreto municipal (Taquaral de Goiás) de nº 16/72, de 28 de dezembro de 1972, sobre o estabelecimento da linha do perímetro urbano e rural da Vila de Itaguari.**

Decreto no 16/72.  
Estabelece a linha do perímetro urbano da Vila de Itaguari.  
O Prefeito do Município de Taquaral, Estado de Goiás, no uso de suas atribuições, e tendo em vista a autorização contida na Lei Municipal no 08/71, de 09 de Junho de 1971,  
Decreta: (Art. 1º) - Para todos os efeitos legais, inclusive tributários e de urbanização, fica o distrito de Itaguari, deste município, criado pela Lei Estadual no 17.192, de 12 de novembro de 1968, dividido em duas zonas geográficas: Zona Urbana e Zona Rural. Único - A zona urbana da Vila de



Itaquari, incluirá as áreas urbanizadas e urbanizáveis, de terrenos loteados ou não, compreendidas nas delimitações ora fixadas neste decreto.

Art. 2º. A zona urbana da Vila de Itaquari, sede do Distrito do mesmo nome, compreenderá a área total de 2.021.843,00 metros quadrados, de terrenos somente de campos, em parte já edificados, e dentro dos seguintes limites:

“Começa em um marco cravado na linha divisória das propriedades de Sebastião Valdeirino de Lencruz e Doutor Gilberto da Silva Caldas, a 332,00 metros distantes da margem esquerda do córrego “Soares”, e segue rumo de  $NW-67^{\circ}30'-SE$ , a distância de 333,00 metros, atravessando a rodovia 90-22, até um marco que se plantou na confrontação de Casimiro de Gal, dividindo até aí com o doutor Gilberto da Silva Caldas, daí segue rumo de  $NW-46^{\circ}00'-SE$ , a distância de 1.163,00 metros, passando pelo marco número quatro (4) do loteamento “São Sebastião” (Vila de Itaquari), até um marco cravado num ponto dentro da propriedade de Hermenegildo Marques Ribeiro, daí inflete para a direita e segue, rumo de  $NE-56^{\circ}00'-SW$ , a distância de 1.060,00 metros, até um marco cravado nas proximidades das nascentes do córrego “Aunde”, dividindo até aí com Hermenegildo Marques Ribeiro, Antenor Vitorino Cardoso, e Braz de Souza Moreira; daí volta-se à esquerda e segue, rumo de  $NE-30^{\circ}00'-SW$ , a distância de 560,00 metros, até um marco no eixo da 90-22, dividindo até aí com Braz

de Souza Florina, daí volta-se a direita e segue, rumo de SE-55°30' NW, distante de 959,00 metros, até um ponto na propriedade de José da Costa Passos, onde se exarou um marco, daí volta-se novamente à direita e segue, rumo de SW-30°00' NE, e distância de 522,00 metros, até um marco exarado no meio do campo; daí segue à esquerda, rumo de SW-13°30' NE, e distância de 290,00 metros, na direção com Sebastião Valdemiro de Duroz, até o ponto em que tem começo esta delimitação?

(Art. 3º) - A zona Rural do Distrito de Itaquari compreenderá toda a área restante pertencente a este Município e delimitada no artigo 1º da Lei Estadual nº 7.192, de 12 de Novembro de 1968.

(Art. 4º) - Observadas as limitações legais, poderá o chefe do Poder Executivo, em qualquer tempo, e mediante decreto, subdividir qualquer das zonas em que ora ficam divididos, o Distrito e a Vila de Itaquari, no atendimento de interesse municipal.

(Art. 5º) - Para os efeitos de tributação e de urbanização a aplicação deste decreto não requererá de regulamentação.

(Art. 6º) - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeitura Municipal de Itaquari,  
dos vinte e oito (28) dias do mês de Dezembro  
de 1972.

Prefeito Municipal: David Dutra - Sec. José Roberto Sobrinho.

**Anexo K: Documento referente à Lei Estadual n.º10.400, de 30 de dezembro de 1987, sobre a criação do município de Itaguari.**

LEI Nº 10.400, DE 30 DE DEZEMBRO DE 1987.

Dispõe sobre a criação do Município de ITAGUARI e dá outras providências.

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS decreta e eu promulgo a seguinte lei:

Art. 1º - É transformado em Município, como o topônimo de Itaguari, o atual distrito do mesmo nome, do Município de Taquaral, deste Estado, caracterizado dentro das seguintes divisas e limites municipais:

**I - COM O MUNICÍPIO DE TAQUARAL**

Começa na barra do Córrego do Algodão no Ribeirão Sucuri; sobe pelo curso do Algodão até a sua cabeceira; daí em linha reta ao Córrego do Engenho da Barra na barra do Córrego Munjolinho; daí sobe pelo Córrego do Engenho da Serra até a sua cabeceira; daí em rumo reto, na direção este - oeste até encontrar o espigão divisor de águas, no ponto confrontante com a cabeceira do Córrego Acaba Vida;

**II - COM O MUNICÍPIO DE ITABERAÍ**

Começa no espigão divisor de águas, no ponto confrontante com a cabeceira do Córrego Acaba Vida; daí, segue por este espigão até a Serra do Nhôlo; segue por esta serra até o ponto confrontante com a cabeceira do Córrego Cabeceira;

**III - COM O MUNICÍPIO DE ITAGUARU**

Começa na Serra do Nhôlo, no ponto confrontante com a cabeceira do Córrego Cabeceira; desce por este córrego até a sua barra no Córrego Lageado; desce por este córrego até a sua barra no rio Sucuri ou Passa Três;

**IV - COM O MUNICÍPIO DE JARAGUÁ**

Começa na barra do Córrego Lageado, no Ribeirão Sucuri ou Passa Três; sobe pelo Ribeirão Sucuri até encontrar a barra do Córrego do Algodão, ponto inicial.

Art. 2º - O Município criado pela presente lei será instalado com a posse efetiva, do Vice-Prefeito e dos Vereadores eleitos simultaneamente com os distritos e municípios já existentes, ressalvado o disposto no § 1º do art. 15 da Constituição Federal.

Parágrafo único - Para instalação do Município a que se refere este artigo, os Poderes Executivo e Judiciário tomarão as providências que se fizerem necessárias,

ido o mesmo ter como sede o Distrito, com o título de ITAGUARI.

Art. 3º - A Câmara de Vereadores do Município de Itaguari será composta de sete) Vereadores.

Art. 4º - O Município criado pela presente lei pertencerá à Comarca de Itaguari.

Art. 5º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DE GOIÁS, em Goiânia, 30 de novembro de 1987, 99º da República.

HENRIQUE ANTÔNIO SANTILLO  
Valterli Leite Guedes

(D.O. de 27-01-1988)

**Anexo L: Entrevista com o senhor José Inácio de Almeida (José do Retiro), concedida no dia 12/07/2020, em Itaguari-GO.**

Entrevistador: Hoje é dia 12/07/2020, estou na casa do senhor José Inácio de Almeida (vulgo José do Retiro). Realizando uma entrevista para a pesquisa do mestrado em História, pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás, intitulada “Memórias e Histórias de Itaguari-Go: Entre Tempo, Espaço e Religiosidade (1946-2018)”. O objetivo desta entrevista é levantando dados que possam vir a contribuir com a pesquisa, a partir da memória e conhecimento de antigos moradores de Itaguari.

Entrevistador: Sr. José do Retiro o senhor é nascido na região de Itaguari?

José do Retiro: Não. Eu nasci em Minas Gerais na região de São Boa Tarde.

Entrevistador: Há quanto tempo o senhor é suas famílias se mudaram para a cidade de Itaguari?

José do Retiro: Eu mudei para Itaguari no ano de 1965.

Entrevistador: Qual o motivo que levou o senhor e sua família, a mudar para região de Itaguari?

José do Retiro: Nós mudamos para cá, pois naquela época nós não tínhamos terra, nós morávamos na terra dos outros. Inclusive foi assim que mudei para fazendinha do Seu Manoel Galdino. Ali nessa fazendinha que tinha o nome de retiro.

Entrevistador: Esse nome de retiro foi dado a esta região, por quê? Qual seria o significado desse termo retiro?

José do Retiro: Uai agora eu já não sei explicar muito bem, porque quando eu mudei para aqui, lá já era conhecida por este nome. Esse nome eu acho que veio dos donos antigos donos, anterior. O nome é dado a um lugar a onde fica o retireiro, ou seja, o cara que tinha mais terras dava o nome de retiro as terras mais afasta.

Entrevistador: Então a terra que era mais afastada era chamada de retiro?

José do Retiro: Isso. Na verdade eu não sei te informar nem o nome do cara que era o dono antes do seu Manoel Galdino, mas quando ele comprou já tinha esse nome ai de retiro.

Entrevistador: Certo, então o senhor acabou recebendo este pedido de retiro por morar, nesta localidade?

José do Retiro: Sim. O povo ficou me conhecendo como Zé que mora no retiro, ai pegou José do Retiro.

Entrevistador: Como que era a vida antigamente na região de Itaguari? Havia escolas? Hospitais? Infra-estrutura?

José do Retiro: Quando eu mudei para a região de Itaguari não tinha escola, escola mesmo não. A minha menina minha mais velha tava com uns dois meses, né E aí quando ela já deu conta de ir para a escola, aí já tinha escola, nesse tempo. Aqui só tinha uma igrejinha.

Entrevistador: Esta igrejinha era uma capelinha? Ou não, o senhor já se lembra dela, na época do Tãozinho Ludovico?

José do Retiro: Não. Eu já me lembro dela, na época que ela era feita com a frente virada para cá (para o lado de Jaraguá). Porém, quando eu mudei para cá (cidade) ela já era da frente do jeito que é hoje (virada para o município de Itaberaí) só que ela era menor. Ai eles aumentaram ela, fazendo aquela cruz.

Entrevistador: Quando o senhor se mudou para região foi para trabalhar como lavrador?

José do Retiro: Não, eu mexia com gado, não mexia com roça no começo não. Eu trabalhei três anos mexendo com gado no retiro. Ai eu larguei e mudei dentro mesma fazenda, só que lá para trás num descambado, num ranchinho, ai que foi mexer com roça.

Entrevistador: Ok, essa região já mexi com agricultura?

José do Retiro: Sim, na época não tinha onde compra as coisas não, era tudo produzido por nós mesmo.

Entrevistador: Mas, havia algum mercado consumidor que comprava os produtos excedentes? Ou era vendido aqui mesmo na cidade, pelos comércios?

José do Retiro: Os compradores eram daqui mesmo, era o João Canuto, Manezinho Coelho e João Coelho, tinha até maquina de beneficiar. Os compradores mais forte que tinha, eram o João Canuto e o João Coelho, que comercializavam o que compravam, em Anápolis.

Entrevistador: Como era o cotidiano antigamente na cidade de Itaguari? Como era a vida?

José do Retiro: A vida em Itaguari era assim, quem tinha seu comércinho mexia com o comércinho, quem não tinha, mexia com lavoura principalmente. Nesse tempo não tinha muita criação de gado não, o povo quase não mexia com leite. Só depois quando montou o laticínio Alvarão, que melhorou.

Entrevistador: O laticínio Alvarão foi o primeiro laticínio de Itaguari?

José do Retiro: Que eu lembro é. Itaguari nesta época não tinha nada, nem missa final de semana tinha direito. Aqui só tinha dois comércios assim maiozinho, que era do Geraldo Dermindo e o outro do José Guerra.

Entrevistador: O senhor lembra-se do processo de emancipação de Itaguari?

José do Retiro: Sim.

Entrevistador: O senhor votou no plebiscito?

José do Retiro: Não eu não voltei não, quando foi para eu votar não teve jeito, morava na roça. Eu voltei quando foi para primeiro prefeito, com o Ramio.

Entrevistador: O senhor participou da política, ou alguém da família?

José do Retiro: Não.

Entrevistador: Como que era a vida antigamente? Tem saudade daquele tempo, se sim, por qual motivo?

José do Retiro: Eu tenho saudade daquele tempo, só por causa da idade, agente era mais novo tinha mais saúde, mas hoje é muito melhor que naquele tempo, pelo menos eu acho.

Entrevistador: O senhor acha importante necessário documentar e escrever sobre a história da cidade e do meio social?

José do Retiro: Uai, eu no meu modo de pensar, deve ter o motivo de você escrever isso aí, acho que sim.

Entrevistador: Eu enquanto aluno e pesquisador da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Agradeço a disponibilidade do senhor José do Retiro, por aceitar conceder esta entrevista.

José do Retiro: Eu que agradeço.